

Entre o público e o privado:
Abuso sexual, família e rede de atendimento

Cátula da Luz Pelisoli

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia sob orientação da Profa. Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Janeiro de 2008

Quanto vale a vida de qualquer um de nós?
quanto vale a vida em qualquer situação?
quanto vale a vida perdida sem razão?
num beco sem saída, quanto vale a vida?
são segredos que a gente não conta
são contas que a gente não faz
quem souber quanto vale, fale em alto e bom som
quantas vidas vale o tesouro nacional?
quantas vidas cabem na foto do jornal?
às sete da manhã, quanto vale a vida?
depois da meia-noite, antes de abrir o sinal?
são segredos que a gente não conta
(faz de conta que não quer nem saber)
quem souber, fale agora ou cale-se para sempre
quanto vale a vida acima de qualquer suspeita?
quanto vale a vida debaixo dos viadutos?
quanto vale a vida perto do fim do mês?
quanto vale a vida longe de quem nos faz viver?
são segredos que a gente não conta
são contas que a gente não faz
coisas que o dinheiro não compra
perguntas que a gente não faz:
quanto vale a vida?, nas garras da águia
nas asas da pomba, em poucas palavras
no silêncio total, no olho do furacão
na ilha da fantasia, quanto vale a vida?
quanto vale a vida na última cena
quando todo mundo pode ser herói?
quanto vale a vida quando vale a pena?
quanto vale quando dói?
são coisas que o dinheiro não compra
perguntas que a gente não faz: quanto vale a vida?

Humberto Gessinger

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus e à minha família, que tenho a sorte de ter...

Ao meu pai, Valmir, por me proporcionar TUDO!

A minha mãe, Ângela e minha avó Irena, pelo apoio, compreensão, carinho, amor e incentivo,

Aos meus irmãos, Gabriel, Ianny e Lohanny, e ao meu afilhado Jeriel, cujos sorrisos dão sentido a vida de muitos e que por existirem me fazem mais feliz,

Aos meus tios e primos, em especial a minha tia Jussara Pelisoli, que sempre acreditou que eu era capaz e assim, me fez também acreditar,

Às minhas amigas e aos meus amigos: Andressa Bellé, Alexsandro Santos, Aline Bridi de Ávila, Aline de Negri, Ana Karina Fuelber dos Santos, Ana Paula Guzinski Rodrigues, Daniel Guzinski Rodrigues, Edinéia Bestetti, Fernanda Stenzel, Gabriela Baldasso, Grace Tanikado, Isabel Ferri, Joana Lopes, Leticia Moraes, Lísia Simon, Mariana Birck, Maximiliano Dietrich, Plauto Pacheco, Priscila Passos, Roberto Pacheco, Valdomiro Ribeiro, Vânia Mazon, Vinicius Cancela e, em especial, a minha eterna amiga (e irmã mais velha) Fernanda Daí-Prá, por todos os momentos que passamos juntas, mesmo que muitas vezes tenhamos ficado distantes,

Ao professor Renato Maiato Caminha, que influenciou enormemente o meu destino profissional, através tanto deste objeto de estudo quanto através da forma de compreendê-lo, e que me deu oportunidades pelas quais sou muito grata,

À Ângela Kunzler Moreira, que abriu para mim muitas portas, que hoje são fundamentais na minha vida, e que segue sempre com sua afetividade contribuindo para meu crescimento profissional e pessoal,

Ao professor Marcos Balbinotti que com sua sabedoria me ensinou muito, e me motivou para a pesquisa e para a vida acadêmica,

Aos professores Christian Haag Kristensen, Maycoln Teodoro e Silvia Helena Koller pelas excelentes contribuições, supervisões, revisões e por constituírem fortes modelos de identificação ideal não somente para mim, mas para muitos colegas,

À equipe do Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, em especial à Maria Eliete de Almeida, Jarbas Pitaguary Machado Pires e Sandra Ribeiro, pela sua receptividade e acolhida carinhosa,

À equipe do Centro de Atenção Psicossocial Casa Aberta, por me proporcionar fazer parte desta equipe tão especial e criativa,

Às colegas do pós Aline Siqueira, Carolina Menezes, Jeane Borges, Josiane Wathier, Letícia, Samara Santos, Sígilia Hoher Camargo e Vivian Lago, que de muitas formas participaram da construção desse trabalho e comigo concretizaram uma relação de apoio e amizade,

As auxiliares de pesquisa Caroline Mallmann e Renata Kroeff que contribuíram para a realização deste projeto, nas suas diferentes etapas,

Às participantes do estudo, que compartilharam suas histórias e percepções,

E finalmente,

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência - NEPA,

A minha orientadora Professora Doutora Débora Dalbosco Dell’Aglío, que com sua competência, disponibilidade, dedicação, inteligência e paciência fez esse trabalho possível, que acredita e confia em suas orientandas e assim fazendo, promove nosso desenvolvimento e nossa autonomia,

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por proporcionar uma excelente formação de mestres e doutores e pelo orgulho que carregamos ao fazer parte dessa instituição e,

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

SUMARIO

Lista de Tabelas.....	8
Lista de Figuras.....	9
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Capítulo I. Introdução.....	12
Capítulo II. Características familiares no contexto do abuso sexual.....	15
Violência sexual contra crianças e adolescentes.....	16
Abuso sexual: Definições e conseqüências.....	18
Perspectivas teóricas sobre família.....	24
Características familiares em casos de abuso sexual.....	31
Considerações finais.....	39
Capítulo III. Caracterização da violência sexual no sul do Brasil a partir de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas.....	42
Resumo.....	42
Abstract.....	42
Introdução.....	44
Método.....	48
Resultados e discussão.....	48
Considerações finais.....	54
Capítulo IV. A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar:	
Estudo de caso.....	58
Resumo.....	58
Abstract.....	58
Introdução.....	60
Método.....	62
Delineamento.....	62

Participantes e contextualização.....	62
Instrumentos.....	64
Procedimentos e considerações éticas.....	66
Resultados.....	66
Discussão.....	72
Considerações finais.....	74
Capítulo V. Relações familiares no contexto do abuso sexual intrafamiliar:	
Percepções de adolescentes vítimas.....	76
Resumo.....	76
Abstract.....	76
Introdução.....	78
Método.....	81
Delineamento.....	81
Participantes e contextualização.....	81
Instrumentos.....	82
Procedimentos e considerações éticas.....	83
Resultados.....	84
Caso 1: Paula.....	84
Caso 2: Silvia.....	94
Caso 3: Daniela.....	102
Discussão.....	109
Considerações finais.....	114
Capítulo VI. Considerações finais.....	117
Referências.....	122
Anexos.....	131
Anexo A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	131
Anexo B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis.....	132
Anexo C Termo de Concordância da Instituição.....	133

Anexo D Entrevista semi-estruturada.....	134
Anexo E Entrevista sobre a família	136
Anexo F Familiograma.....	137
Anexo G Folha de Registro do FIT.....	140
Anexo H Folha de Instruções do FAST.....	142
Anexo I Folha de Registro do FAST.....	143

Lista de Tabelas

Tabela 1. Frequência e percentual de casos acolhidos por faixa etária.....	49
Tabela 2. Resultados do Family System Test.....	69
Tabela 3. Resultados do Familiograma.....	72
Tabela 4. Avaliação da coesão e hierarquia nas díades da família de Paula.....	89
Tabela 5. Avaliação da coesão e hierarquia nas díades da família de Silvia.....	100
Tabela 6. Avaliação da coesão e hierarquia nas díades da família de Daniela.....	107
Tabela 7. Fatores de risco e proteção nos diferentes contextos de desenvolvimento.....	115

Lista de Figuras

Figura 1. Distribuição por sexo e por ano.....	48
Figura 2. Distribuição dos encaminhamentos por redes setoriais.....	51
Figura 3. Distribuição dos encaminhamentos por setor da rede de proteção.....	52
Figura 4. Distribuição dos encaminhamentos por região de origem.....	53
Figura 5. Genetograma das gêmeas participantes do estudo.....	63
Figura 6. Classificação das estruturas relacionais.....	65
Figura 7. Identificação real.....	71
Figura 8. Identificação ideal.....	71
Figura 9. Identificação real em Paula.....	92
Figura 10. Identificação ideal em Paula.....	93
Figura 11. Identificação real em Silvia.....	99
Figura 12. Identificação ideal em Silvia.....	99
Figura 13. Identificação real em Daniela.....	106
Figura 14. Identificação ideal em Daniela.....	106

Resumo

Este trabalho investigou o abuso sexual, a partir de uma revisão de literatura e três estudos empíricos. No primeiro estudo empírico, realizou-se um levantamento quantitativo de fichas de atendimento em um centro de referência em violência sexual. Dentre os resultados, destaca-se que as vítimas são meninas e com idades entre cinco e doze anos, na maioria dos casos, e que há um crescente número de encaminhamentos advindos de cidades do interior do estado, demonstrando uma possível falta de serviços nestes locais. O segundo trabalho empírico estudou como irmãs gêmeas, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, percebiam as relações em sua família, em termos de coesão, hierarquia, afetividade, conflito e identificação. Os resultados demonstraram baixa coesão, alta hierarquia com alto poder aos abusadores, baixa auto-congruência e identificação das vítimas com os abusadores. O último estudo mostrou que três meninas de diferentes famílias percebiam suas relações com os abusadores como pouco afetivas e muito conflituosas, da mesma forma que viam o relacionamento de seus pais (abusador x mãe/madrasta). Mães e irmãos são modelos para elas, enquanto os pais não o são. Destaca-se a importância de ampliar o conhecimento sobre as famílias em que acontece o abuso sexual, aplicando-o tanto em medidas de prevenção quanto de tratamento. Medidas preventivas podem atuar como promotoras de denúncia e minimização do impacto no desenvolvimento dessas vítimas. Um aperfeiçoamento dos modelos de tratamento, incluindo maior integração das mães e irmãos pode contribuir para fortalecer essas relações, possibilitando uma recuperação mais consistente para a vítima.

Abstract

This study investigated intrafamilial sexual abuse, of a review of literature and three empirical studies. In the first empirical study, held a quantitative survey of chips of care in a center of reference for abuse and sexual exploitation rever. The results showed that the majority of victims are girls, aged between five and twelve years old. This study also showed a large participation of cities in the interior of the state, showing a possible lack of services in these locations. The second empirical work studied as twin sisters, victims of sexual abuse perpetrated by the father, paternal grandfather and uncle, understand the relationships in your family, in terms of cohesion, hierarchy, affectivity, conflict and identification. The results showed low family cohesion, high hierarchy with a high power to abusers, low self-matching and identification of victims with the abusers. The latest study investigated three girls from different families, from these same variables. The results indicated relations of low and high affectivity conflict of girls with the abusers and between parents. With the mother and the brothers, the girls realize relations more affective and less conflicting. Mothers and sisters are models for them, while the parents are not. There is the importance of expanding knowledge about the families in which case sexual abuse, using it both in the prevention as measures of treatment. Preventive measures can act as promoters of denunciation and consequent minimizing the impact on the development of these victims. A refinement of the models of treatment, including greater integration of mothers and brothers in the accompanying psychological can help strengthen these relationships and thus allow a more consistent recovery for the victim.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado investigou o abuso sexual intrafamiliar, a partir da literatura, de um serviço de atendimento de referência nestes casos e a partir de meninas vítimas. O foco foi a perspectiva da adolescente vítima sobre as relações familiares. Como o abuso sexual é um fenômeno que percorre os contextos públicos e privados, esses diferentes aspectos foram abordados e discutidos: desde o serviço de atendimento até as percepções de adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar sobre suas famílias. Fazendo parte de uma linha de pesquisa já bem estabelecida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, este trabalho vem ampliar o conhecimento e avançar nas investigações sobre esse fenômeno que é complexo, democrático, prevalente e danoso. É complexo porque acontece numa teia de relações familiares que não estão elucidadas pela literatura e que, talvez, não sejam jamais passíveis de uma completa compreensão, tanto por questões metodológicas quanto éticas. É democrático, porque acontece em todos os países, todas as etnias e classes sociais, e apesar de ser mais evidente nas classes menos favorecidas, pressupõe-se que seja um crime ainda mais sub-notificado nas classes mais altas, que evitam a exposição e o julgamento social e legal associado. É prevalente, porque é um fenômeno que ocorre de forma mais freqüente do que a sociedade em geral supõe. Mesmo que os índices apontem dados alarmantes da violência, especialmente contra meninas, questiona-se sua veracidade. Supõe-se que exista um alto nível de subnotificação, que ocorre por motivos diversos, seja por desconhecimento ou por interesse. É ainda um fenômeno danoso, porque pode ocasionar uma série de conseqüências adversas ao desenvolvimento, sejam físicas, comportamentais, afetivas, de aprendizagem ou psicopatológicas, acometendo tanto suas vítimas quanto suas famílias.

O interesse por estudar o abuso sexual foi decorrente de um trabalho realizado ainda na graduação, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Na clínica-escola da universidade, onde o estágio profissional da autora dessa dissertação foi realizado, foram efetuados procedimentos clínicos com meninas vítimas de abuso sexual, tanto individualmente como em grupo. O seguimento de um processo de grupoterapia com essas meninas e o contato com as famílias fez surgir o desejo de investigar e conhecer melhor esses sistemas e suas relações, e assim, poder contribuir

para os modelos de tratamento e com medidas de prevenção. Estudar e trabalhar com famílias significa entrar numa rede de relações complexas e cheias de especificidades. Isso é ainda mais complicado quando se trata de abuso sexual intrafamiliar: uma violência que é um tabu, que rompe com leis sociais e que rouba a infância e viola seus direitos.

Para conhecer melhor os aspectos familiares desse fenômeno, foram realizados estudos teóricos e empíricos, quantitativos e qualitativos, organizados em quatro capítulos principais. O capítulo dois intitula-se “Características familiares no contexto do abuso sexual”, e foi publicado como capítulo do livro “Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade”, organizado por Hutz (2007). Este trabalho revisa a literatura sobre os aspectos conceituais e históricos, prevalência, conseqüências possíveis e características das famílias incestuosas (Pelisoli & Dell’Aglío, 2007), compreendidos através da teoria sistêmica (Ackerman, 1986; Andolfi, Ângelo, Menghi, & Nicolo-Corigliano, 1989; Minuchin & Fishman, 1990) e bioecológica (Bronfenbrenner, 1996).

Para compreender o contexto de um serviço de atendimento a vítimas, da revelação e da denúncia, e obter uma noção da prevalência do abuso e do tamanho dessa demanda, foi realizado um levantamento quantitativo. Este estudo foi organizado no formato de artigo (capítulo três) e foi denominado “Caracterização da violência sexual no sul do Brasil a partir de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas” e se refere a um levantamento realizado num serviço referência do estado do Rio Grande do Sul no atendimento a situações de abuso e exploração sexual. Tal artigo foi escrito em co-autoria com Almeida e Pires, profissionais que atuam no serviço, e foi submetido ao periódico *Cadernos de Saúde Pública*. Foram analisadas 4294 fichas de atendimento dos anos de 2001 a 2006 (Pelisoli, Almeida, Pires, & Dell’Aglío, submetido).

O quarto capítulo se refere ao foco principal de investigação dessa dissertação e centra-se na investigação das relações familiares, conforme são percebidas por adolescentes vítimas de abuso sexual. O capítulo “A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar”, em co-autoria com Teodoro, tratou de um estudo de caso único (Yin, 2005), em que foram avaliadas duas meninas vítimas, gêmeas e que tiveram múltiplos perpetradores: pai, avô e tio. As irmãs responderam a entrevistas e aos instrumentos Familiograma - FG, *Family System Test - FAST* e *Family Identification Test - FIT*, que demonstraram que mesmo passando por situações semelhantes, as

vítimas podem ter diferentes conseqüências e percepções. Este trabalho foi publicado nos Arquivos Brasileiros de Psicologia (Pelisoli, Teodoro, & Dell’Aglío, 2007).

Continuando a investigar as percepções das vítimas sobre as relações estabelecidas em suas famílias, foi realizado um outro estudo, agora com três meninas de famílias e com histórias diferentes. O quinto capítulo foi denominado “As relações familiares no contexto do abuso sexual: Percepções de adolescentes vítimas” e se refere à pesquisa qualitativa com delineamento de estudo de caso múltiplo (Yin, 2005). Participaram três meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar que responderam a entrevistas e aos instrumentos Familiograma - FG, *Family System Test - FAST* e *Family Identification Test - FIT*. Semelhanças e diferenças foram encontradas tanto em suas histórias quanto em suas percepções sobre as relações familiares vivenciadas, investigando principalmente aspectos como coesão e hierarquia, afetividade, conflito e relações de identificação.

Na última parte dessa dissertação, são apresentadas as Considerações Finais, onde os dados dos quatro capítulos são integrados e discutidos. Os principais resultados e conclusões do estudo são destacados, retomando junto a isso os objetivos deste estudo e suas possíveis contribuições à ampliação do conhecimento e à prática clínica com esse público. Novos trabalhos de pesquisa e de intervenção com meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar são propostos e discutidos.

CAPÍTULO II

Características Familiares no Contexto do Abuso Sexual¹

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão de estudos sobre o tema do abuso sexual, principalmente sob a perspectiva das características familiares. Muitos estudos têm se dedicado a diferentes aspectos deste fenômeno complexo que é o abuso sexual. Entretanto, há carência de estudos a respeito da dinâmica familiar, especialmente no que se refere à contextualização da violência nas relações, tal como são percebidas pelas vítimas. Os estudos que tratam deste aspecto têm focalizado graus de parentesco entre vítima e abusador e configurações familiares, principalmente contendo estatísticas descritivas sobre essas famílias (Araújo, 2002; Cohen, 2000; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). As relações entre os membros da família e a avaliação dessas relações têm sido negligenciadas pela literatura específica.

Os maus tratos, dentre os quais se inclui o abuso sexual, têm sido considerados por diferentes autores como um problema de saúde pública, tanto por suas conseqüências em termos psicossociais quanto pela freqüência com que ocorrem (Benetti, 2002; Caminha, 1999; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005), constituindo-se também como um problema social e psicológico (Browne & Finkelhor, 1986; Kristensen, Flores, & Gomes, 2001). Apesar do elevado índice de violência nas ruas, que amedronta e aprisiona as pessoas em suas casas, é justamente neste local que ocorrem eventos potencialmente traumáticos envolvendo inúmeras crianças e adolescentes - naquele ambiente que deveria ser o mais protetor. Ainda que seja dada maior visibilidade à violência urbana, o lar continua sendo a maior fonte de violência (Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999; Roque, & Ferriani, 2002). O abuso sexual, que pode ocorrer tanto fora quanto dentro de casa, tem ocorrido predominantemente dentro das famílias, caracterizando-se por longa duração, com um intervalo médio de um ano entre o primeiro abuso e a revelação (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Assim, as crianças que vivem em ambientes em que a violência familiar predomina podem fazer dela um aprendizado e reproduzi-la posteriormente em suas vidas, gerando

¹ Publicado como capítulo de livro: Pelisoli, C. & Dell'Aglio. (2007). Características familiares no contexto do abuso sexual intrafamiliar. Em C. Hutz (Org.), Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade (p.205-246). São Paulo: Casa do Psicólogo.

a banalização da violência e impactando as relações interpessoais, sociais e familiares (Araújo, 2002).

As mulheres, crianças e adolescentes do sexo feminino têm sido as principais vítimas da violência intrafamiliar no Brasil, apesar dos avanços conquistados em nível jurídico. Estas personagens têm sido consideradas cidadãos de segunda categoria, numa sociedade patriarcal (Meneghel, 1995). O pátrio poder, segundo Minayo e Assis (1994), é um dos mais pesados padrões culturais da sociedade ocidental e torna os pais donos da vida e da morte das crianças. A violência doméstica é um componente da violência cultural da sociedade, a qual prefere negar sua existência ou mantê-la circunscrita a determinados espaços (Meneghel, 1995). Essa tendência a negar a violência é reforçada pela impunidade, pelo fracasso dos órgãos responsáveis, assim como pelo silêncio dos envolvidos, sejam eles vítima, familiar, agressor ou profissional (Araújo, 2002; Furniss, 1993).

Os trabalhos enfocando famílias em que a violência se faz presente têm demonstrado que as vítimas idealizam suas famílias, mas que as relações são afetadas em curto prazo e ocorrem disfuncionalidades relacionais entre seus membros. Uma revisão da literatura específica sobre este tema visa, além de trazer as contribuições de estudos recentes que ampliam a compreensão do fenômeno do abuso sexual, reforçar os subsídios teóricos para intervenções clínicas destinadas tanto a vítimas quanto às suas famílias.

Violência contra Crianças e Adolescentes

A violência doméstica pode ser considerada um problema histórico que só passou a ser visto assim a partir da evolução dos direitos da criança e do adolescente (Day et al., 2003). A falta de proteção jurídica à criança e a utilização de severas punições físicas caracterizavam o período que antecedeu o século XVIII. Somente a partir do século XIX, sob a influência de John Locke e Rosseau, que a criança passa a ser objeto de investimento afetivo, econômico, educativo e existencial. Segundo Muza (1994), a compreensão da infância como um período que necessita de proteção e afeto se originou há pouco mais de dois séculos. Antes disso, práticas como o abandono e eliminação de bebês deficientes e, mais tarde de crianças normais, eram aceitas normalmente.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei sancionada em julho de 1990, contribui para a proteção integral da criança e do adolescente. Em seu

artigo 5º (ECA, 1990), define: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. O ECA impulsionou políticas e práticas contra a violência, na defesa das pessoas em desenvolvimento. Além disso, pesquisas na área de abuso infantil foram intensificadas no Brasil com a publicação do ECA (Amazarray & Koller, 1998; Habigzang & Caminha, 2004). A partir do momento em que esta lei passou a vigorar, crianças e adolescentes passaram a ser considerados juridicamente como sujeitos de direitos (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Entretanto, um grande número de crianças e adolescentes ainda sofre diferentes formas de violência, caracterizando uma violação de direitos sociais e individuais, direitos humanos universais, regras sociais e familiares (Faleiros, 2003).

Dentre as formas possíveis de violência contra crianças e adolescentes, destaca-se a violência intrafamiliar. Esta é classificada em quatro categorias, que constituem os Maus Tratos: (1) abuso físico; (2) abuso emocional ou psicológico; (3) abuso sexual; e (4) negligência (Caminha, 2000; Benetti, 2002; Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005). O abuso físico caracteriza-se, principalmente, por atos que geram dor e desconforto na criança (Caminha, 2000), enquanto o abuso emocional ou psicológico inclui todos os comportamentos que possam causar medo, frustração, experiências de temor quanto à própria integridade física e psicológica, ameaças verbais com conteúdo violento ou emocional (Benetti, 2002). A negligência é caracterizada pela falha em prover as condições mínimas de sobrevivência e atenção às necessidades básicas da criança, de afeto, alimentação, educação, supervisão e cuidado (Benetti, 2002). Já o abuso sexual, inclui tanto atividades que tenham contato físico como manipulação de genitais e intercurso sexual como situações de exibicionismo e voyeurismo, em que não há contato físico direto. Belsky (1993) e Habigzang e Caminha (2004) salientam a co-ocorrência destes diferentes tipos de violência em função da dinâmica e do fluxo entre as categorias. Crianças vítimas de abuso sexual são também vítimas de negligência, abuso emocional e abuso físico. O abuso sexual pode ocorrer tanto com pessoas desconhecidas da vítima quanto com pessoas conhecidas e familiares. Esta última situação tem sido a mais freqüente e pode envolver mãe, pai, madrasta, padrasto, tios, avós, primos, irmãos, etc. Dentre as formas de violência doméstica, destaca-se o abuso sexual como tendo uma grande incidência em nossa sociedade (Amazarray & Koller,

1998; Habigzang & Koller, 2006; Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gammerman, 2003).

Abuso Sexual: Definições e Conseqüências

As definições de abuso sexual incluem atos e jogos sexuais, relações hetero ou homossexuais, desenvolvimento adiantado do abusador em relação à vítima e a não compreensão e consentimento desta última (Habigzang & Caminha, 2004). A *World Health Organization* (1999) conceituou violência sexual como todo ato, tentativa, comentários ou insinuações sexuais não desejados, ações para comercializar ou utilizar, de qualquer outro modo, a sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito. Considerando de forma ampliada o fenômeno do abuso, incluem-se atos em que o contato físico direto não ocorre como no exibicionismo, voyeurismo e assédio, até a relação sexual propriamente dita, com intercurso genital ou anal. Diferenças de idade têm sido utilizadas como um fator contribuinte na definição de abuso sexual infantil e são recomendadas na literatura: quando a criança tem até 12 anos de idade, é sugerida uma diferença de idade de cinco anos entre a vítima e o perpetrador; e entre 12 e 16 anos, a diferença sugerida é de 10 anos (Amazarray & Koller, 1998; Browne & Finkelhor, 1986). Apesar disso, o principal fator demarcador de abuso sexual não é a idade, mas a relação de poder estabelecida e da qual se utiliza o abusador. Mesmo havendo inúmeros estudos e programas de atendimento a vítimas de abuso sexual e suas famílias, e diversas organizações e instituições que surgiram para investigar e trabalhar a partir desta temática, a definição de abuso sexual apresenta diferentes controvérsias (Haugaard, 2000), além de dificuldades, para que o fenômeno possa ser identificado na prática diária dos profissionais e dos serviços.

Outros aspectos do abuso sexual que contribuem para a definição do abuso sexual é que este: (a) apresenta outras formas de violência associadas; (b) geralmente é repetitivo e intencional; (c) visa à estimulação e o controle da sexualidade da criança; (d) implica em conhecimento/compreensão e gratificação diferenciais entre vítima e abusador; (e) viola regras sociais e familiares; (f) apresenta uma interface cultural; (g) poder/autoridade diferenciais são evidentes entre criança e abusador, seja com base na idade, tamanho físico ou natureza da relação emocional (Amazarray & Koller, 1998; Caminha, 2000; Cohen & Mannarino, 2000; Kristensen, 1996). O abuso viola a

dependência, a vulnerabilidade e a inocência, aspectos característicos da infância (Habigzang & Caminha, 2004).

Em se tratando de dados da literatura internacional, há uma diversidade de estudos investigando a prevalência do abuso sexual. Revisando estudos de prevalência do abuso sexual nos Estados Unidos, Haugaard (2000) encontrou altos e variados índices de prevalência em estudantes universitários: 50% de estudantes passaram por experiência de abuso que não envolvia contato genital, enquanto de cinco a 10% experienciaram tentativa de intercurso ou intercurso completo. Além disso, percentuais de estudantes universitários que tiveram pelo menos um incidente de abuso sexual infantil nas suas vidas variaram de 41% a 60%. Um percentual menor relatou múltiplas experiências sexualmente abusivas, variando de 12 a 26%. Em outra revisão de trabalhos, Nurcombe (2000) identificou níveis de um a 16% de homens vítimas na infância e dois a 45% de mulheres vítimas na infância, com contato genital em 1,5% dos casos masculinos e 5% dos casos femininos. Uma idade de risco identificada neste trabalho foi o intervalo de oito a doze anos de idade. Outros dados interessantes são o de que 15% dos abusos envolveram pessoas estranhas à vítima, 38,3% envolveram os pais, 46,3% envolveram conhecidos da família. Além disso, 28% das mulheres nunca revelaram o abuso. Recentemente, Fassler, Amodeo, Griffin, Clay e Ellis (2005) encontraram uma incidência de três a 27% de vitimização sexual na infância reportadas por mulheres adultas. Entretanto, ainda nos Estados Unidos, Finkelhor e Jones (2006) identificaram declínio da prevalência de diversas formas de maus tratos a crianças, incluindo o abuso sexual. Dentre as explicações para essa mudança, inclui-se a prosperidade econômica no país, o aumento do encarceramento dos agressores, aumento dos agentes sociais de intervenção, mudanças nas normas e práticas sociais e a farmacologia psiquiátrica, dentre outros fatores.

O estado do Rio Grande do Sul tem notificado um número cada vez maior de denúncias de abuso sexual infantil. Entretanto, Flores e Caminha (1994) ressaltam o fato de que isto deve indicar uma maior atenção ao tema e não um aumento real da incidência, já que este é um fenômeno histórico (Habigzang & Caminha, 2004). Mesmo com o aumento das denúncias, os números são apenas estimativas já que muitos casos permanecem guardados em segredo pela complexa dinâmica do abuso sexual. Além disso, pensa-se que a epidemiologia desses casos é ainda atravessada por fatores socioeconômicos, já que as classes mais favorecidas tenderiam a evitar a denúncia e a exposição social que esta implica. Há, ainda, uma ampla variação dos estudos de

prevalência em função de diferentes definições utilizadas pelos pesquisadores, técnicas de amostragem e métodos de coleta de dados diferenciados (Fassler, Amodeo, Griffin, Clay, & Ellis, 2005).

Dados do ano de 1999, referentes a 1754 registros de crianças e adolescentes de zero a quatorze anos, vítimas de violência, foram investigados no estado do Rio Grande do Sul (Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999). Dentre estes casos, ressalta-se o predomínio de vítimas do sexo feminino (57,3%) e um risco elevado destas sofrerem abuso sexual, quando comparadas aos meninos. A ocorrência de abuso sexual totalizava 335 ou 26,2% destes casos, sendo 79,4% das vítimas do sexo feminino. O local de ocorrência desses abusos era, em sua maioria, a residência da vítima (65,7%) e a rua (22,2%). Estudo mais recente, incluindo 1193 adolescentes de 52 escolas estaduais de Porto Alegre, apontou para uma frequência menor de vitimização sexual. Destes adolescentes, 27 relataram ter sido sexualmente abusados (2,3%), 54 (4,5%) relataram ter testemunhado uma pessoa ser sexualmente atacada, molestada ou estuprada e 332 (27,9%) relataram conhecer pessoas que foram vítimas de violência sexual (Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gammerman, 2003). Entretanto, este estudo entendeu como abuso sexual apenas a existência de penetração ou contato genital, o que pode ter interferido nos resultados.

Os danos psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual estão relacionados a fatores intrínsecos à criança, fatores extrínsecos, envolvendo sua rede de apoio social e afetiva, e fatores da própria violência (Habigzang & Koller, 2006). Os fatores intrínsecos incluem a saúde emocional da criança, seu temperamento, experiências anteriores e crenças sobre a situação de abuso. Os fatores extrínsecos dizem respeito ao conjunto de sistemas e pessoas que se relacionam com a criança e incluem os recursos sociais, funcionamento familiar e reação diante da revelação do abuso. Já os fatores relacionados à violência sexual incluem: (a) idade do abuso; (b) sua duração; (c) grau de violência ou ameaça de violência física; (d) diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que o sofreu; (e) grau de relacionamento entre criança e abusador; (f) grau de segredo; (g) penetração genital; (h) coerção ou ameaça (Cecil & Matson, 2001; Furniss, 1993; Nurcombe, 2000). Fatores precedentes e subseqüentes ao abuso também se mostram associados com as conseqüências, como o funcionamento familiar anterior e o grau de suporte do cuidador não-abusivo diante da revelação, além do fato de ter que dar testemunho sobre o abuso (Nurcombe, 2000).

A frequência e duração do abuso sexual e a natureza da relação com o agressor tem sido associada com sofrimento psicológico aumentado, baixa auto-estima, depressão e ideação suicida (Fassler, Amodeo, Griffin, Clay, & Ellis, 2005). Abuso por múltiplos perpetradores também tem sido um fator para um sofrimento psicológico aumentado em comparação a abuso por apenas um agressor. Outro aspecto determinante do prejuízo psicológico é o fato de constituir uma relação incestuosa. O incesto tem sido associado com mais sintomas traumáticos do que abusos cometidos por não familiares. Além disso, vítimas de incesto apresentam pobre ajustamento social, baixa auto-estima e mais alto índice de depressão do que vítimas de abuso não incestuoso (Fassler et al., 2005).

Considerado como uma experiência negativa de vida ou estressante, o abuso sexual gera um alto grau de tensão, interfere nos padrões normais de resposta e pressupõe uma alta probabilidade de ocorrência de algum tipo de desordem (Silva & Hutz, 2002). Estas alterações podem incidir sobre o comportamento, o afeto, a cognição das vítimas, além de possíveis implicações físicas, sociais e acadêmicas.

As possíveis conseqüências do abuso sexual têm sido descritas na literatura como conseqüências de curto e longo prazo (Azevedo, Guerra, & Vaiciunas, 2000). Entretanto, alguns autores (Browne & Finkelhor, 1986) preferem referir-se às primeiras como efeitos iniciais, dado que estas podem iniciar como decorrência do abuso e manter-se por longos períodos. Estas conseqüências podem ser divididas em: (a) físicas: gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, trauma físico, queixas somáticas, atraso do desenvolvimento; (b) comportamentais: comportamento sexual inapropriado, isolamento, agressão, comportamento regressivo, comportamento suicida, auto-agressão, fugas, abuso de substâncias, alcoolismo, atos ilegais, diminuição do comportamento pró-social, relacionamentos superficiais, risco de tornar-se abusador, mentira, furtos, tendência à revitimização, fuga de contato físico, delinqüência juvenil, prostituição, automutilação; (c) afetivas: medo, pesadelos, confusão e ansiedade a respeito da identidade sexual, confusão quanto a valores sexuais, dificuldade de confiar nos outros, embotamento afetivo, sentimento de culpa, irritabilidade, baixa auto-estima, dificuldades no ajustamento sexual adulto; (d) escolares/de aprendizagem: problemas escolares, baixo rendimento escolar; assim como (e) psicopatologias, sendo apontados como quadros mais comuns a depressão, transtornos alimentares, de ansiedade, dissociativos, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, transtornos do sono e transtornos de personalidade como

borderline (Amazarray & Koller, 1998; Browne & Finkelhor, 1986; Flores & Caminha, 1994; Habigzang & Koller, 2006; Johnson, 1992; Krahe, Scheinberger-Olwig, Waizenhöfer, & Kolpin, 1999; Nurcombe, 2000; Padilha & Gomide, 2004; Silva & Hutz, 2002; Swanston, Plunkett, O’Toole, Shrimpton, Parkinson, & Oates, 2003).

Uma importante consequência do abuso sexual é a probabilidade aumentada da manutenção de um ciclo de violência perpassado de geração a geração. A multigeracionalidade é um aspecto apontado por diferentes autores (Caminha, 1999, Habigzang & Caminha, 2004; Nurcombe, 2000; Sugar, 1992) e que se define a partir da vítima que passa a também vitimizar. Sugar (1992) afirma que jovens molestados podem tornar-se molestadores, a partir de uma forte identificação destes com seus agressores. Gomes, Deslades, Veiga, Behring e Santos (2002), revisando trabalhos sobre maus tratos publicados em periódicos de pediatria, citam o estudo de Straus e Smith (1995) que observou que pais que sofreram violência quando crianças apresentaram um índice duas vezes maior de agressão contra os filhos, quando comparados a pais que não sofreram. Para Gomes et al. (2002), a reprodução das experiências de violência é uma das explicações para a existência de maus-tratos contra crianças: “o presente reedita o passado, em termos de experiências de violência familiar” (pp.710). Outras explicações são a existências de desajustes familiares, psíquicos e alcoolismo e a ordem macroestrutural, que inclui aspectos como desigualdade social, dominação de gênero e de gerações. Entretanto, os autores afirmam que estes fatores referem-se a uma maior probabilidade e vulnerabilidade, e não a uma lei inexorável.

Um estudo investigando as consequências em longo prazo do abuso sexual infantil foi conduzido por Swanston, Plunkett, O’Toole, Shrimpton, Parkinson e Oates (2003). O estudo avaliou 38 jovens nove anos depois do episódio de abuso sexual, do qual foram vítimas e as comparou com 66 jovens randomicamente selecionadas de escolas da região de Sidney, Austrália, em termos de depressão, auto-estima, ansiedade, funcionamento familiar, desesperança, desespero e percepção de como seus pais as cuidaram quando crianças. A partir de instrumentos psicométricos, os pais (36 no primeiro grupo e 66 no segundo) foram avaliados em termos de saúde geral, funcionamento familiar e ansiedade. Em uma entrevista, responderam sobre a situação de vida da criança, dados demográficos, perspectiva sobre o comportamento do filho, uso de tratamento e outros serviços, novo abuso da criança, história de abuso sexual infantil da mãe e esperança quanto ao futuro. Os dados demográficos apresentaram uma

diferença significativa unicamente no nível socioeconômico (NSE), com o grupo de abusados pertencendo mais ao NSE baixo enquanto o de não abusados pertenciam mais ao NSE médio. Os resultados indicaram que o grupo de jovens vítimas de abuso sexual tinha menos irmãos, experienciou mais mudanças nas figuras parentais, tinha pais com mais histórias de problemas com álcool/drogas, reportou famílias com funcionamento mais pobre e pais superprotetores do que o grupo de jovens que não foi vítima de abuso sexual. Eles ainda apresentaram significativamente maior incidência de gravidez, própria ou de suas parceiras, e experienciaram mais eventos negativos de vida. Os jovens, vítimas de abuso, sofriam mais de depressão, ansiedade, baixa auto-estima e apresentavam mais alta incidência de problemas de comportamento. Um percentual significativamente menor de vítimas reportou saúde excelente comparado ao grupo de não vítimas. Apresentaram uso maior de alguns tipos de drogas e maior probabilidade de sofrer acidentes e ferimentos, brigas com membros da família, perder amigos, perder emprego, ser violento, brigar com um parceiro ou procurar ajuda em função de uma reação provocada por uso de álcool ou drogas. Quanto à procura por terapia, evidenciase uma diferença significativa de 76% do grupo de vítimas para 33% do grupo de não vítimas. Os pais de ambos os grupos não diferiram quanto à sua avaliação de ansiedade, angústia ou quanto ao cuidado que eles próprios tiveram de seus pais. Entretanto, as mães do grupo de vítimas de abuso apresentaram significativamente mais histórias de abuso sexual infantil. Os autores concluem que o tratamento não deve focalizar apenas a experiência do abuso, mas também o funcionamento familiar e a desesperança e desespero individual.

Em consonância com este estudo, Fassler e colaboradores (2005) revisaram trabalhos que demonstraram maior incidência de depressão e tentativas de suicídio em mulheres que foram vítimas de violência na infância, comparadas a mulheres que não foram vitimizadas. Baixa auto-estima e dependência de álcool e drogas também estavam associadas à história de abuso na infância. Estudos revisados por Nurcombe (2000) demonstram dados semelhantes. Este autor também apresentou que, diante de tantas conseqüências possíveis e do risco aumentado para diferentes problemas e psicopatologias, a presença de pacientes assintomáticos varia de 21 a 49%. Entretanto, a literatura aponta que 30% dos pacientes assintomáticos passam a exibir sintomas 18 meses após a revelação.

Segundo a definição proposta pela *World Health Organization* (1999), a violência pode ocorrer em diferentes âmbitos, incluindo a residência da vítima. Abusos

cometidos fora do lar e por pessoas desconhecidas da vítima são classificados como extrafamiliares enquanto abusos cujos perpetradores possuem laços de parentesco ou função de cuidado, independente de laços consangüíneos, são classificados como abusos intrafamiliares. Estes últimos envolvem quebra de confiança com figuras parentais e/ou de cuidado, que deveriam promover segurança, conforto e bem-estar psicológico à criança ou adolescente (De Antoni & Koller, 2002). Com relação aos danos para a vítima, o abuso intrafamiliar, além de ser mais freqüente, traz conseqüências mais severas (Amazarray & Koller, 1998; Habigzang & Caminha, 2004; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993). Segundo revisão realizada por Kristensen (1996), a sintomatologia da criança aumenta quando esta possui uma relação próxima com o abusador.

Dentro da família se estabelecem relações de poder e proximidade, afeto e conflito. Particularmente, em algumas destas famílias, a violência faz parte do dia-a-dia e degrada a qualidade dos relacionamentos entre seus integrantes (Araújo, 2002, Sternberg, Lamb, Guterman, Abbott, & Dawud-Noursi, 2005). O incesto é definido como a relação sexual envolvendo uma criança e um adulto responsável (Azevedo, Guerra, & Vaiciunas, 2000). Este fenômeno tem uma perspectiva biológica e outra cultural (Cohen, 2000). Sob a perspectiva biológica, a proibição do incesto teria como função evitar a possibilidade de homozigose de genes com efeito recessivo. Culturalmente, entretanto, essa proibição permite o convívio familiar, tornando possível a diferenciação simbólica entre pais e filhos (Cohen, 2000). Porém, não é a consangüinidade que define exclusivamente o que é abuso intrafamiliar. Uma relação abusiva perpetrada por uma pessoa muito próxima, afetiva, cuidadora e aparentemente protetiva, com quem a vítima não compartilha laços consangüíneos, pode ser mais impactante para seu desenvolvimento do que se o agressor fosse um parente biológico distante. Nesse sentido, os danos estão mais relacionados ao quanto a vítima percebe a afetividade e a proximidade da sua relação com o abusador.

Perspectivas Teóricas sobre Família

De Antoni (2005) apresenta três principais disciplinas que, tradicionalmente, definem o termo família: (a) a Antropologia, na qual o interesse está centralizado na natureza e grau de parentesco; (b) a Sociologia, na qual as conceituações centralizam-se na configuração familiar; e, (c) a Psicologia, que a percebe como um conjunto de relações. Segundo as definições antropológicas, o grau de parentesco é classificado de

acordo com o vínculo entre os membros. Este vínculo pode ser consangüíneo (entre irmãos), de aliança (marido e esposa) e de filiação (pais e filhos). A natureza do parentesco diz respeito a sentimentos gerados por essa vinculação. Na sociologia, as configurações familiares são classificadas como nucleares ou de orientação (pessoa, pais e irmãos), extensivas (pessoa, avós, tios e outros parentes) e de procriação (pessoa, marido ou esposa e seus filhos). As famílias podem ser tradicionais (constituídas por casal e filhos), monoparentais (mãe ou pai e filhos), reconstituídas (presença de pai ou mãe, madrasta ou padrasto, filhos do relacionamento atual e de relacionamentos passados) ou substitutas (avós, tios, padrinhos ou adotivos).

No contexto das definições psicológicas, a família tem sido considerada um sistema de relações que inclui pessoas ligadas por parentesco e/ou que se sentem pertencentes a um determinado contexto (De Antoni & Koller, 2000). É uma instituição social básica, fundamental para a formação do indivíduo (Araújo, 2002). A família propicia o desenvolvimento psíquico e a aprendizagem da interação social, a partir da transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (Osório, 1997). Uma função primordial da família é, assim como para outras espécies, assegurar a sobrevivência biológica de seus descendentes, segundo Osório (1997). Este autor afirma que a responsabilidade pelo surgimento desse agrupamento é a impossibilidade de sobrevivência do ser humano sem cuidados nos primeiros anos de vida. Dois modelos teóricos, a teoria sistêmica e o modelo bioecológico de desenvolvimento, contribuem para uma compreensão abrangente da família.

A *teoria sistêmica* define a família como um sistema relacional ativo, que ultrapassa o indivíduo e que está em constante transformação (Andolfi, Angelo, Menghi, & Nicolo-Corigliano, 1989). A família, enquanto um “organismo complexo”, se modifica no decorrer do tempo com o objetivo de garantir a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. O processo de crescimento do indivíduo implica numa independização deste com relação ao sistema familiar. As trocas com outras pessoas, para além da família, enriquecem a identidade do indivíduo, ao fazer com que ele exercite novos papéis sociais. Subseqüentemente, essas mudanças em nível individual acarretam mudanças nas funções complementares das outras pessoas, caracterizando o crescimento do indivíduo e o processo de reorganização contínua da família durante o ciclo vital. O desenvolvimento da família como unidade e a diferenciação de seus membros é possível graças a esse processo de continuidade e desenvolvimento. Mudança e reorganização são processos característicos do organismo

familiar, segundo Andolfi e colaboradores (1989), e são importantes para a compreensão das dinâmicas de suas relações. Pressões em direção à mudança são experimentadas pela família tanto internamente, no que diz respeito à satisfação de exigências dos ciclos vitais dos indivíduos, quanto externamente, no que diz respeito às exigências sociais. Enquanto um sistema aberto, a família lida com forças de mudança e de homeostase. A partir de desequilíbrios temporários, os membros avaliam suas relações e recuperam a estabilidade através de reorganizações de sua estrutura, mantendo assim um equilíbrio entre unidade familiar e crescimento individual.

Enquanto unidade de crescimento, a família é a unidade que proporciona as primeiras experiências de troca para o indivíduo (Ackerman, 1986). Entre os membros da família circulam bens materiais, amor, ódio e inumeráveis outros sentimentos, de diversos graus de intensidade. A configuração da família controla a qualidade, a quantidade e a direção da expressão emocional. Os vínculos que formam a família são compostos por fatores: (a) biológicos, cuja função é perpetuar a espécie; (b) psicológicos, caracterizados por uma interdependência entre os membros da família para a satisfação de necessidades afetivas; (c) econômicos, caracterizados por uma interdependência mútua para a satisfação de necessidades materiais; e, (d) sociais, cujos objetivos são o fornecimento de necessidades materiais, de união social, o desenvolvimento de uma identidade pessoal, a padronização de papéis sexuais e o desenvolvimento da aprendizagem. Para Ackerman (1986), a tarefa da família é socializar a criança e favorecer o desenvolvimento de sua identidade, além de assegurar a sobrevivência física e construir a humanidade essencial do homem. A família pode ser considerada ainda como uma unidade formada pelas pessoas que compartilham o mesmo teto ou que estão sob a autoridade de alguém.

Para Ackerman (1986), há reciprocidade entre os papéis dos membros da família. Uma determinada interação emocional entre dois membros afeta toda a família e o comportamento de cada membro é afetado por todos os outros. Intercâmbio emocional e equilíbrio definem a estabilidade da família e de seus membros. Condições externas e a organização interna moldam a família, que se adapta às influências agindo sobre ela tanto de fora como de dentro. Cada fase de transição, como o nascimento de um filho, a entrada na escola, a puberdade, o amadurecimento do filho e seu casamento, o envelhecimento dos pais, implica mudanças por parte da família. As condições de vida, o tempo e o lugar transformam a família, cujos padrões se acomodam ao período histórico em que vive. Ela é um produto da evolução, uma “unidade flexível”.

Minuchin e Fishman (1990) definem a família como “um grupo natural” caracterizado por uma estrutura que governa o funcionamento dos membros da família, delinea sua gama de comportamento e facilita sua interação. Essa estrutura se desenvolve através dos tempos e a partir de padrões interacionais. Ela é necessária para que a família desempenhe suas tarefas, dê apoio para a individuação e ao mesmo tempo provenha um sentido de pertinência. O começo da família é considerado por estes autores como a união do casal, seja hetero ou homossexual. O processo de conciliação de valores, expectativas, idéias, preferências entre os companheiros forma o novo sistema. O casal traça fronteiras ou limites que os protegem e que determinam a viabilidade da estrutura familiar. A educação dos filhos e a socialização são transações de responsabilidade do subsistema parental, que deve mudar de acordo com a mudança nas necessidades da criança. A família e o contexto social estão continuamente em processos de mudança, que através dos tempos tem desenvolvido padrões de interação.

As famílias são sistemas multi-individuais e subsistemas de unidades amplas como a família extensa, a vizinhança e a sociedade. Diferentes subsistemas compõem a família, como por exemplo, um indivíduo ou uma díade, como mãe e filha. Subgrupos mais amplos são formados por geração (subsistema de irmãos), o sexo (avô, pai, filho), ou a tarefa (subsistema parental). A família tem a capacidade de adaptar-se e mudar enquanto mantém a continuidade, caracterizando sua tendência tanto à evolução quanto à conservação. Enquanto um sistema vivo, a família troca informação e energia com o exterior e evolui em direção a uma crescente complexidade (Minuchin & Fishman, 1990).

Ainda no campo da terapia de família, Steinhauer (1992) define a família como um sistema em equilíbrio em três níveis: intrapsíquico, interpessoal e social. No nível intrapsíquico, cada pessoa deve estabelecer e manter um equilíbrio entre demandas biológicas, psicológicas e sociais conflitantes. No nível interpessoal, os membros das famílias estão afetando e sendo afetados uns pelos outros e, no nível social, todos os membros da família e a família como uma unidade estão constantemente influenciando e sendo influenciados pelo ambiente extrafamiliar (social). Estes três níveis são interrelacionados, ou seja, o que ocorre em um nível inevitavelmente afetará as respostas em outros níveis.

O equilíbrio familiar é governado por seis princípios: (1) dentro de qualquer família, todos os membros recebem e assumem papéis que os fazem comportar-se de formas repetitivas e altamente características; (2) a estrutura de cada família é definida

por um conjunto de regras a que todos devem obedecer e que permite que os membros se relacionem entre si; (3) os papéis e regras que governam o comportamento de uma família definem a estrutura característica daquela família; (4) o equilíbrio familiar está sendo constantemente desafiado e redefinido no curso da interação cotidiana, o que provoca tensão; (5) o equilíbrio familiar é um equilíbrio homeostático ou auto-perpetuante, de modo que tentativas de mudá-lo de dentro ou de fora evocam oposição; e (6) o equilíbrio familiar é um mecanismo utilizado pelo grupo para fazer frente às duplas ameaças de ruptura e/ou dor (ansiedade, depressão, raiva, sentimentos sexuais intoleráveis). As famílias desenvolvem um padrão definido, repetitivo e auto-perpetuante de papéis e regras dentro dos quais se espera que os membros funcionem (Steinhauer, 1992).

A família é ainda considerada como um sistema biológico e psicossocial complexo afetado por fatores individuais e culturais (Ghering, 1993). Ela inclui não apenas a tradicional família biológica nuclear, mas também a terceira geração de família extensa ou outros membros familiares biológicos ou sociais. Para Ghering, há dois tipos de sub-sistemas familiares: membros da mesma geração e aqueles com limites transgeracionais. Pesquisadores e terapeutas de várias escolas concordam que coesão e hierarquia são duas dimensões chaves para descrever as relações familiares. A coesão é geralmente definida como uma proximidade emocional ou apego entre os membros da família. A hierarquia apresenta diferentes concepções teóricas, podendo referir-se à autoridade, dominância, poder de decisão ou a soma de influência exercida por um membro da família sobre outros. Coesão e desenvolvimento psicologicamente saudável apresentam uma relação linear, mas o mesmo não acontece quando se trata da hierarquia. Famílias com problemas psicossociais frequentemente apresentam menos coesão e mais relações hierárquicas não balanceadas (igualitária ou muito hierárquica) com uma alta incidência de limites geracionais não claros (coalisões transgeracionais e reversões hierárquicas).

Segundo Narvaz e Koller (2004), o *modelo bioecológico* é, além de uma teoria sistêmica, uma teoria contextualista e interacionista. Bronfenbrenner, principal expoente da teoria ecológica do desenvolvimento humano, reorientou a psicologia, que até então dava uma conotação individualista aos processos psicológicos. Nesta nova proposta, focalizam-se os processos e as interações, e a pessoa é apenas um dos elementos (Narvaz & Koller, 2004). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner entende que o desenvolvimento humano se dá através de interações recíprocas cada vez mais

complexas envolvendo o organismo humano e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente externo imediato (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O modelo bioecológico envolve quatro componentes principais e uma relação dinâmica e interativa entre eles: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo. O Processo (ou processo proximal) inclui as interações do organismo com o ambiente que operam em tempo integral e são vistos como mecanismos primários produzindo o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Para que os processos proximais ocorram é necessário que a pessoa esteja engajada em alguma atividade, que a interação aconteça regularmente no decorrer do tempo, que as atividades sejam cada vez mais complexas, que haja reciprocidade entre as relações interpessoais e que objetos e símbolos do ambiente estimulem a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento (Narvaz & Koller, 2004). O poder do processo é influenciado pelas características variáveis da Pessoa, do Contexto e dos períodos de Tempo. Com relação à Pessoa, a disposição, os recursos (capacidade, experiência, conhecimento e habilidade) e a demanda exercem bastante influência sobre o desenvolvimento, afetando a direção e o poder dos processos proximais através do curso da vida (Bronfenbrenner & Morris, 1998). As características da pessoa incluem tanto aquelas determinadas biopsicologicamente quanto aquelas que foram construídas na interação com o ambiente (Narvaz & Koller, 2004). Essas características da Pessoa são incorporadas à definição de microsistema como características dos pais, parentes, amigos próximos, professores, mentores, colegas de trabalho, cônjuges ou outros que participam do desenvolvimento da pessoa sobre uma base regular e através de períodos extensos de tempo. O modelo bioecológico introduz também a interação não com pessoas, mas com objetos e símbolos. O Tempo tem um lugar proeminente em três níveis sucessivos: o Microtempo, que se refere à continuidade *versus* descontinuidade dos episódios de processos proximais; Mesotempo, que é a periodicidade destes episódios através de intervalos de tempo; e Macrotempo, que concerne a mudanças de expectativas e eventos na grande sociedade, entre e através de gerações, como eles afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano através do curso de vida (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Na ecologia do desenvolvimento, o ambiente no qual a pessoa se desenvolve é considerado não apenas um ambiente único imediato, mas inclui as interconexões entre esses ambientes e as influências externas de meios mais amplos (Bronfenbrenner, 1996). Microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema constituem as

estruturas ambientais que influenciam o desenvolvimento da pessoa e que são influenciadas por ela. O microsistema é aquele no qual as pessoas podem interagir face a face, como em casa, na creche, *playground* (Bronfenbrenner, 1996). Dois ou mais ambientes em que a pessoa participa ativamente e as inter-relações entre eles constituem o mesossistema, ou seja, um conjunto de microsistemas. Já o exossistema inclui um ou mais ambientes em que a pessoa não participa, mas que a influenciam, como o trabalho dos pais ou a escola de um irmão. Por sua vez, o macrosistema refere-se a ideologias, valores, crenças, religiões, formas de governo, culturas e sub-culturas (Bronfenbrenner, 1996; Narvaz & Koller, 2004).

Nessa perspectiva, a criança estabelece relações de confiança a partir de um processo progressivo de interações. A família é o principal contexto de desenvolvimento, efetuando trocas e afeto, compartilhando atividades e possibilitando a alternância de poder. Atividade, papel e relação interpessoal são os elementos que constituem o microsistema, experienciados pela pessoa em desenvolvimento. A díade é considerada o bloco construtor básico do microsistema e um contexto crítico para o desenvolvimento. Enquanto estrutura interpessoal de desenvolvimento, o poder da díade está relacionado à reciprocidade, ao equilíbrio de poder às relações afetivas. Uma díade exerce impacto sobre o desenvolvimento da pessoa a partir de seu nível de reciprocidade, mutualidade do sentimento positivo e quando o equilíbrio de poder se altera em favor da pessoa em desenvolvimento, ou seja, quando esta recebe a oportunidade de exercer controle sobre a situação (Bronfenbrenner, 1996).

O microsistema insere-se, tal como um sistema de encaixes, nos sistemas mais amplos que o influenciam e que são por ele influenciados (De Antoni & Koller, 2000). Este contexto é definido como tendo um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados face-a-face pela pessoa em desenvolvimento (Narvaz & Koller, 2004). Enfatiza-se a percepção da pessoa e o significado que ela atribui àquilo que vivencia e não às características objetivas do meio.

A abordagem ecológica permite uma análise de cada sistema influenciando os fenômenos de violência (Belsky, 1993). Koller e De Antoni (2004) apresentaram fatores de risco e proteção para violência doméstica em cada contexto do modelo bioecológico. Especificamente no microsistema, foram apontados como fatores de risco: pais/cuidadores com história de abuso anterior, institucionalização, segredo, famílias monoparentais, gravidez na adolescência, estresse familiar por saúde, problemas financeiros e de relacionamento, tamanho, problemas de comunicação, disciplinas

incongruentes, inconsistentes e ineficientes, práticas disciplinares restritivas e punitivas, estilos parentais negligente e autoritário, falta de clareza sobre potencialidades e limites, ausência de senso de pertencimento à comunidade e de habilidades empáticas, mau humor, pessimismo, falta de senso de bem-estar e de amor, competitividade voraz e destrutiva, desesperança no futuro, baixo nível de escolaridade e falta de apoio para formação educacional e para seu bom desempenho, relações instáveis e promíscuas, falta de reciprocidade e equilíbrio de poder, presença de alcoolismo, uso e abuso de drogas, *habitat* sem privacidade, presença/troca de parceiros. Os fatores de proteção relativos ao microsistema familiar incluem: pais ou cuidadores sem história de abuso ou conscientes de abuso na infância, práticas disciplinares de conscientização, estilo parental autoritativo, clareza em potencialidades e limitações, senso de pertencimento à comunidade, amor, amizade, bom humor, otimismo, bem-estar, afetos positivos, religiosidade, expectativas de futuro, estímulo à formação e ao bom desempenho, companheirismo, compartilhamento, relações estáveis com equilíbrio de poder e reciprocidade, saúde física e mental, resiliência individual e familiar, estabilidade e prosperidade econômica.

Características Familiares em Casos de Abuso Sexual

Considerando o caráter intrafamiliar do abuso sexual e que determinadas características familiares atuam como mediadoras de conseqüências da violência para a vítima e de resultados do tratamento, importante fração da literatura específica tem se dedicado a investigar diferentes aspectos das famílias em que ocorrem estes casos. Autores têm demonstrado que a disfuncionalidade é uma característica freqüente nas famílias em que ocorre o abuso sexual, bem como a nebulosidade na divisão de fronteiras e a inversão de papéis (Flores & Caminha, 1994). Para Furniss (1993, p. 113), “o abuso sexual da criança na família é, no nível interacional, um sintoma de disfunção familiar”. Este mesmo autor, afirma haver uma inversão na hierarquia entre pais e filhos nessas famílias. Quando ocorre uma relação incestuosa, há alteração das funções familiares: o pai passa a ser marido, a mulher aceita perder a função de esposa e de mãe e a filha exerce a função de esposa e de mãe de seus irmãos (Cohen, 2000).

O abuso sexual é visto como parte de uma doença familiar, em que a denúncia depende de uma ruptura do equilíbrio doméstico (Pfeiffer & Salvagni, 2005). Nessa “distorção relacional”, a mãe ocupa o papel de *silent partner*, que provavelmente teve uma mãe dominante, fria e emocionalmente distante, que rejeitou as filhas, favorecendo

os filhos. Com a filha adolescente, a mãe pode delegar à filha seu papel de mãe e esposa, reagindo com ciúmes diante da revelação do abuso sexual, como se a filha fosse sua rival e fosse a responsável pelo que aconteceu. Essas autoras concluem que o abuso sexual faz parte de um “conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura familiar doente, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor” (Pfeiffer & Salvagni, p. 200). Sobre as mães de vítimas de incesto tem sido dito que estas tem sentimentos de desamparo, vergonha e culpa, como as próprias vítimas (Narvaz, 2003). Essas mães podem ter sido abusadas em sua infância e por isso terem dificuldade em perceber o abuso sofrido pela filha. Elas podem ainda não ter recebido o apoio necessário de suas próprias mães e serem dependentes emocional e economicamente de seus companheiros, provavelmente agressores de suas filhas e abusadores de substâncias.

Silva e Hutz (2002) consideram que em uma família abusadora provavelmente exista clima afetivo pobre, constante utilização da violência como prática disciplinar, administração inconsistente de reforços e punições, dificuldade em expressar sentimentos e idéias de forma verbal ou ainda alguma psicopatologia materna. Outras características de famílias em que ocorre abuso sexual podem incluir violência doméstica, pais abusados na infância, pai alcoolista, autoritário ou moralista, mãe passiva e ausente, cônjuges com relação sexual inadequada, famílias reestruturadas, violação de privacidade sexual, pais que permanecem muito tempo a sós com seus filhos, filhas desempenhando papel de mães, promíscuas ou com comportamentos autodestrutivos, isolamento, falta de amigos, comportamento sexual inapropriado (Flores & Caminha, 1994).

Para Cohen (2000), o incesto é um ato egoísta, que atrapalha e desestrutura a família. Pode ser considerado também como um sintoma de uma crise da estrutura familiar. O abuso sexual intrafamiliar é cometido por alguém conhecido e próximo da criança, numa estrutura de poder assimétrica (Morales & Schramm, 2002). Aquele que abusa se encontra numa posição de vantagem e se aproveita dessa condição utilizando chantagem emocional ou intimidação. O contexto em que ocorre a violência é dissimulado e progride de carícias, beijos, toques para um contato sexual, que pode acontecer muito tempo depois. Uma forma menos severa de abuso precede uma forma mais severa, que podem ser impedidas com intervenções nestes momentos antecedentes (Haugaard, 2000). A vítima sente dificuldades para contar o que aconteceu, tendo em vista o vínculo que tem com o abusador e, quando conta, é muitas vezes, desacreditado

pela família (Morales & Schramm, 2002). O segredo é mantido por uma dinâmica complexa, em que o abusador utiliza-se de seu papel de cuidador e da confiança e do afeto que a criança tem por ele (Habigzang & Koller, 2006). A permanência do segredo entre esses dois atores contribui para o fortalecimento do poder do abusador sobre a vítima e assim, para a perpetuação da dinâmica do abuso sexual. Muitas vezes, quando o ciclo é rompido a partir da quebra do silêncio através da vítima, as conseqüências psicológicas já são danosas. A revelação pode levar a vítima ao lugar de culpado, pois provoca na família uma “tragédia”, fazendo com que a criança sofra mais uma violência: o isolamento (Morales & Schramm, 2002).

O abuso sexual é considerado uma síndrome conectora de segredo e adição (Furniss, 1993). O segredo é mantido por fatores externos como a dificuldade de obter prova forense e evidência médica, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, o medo de não ser acreditada, as ameaças sofridas e a ansiedade em relação às conseqüências da revelação. Outros fatores, como a minimização de *input* sensorial por parte do abusador, através do escuro, evitação do contato visual e aspectos ritualizados da interação caracterizam o aspecto dissociativo do abuso, que, assim como a transformação da pessoa que abusa em “outra pessoa” (comportamento muito diferente do habitual) e os rituais de entrada e saída, contribuem para a negação e anulação da experiência e conseqüentemente, para a manutenção de uma violência encoberta. O segredo toma proporções mágicas e monstruosas para a criança, que se sente isolada, desamparada, estigmatizada, intimidada e culpada (Habigzang & Caminha, 2004). O abuso é entendido, pela perspectiva do agressor, como uma síndrome de adição, complementar à síndrome do segredo (Furniss, 1993). É assim considerado porque o abusador sabe que o abuso é errado, que constitui crime e é prejudicial à criança. Além disso, o abuso é considerado um processo conduzido por compulsão à repetição, que inclui excitação, gratificação sexual, alívio de tensão, dependência psicológica, negação da dependência, sintomas de abstinência como ansiedade, irritabilidade, agitação e outros sintomas, assim como em casos de dependência de substâncias (Furniss, 1993)

Mais recentemente, Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) delinearão as características de vítimas, agressores e famílias em processos jurídicos por violência sexual no Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul/Brasil. Os principais resultados permitiram construir um perfil da vítima, caracterizado por ser do sexo feminino em sua maioria (80,9% dos casos), estudantes do ensino fundamental (26,6%), com idade de início do abuso entre 5 e 10 anos (36,2%). Foram identificados ainda o

uso de álcool e outras drogas em 14,9% dos casos e problemas decorrentes diretamente da agressão, como problemas mentais ou psicológicos (33,3%), respiratórios (27,8%), problemas decorrentes de negligência com a higiene (16,7%), viróticos ou bacteriológicos (11,1%), HIV (11,1%) e congênitos (11,1%). A maioria das vítimas expressou desejo de manter-se afastada do agressor (41,8%) e referiu sentir medo deste (38,2%). Dados importantes sobre a denúncia dizem respeito a seu autor (mãe, em 37,6% dos casos) e ao conhecimento anterior da violência por pessoas e instituições, que não efetivaram a denúncia (mães e irmãos, principalmente). A palavra da vítima tem sido o principal meio de comprovação da violência (63,2%), junto com exames ginecológicos e laudos do Instituto Médico Legal e exame de corpo delito (32,4%), relatos da mãe (30,9%), avaliações psicológicas (27,9%) e depoimentos de outros familiares (25%).

O agressor caracteriza-se principalmente por ser do sexo masculino (98,8%) e possuir vínculo de confiança com a vítima (pais e padrastos). Em sua maioria, possuem baixa escolaridade, estavam profissionalmente desocupados ou em trabalhos eventuais, fazem uso de álcool, não apresentam antecedentes criminais e negam a ocorrência da violência. A família teve sua configuração modificada a partir da separação dos pais, em grande parte dos casos. Práticas educativas violentas, filhos assumindo o papel de pais e pobreza foram outras características frequentes nas famílias investigadas. A negação da violência por parte da família atingiu 41,1% enquanto tentativas de proteção somaram 73,3% (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005).

Estratégias de organização da família no conflito também foram delineadas no estudo de Habigzang e colaboradores (2005). Como resultados, encontrou-se que: (a) 50% das vítimas foram abrigadas ou colocadas em famílias substitutas ou com familiares; (b) em 34,5% dos casos a mãe abandonou o agressor; (c) o agressor foi afastado do lar ou preso em 31%; (d) separação da mãe e do agressor em 19%; (e) a vítima mantém contato com agressor em 16,7%; (f) o agressor ameaça a família em 15,5%; (g) familiares e/ou vítima passam a defender o agressor em 15,5%; (h) 14,3% das vítimas fogem de casa; e (i) a situação inicial de violência sexual permanece em 9,5% dos casos (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005).

Estudos em serviços de intervenção sobre características familiares indicam que os motivos desencadeadores de maus tratos contra crianças incluem conflitos do casal, características da própria criança ou adolescente, histórico de vida dos pais, dificuldade de impor limites aos filhos, alcoolismo, fatores socioculturais, falta ou excesso de

trabalho, drogadição do agressor, comportamento rebelde ou distúrbios comportamentais da criança e a necessidade de educá-la (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005; Deslandes, 1994). Dentre os principais resultados destes estudos destaca-se mãe (49%) e pai (40%) como os principais agressores de crianças e adolescentes (Brito et al., 2005), alto percentual de famílias de baixa renda, com dois ou mais filhos e famílias que não contam com ambos os pais (Deslandes, 1994). Outros estudos apontam que, na maioria dos casos, os abusadores são homens, principalmente pais e padrastos (Amazarray & Koller, 1998; Caminha, 2000; Cohen, 2000; Kristensen, 1996).

Um estudo avaliando 149 meninas e 15 meninos de 7,5 a 19 anos de idade, vítimas de abuso sexual demonstrou que essas crianças e adolescentes foram vítimas de mais de um episódio em 74% dos casos, sofriam a violência por mais de um ano (49%) e eram vítimas de adultos (80%), que viviam nas suas próprias casas, em mais da metade dos casos (Kellogg & Menard, 2003). Outros resultados apresentaram que em 14% dos casos, as vítimas foram abusadas por mais de um agressor (média de 2,7 agressores por cada uma dessas crianças) e 52% viveram ou estavam vivendo em casas em que ocorria violência entre os adultos, sendo os pais e padrastos os maiores agressores (73%), demonstrando que as crianças que moram em casas em que têm violência conjugal tem mais chances de sofrer violência física também. A revelação do abuso por parte das crianças demorou em média 2,34 anos e em 18% dos casos, a violência não parou após a revelação inicial. As razões para o adiamento da revelação foram investigadas pelos autores, que obtiveram como respostas: (a) medo do perpetrador, em 34% dos casos; (b) medo de ter problemas, em 21%; (c) medo de não ser acreditado, em 13%; (d) medo dos efeitos sobre a família, em 10%; (e) medo dos efeitos sobre o perpetrador, em 8%; (f) sem razão especificada, em 8%; (g) não sabia que era errado, em 2%; (h) gostava, em 2%; e (i) ficava embaraçado, em 2%. Em 60% dos casos a resposta dos pais em reação à revelação do abuso sexual foi de apoio (adulto acreditou na vítima e a protegeu de acessos do agressor) e em 19% dos casos, as respostas dos pais não foram de apoio (não acreditou), sendo que alguns deles puniram a vítima por seu relato. As outras respostas foram neutras ou desconhecidas. Uma importante conclusão deste trabalho foi a co-ocorrência de violência conjugal e abuso sexual infantil em 77% dos casos.

Tanto as relações entre pares quanto as relações familiares tem predito sintomatologia psicológica em adolescentes que foram vítimas de abuso sexual na

infância (Cohen & Mannarino, 2000). A disfunção familiar e pobre habilidade materna para resolver problemas apresentam-se associadas a problemas comportamentais em vítimas de abuso e a falta de suporte materno e depressão materna tem sido correlacionada com maiores sintomas emocionais e comportamentais. A reação dos pais diante da revelação do abuso também tem se mostrado um forte preditor de resultados. Especificamente, o estudo de Cohen e Mannarino identificou que, além das percepções e atribuições da criança serem fortes preditores de resultados de tratamento, a adaptabilidade familiar e o suporte parental também o são. Entretanto, a alta adaptabilidade da família estava correlacionada positivamente a altos escores de ansiedade nas vítimas de abuso. Uma hipótese seria a de que um nível de estrutura e previsibilidade auxiliariam mais a criança do que alto nível de adaptação. Ainda, o suporte familiar estava associado à minimização de sintomas de ansiedade, junto com a estabilidade da família. Os autores concluem que sintomas psicológicos em crianças vítimas de abuso sexual são afetados tanto por fatores cognitivos individuais quanto por fatores familiares. Entretanto, neste estudo a reação emocional dos pais ao abuso não apareceu associada aos resultados do tratamento.

Cecil e Matson (2001) investigaram o padrão de abuso a partir de fatores como idade de início, tipo de perpetrador e duração, além de funcionamento psicológico e conflito e coesão familiar entre adolescentes que sofreram abuso sexual infantil e adolescentes não vítimas. Participaram 249 adolescentes do sexo feminino que responderam instrumentos que avaliaram a história de abuso, depressão, auto-estima, suporte emocional, coesão e conflito familiar. Os resultados demonstraram que, das 249 participantes, 22,9% relataram ter sido sexualmente abusadas, sendo 44,3% intrafamiliar. A idade de início do abuso variou de três a 17 anos, tendo ocorrido de um a quatro episódios em 62,5% dos casos, com uma duração variando de um a 13 anos em 27,9% dos casos e de um a sete meses em 9,6%. Foi observado ainda que uma grande duração prediz níveis mais elevados de depressão e mais baixos de auto-estima entre vítimas de abuso sexual. Estas vítimas apresentaram escores significativamente mais baixos nas medidas de auto-estima e funcionamento psicológico, e mais altos em escalas de abuso físico e emocional. No que diz respeito a características familiares, foi verificado que as vítimas relataram mais conflitos do que as não vítimas. Entretanto, os níveis de coesão não se diferenciaram. Esse resultado, como se apresenta divergente da literatura que aponta menor coesão nessas famílias, é questionado pelos autores a partir

de um baixo *Alfa de Cronbach* obtido na escala utilizada (sub-escala coesão do instrumento *Family Environment Scale* – FES)

Estudos revisados por Fassler e colaboradores (2005) demonstraram menor coesão e níveis elevados de conflito em famílias de origem de mulheres que sofreram abuso sexual na infância. A amostra investigada por estes autores foi composta por 290 mulheres com uma média de idade de 36,6 anos. 22,9% dessas mulheres sofreram abuso sexual na infância (definido como tendo contato físico e o perpetrador ter cinco anos ou mais de diferença) e foram comparadas a mulheres não vítimas. O abuso prolongou-se por mais de um ano em 40,6% das mulheres, e em 33,1% dos casos foi incesto, com pais, irmãos e avós como os perpetradores mais frequentes. Uma escala de severidade do abuso (que avaliava abuso repetitivo, ocorrência de estupro, mais de um perpetrador, incesto, perpetrador residir na casa da vítima) foi aplicada e escores altos associaram-se a pior ajustamento social, auto-estima, satisfação na vida e maior probabilidade de ter problemas psiquiátricos. Entretanto, quando o ambiente familiar foi avaliado, em termos de coesão, expressividade e conflito, percebeu-se que influenciava os resultados na vida adulta: maiores conflitos foram associados a piores resultados enquanto alta expressividade e coesão foram associados a melhores resultados. Então, o ambiente familiar mediou a relação entre abuso sexual na infância e resultados na vida adulta.

Um estudo citado por Muza (1994), de autoria de Williamson, Borduin e Howe, investigou características familiares em adolescentes submetidos a maus-tratos e encontrou que estas vítimas percebem suas famílias como menos coesas e enfrentando estresse diário mais intenso. As mães percebem seus filhos como tendo mais problemas de atenção e se relacionam mais com companheiros desviantes.

Alguns autores têm se deparado com a possibilidade de reverter algumas conseqüências do abuso. Sternberg, Lamb, Guterman, Abbott e Dawud-Noursi (2005) investigaram os efeitos da violência familiar sobre a qualidade das relações entre adolescentes e seus pais. Através da exploração do apego em quatro grupos de famílias [Grupo 1, vítimas de abuso infantil ($n=33$); Grupo 2, testemunhas de abuso conjugal ($n=16$); Grupo 3, vítima de abuso infantil e testemunha de violência conjugal ($n=30$); e Grupo 4, de comparação ($n=31$), que não sofreram e nem foram testemunhas de nenhuma forma de violência doméstica], foi possível demonstrar que as crianças que foram vítimas de abuso (grupos 1 e 3) tiveram significativamente escores mais baixos do que as crianças que não foram abusadas (grupos 2 e 4). Esses e outros resultados permitiram aos autores concluir que abuso infantil afeta significativamente o apego dos

adolescentes e que diferentes formas de abuso, envolvendo diferentes perpetradores têm diferentes efeitos. A violência familiar é, então, associada com apego inferior dos adolescentes a seus pais. Entretanto, os dados do *follow-up* indicaram a mudança de categorias entre as famílias, o que pode demonstrar que o apego entre crianças – adolescentes e seus pais pode continuar a adaptar-se em resposta a mudanças na qualidade de suas relações, incluindo mudanças no nível e tipo de violência familiar. Sternberg e colaboradores (2005) concluem que os efeitos de experiências precoces podem ser revertidos, modulados ou amplificados dependendo de experiências posteriores, sugerindo um potencial para o sucesso de intervenções apesar de experiências e relacionamentos precoces negativos.

De Antoni e Koller (2000) investigaram a visão de família e a expectativa na formação de uma família no futuro em adolescentes institucionalizadas que haviam sofrido violência intrafamiliar. A partir de dois grupos focais, 12 adolescentes responderam a questões previamente elaboradas pela equipe. Suas respostas indicaram que, para elas, a família persiste como uma instituição sólida e saudável. Para um dos grupos, a família foi compreendida como caracterizada por proximidade, reciprocidade, estabilidade e afeto e constituída por pessoas significativas com as quais possuem relações de apoio e troca, para além de laços consangüíneos. Essa idealização da instituição família pode evitar a confrontação com a própria realidade vivida no âmbito familiar e o sofrimento advindo deste confronto. O grupo entende que os papéis de pai e mãe são similares, com funções e responsabilidades semelhantes. Entretanto, as adolescentes delinearão diferenças entre os papéis de irmãos mais velhos e mais novos, com os primeiros tendo uma função de cuidado e proteção em relação aos últimos, além de exercer certo poder sobre estes. O papel das adolescentes na família assemelha-se ao papel da própria mãe, exercendo tarefas domésticas e cuidando de irmãos menores e avós. Essa rigidez no papel exercido impede que elas realizem atividades de filha, como sair com amigos, estudar e divertir-se. As interrelações familiares são vistas, num primeiro momento, com idealização, mas logo após a violência que permeia o dia-a-dia da família aparece. De Antoni e Koller (2000) entendem que estes aspectos (pais com papéis igualitários, idealização do pai, desgaste na relação com a mãe, relação de pseudo poder entre irmãos e rigidez no papel exercido na família) são fatores de risco para o desenvolvimento saudável da adolescente e de sua família. Entretanto, um importante fator de proteção que pode ser considerado é a expectativa futura quanto à formação de uma família: as adolescentes relatam não querer repetir a história de

violência pela qual passaram. Esse fator é um possível indicador de proteção tanto por evidenciar esperança quanto ao futuro, quanto pela quebra da transmissão intergeracional da violência. O outro grupo diferenciou-se com relação a alguns aspectos: a família foi considerada em base consanguínea, os papéis dos pais foram vistos como diferenciados (mãe relacionada a apoio, afeto e educação e pai relacionado à autoridade e sustento da casa), o papel delas está relacionado a realizar as expectativas tradicionais dos pais como estudar e obedecer. As expectativas com relação à família futura também atuam como fator de proteção nestas meninas, que se mostraram conscientes da responsabilidade que a maternidade representa, além do desejo de estabelecer relações diferentes daquelas que foram estabelecidas por seus pais. Para as autoras, o desejo de uma mudança qualitativa nos relacionamentos dessas adolescentes pode evitar a repetição dos comportamentos que levam à violência.

Como um fenômeno universal e endêmico, a violência doméstica vitimiza crianças e adolescentes de diferentes culturas, classes sociais, sexo e etnia, em diferentes partes do mundo (Day et al., 2003). Entretanto, apesar da diversidade das formas de violência, uma base comum é evidenciada por Koller (1999): “são ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (p. 33). As situações de violência ocorrem em relações interpessoais caracterizadas por assimetrias, hierarquia, desigualdade e subordinação (Koller, 1999) e ultrapassam as barreiras do tempo, da cultura, das etnias e das condições sócio-econômicas (Caminha, 1999).

Considerações Finais

O abuso sexual é um tema complexo e amplamente discutido, tanto na academia quanto na prática dos profissionais que atuam diariamente com estas vítimas. É um fenômeno que pode ser determinante para o desenvolvimento de um amplo espectro de sintomatologias sejam físicas, cognitivas, escolares, afetivas e/ou psicopatológicas. Estas manifestações podem prolongar-se por muitos anos, como foi demonstrado no estudo de Swanston e colaboradores (2003), prejudicando significativamente diversas áreas da vida da criança que é vítima dessa violência. Apesar do declínio na prevalência do abuso encontrado nos Estados Unidos (Finkelhor & Jones, 2006), os dados brasileiros ainda não apontam essa redução (Pffeifer & Salvagni, 2005). Os critérios apontados para o declínio dos índices de abuso sexual, tais como o aumento da

impunidade dos agressores e a prosperidade econômica do país, não têm sido percebidos no Brasil.

O abuso sexual é algo devastador, impactante emocional, física e psicologicamente. Essas implicações são ainda mais severas e intensas se o abuso sofrido for perpetrado por alguém da confiança da vítima, como nos casos de abuso intrafamiliar, em que há quebra de uma relação afetiva e de laços significativos. Assim, importa àqueles que trabalham com essa população a possibilidade de conhecer as formas possíveis de manifestação sintomática, as razões subjacentes à sintomatologia e as possibilidades de intervenção existentes para minimizar o sofrimento advindo do trauma e prevenir a ocorrência de novas vitimizações ou até mesmo a manutenção da violência através da multigeracionalidade. Além disso, torna-se imprescindível a compreensão da dinâmica familiar, nestes casos, tendo em vista que o abuso deve ser também compreendido a partir da conjugação de características das relações estabelecidas no âmbito familiar e social, dos papéis exercidos por seus integrantes além dos contextos mais amplos, como a cultura e a sociedade.

O incesto é considerado como resultado de uma ruptura familiar, numa família em que os membros estão muitas vezes emocionalmente isolados uns dos outros e há, geralmente, uma boa quantidade de tensão, caos emocional e confusão de limites individuais e papéis familiares (Forward & Buck, 1989). Considerando estes aspectos familiares, destaca-se que muitos estudos não têm se utilizado de definições psicológicas sobre a família, menosprezando os aspectos da dinâmica intrafamiliar. Além disso, pode-se verificar através desta revisão de literatura que, em nosso meio, existem escassos trabalhos que investigam características relacionais e configurações familiares nos casos de abuso e parentesco de abusador/vítima (Brito et al., 2005; De Antoni & Koller, 2000; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). A exemplo de estudos realizados em outros países (Cecil & Matson, 2001; Cohen & Mannarino, 2000; Fassler et al., 2005; Sternberg et al., 2005), ressalta-se a necessidade de investigar características relacionais presentes nas famílias em que ocorrem casos de abuso sexual intrafamiliar.

As relações e as dinâmicas entre os integrantes da família têm sido analisadas preponderantemente sob a perspectiva do pesquisador, que coleta seus dados em processos jurídicos (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005) e fichas de atendimento em serviços ou prontuários (Deslandes, 1994; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Os resultados destes estudos são de fato da maior relevância para se pensar

práticas que possam tanto prevenir quanto conhecer o fenômeno de forma mais ampla. Entretanto, necessitam-se ainda de estudos, como os de Kristensen (1996) e De Antoni e Koller (2000), que se proponham a ouvir a vítima, dando-lhe oportunidade de expressar suas percepções, tanto quanto ao abuso sofrido quanto a sua família, já que a psicologia tem como uma de suas tarefas primordiais a escuta. Entretanto, a pesquisa em abuso sexual não tem oportunizado a fala das vítimas e tem se restringido a informações objetivas e estatísticas, evidenciando uma lacuna entre os achados de pesquisa e as necessidades dos profissionais da clínica.

As diferentes perspectivas teóricas aqui apresentadas, a teoria sistêmica e o modelo bioecológico do desenvolvimento, mostram-se como alternativas interessantes no estudo de famílias em situações de abuso sexual, por enfatizarem os processos e compreenderem a família como um sistema dinâmico e aberto. Assim, a partir destas perspectivas teóricas, é possível se chegar a uma melhor compreensão do funcionamento de cada sistema presente no complexo familiar, assim como de suas relações com os diferentes contextos de inserção. Por outro lado, os estudos apontam que a capacidade da família para enfrentar as adversidades depende também do suporte emocional recebido externamente, da aprendizagem de novas e diferentes formas de interação e da valorização e atuação dos fatores de proteção que estão presentes (De Antoni, Baroni, & Koller, 2006). Portanto, estas famílias em situação de risco psicossocial necessitam de ações de intervenção da rede de apoio social e da rede de serviços e de políticas públicas voltadas para amenizar a pobreza e a violência.

Dessa forma, fica evidente a necessidade premente de investigações que permitam formulações mais dinâmicas sobre o funcionamento das famílias em que ocorre abuso sexual, a fim de se obter um entendimento mais amplo deste processo e subsídios para projetos de intervenção junto a esta população, assim como medidas de proteção às vítimas.

CAPÍTULO III

Caracterização da violência sexual no sul do Brasil a partir de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas²

Resumo

Este trabalho apresenta um levantamento de dados de um centro de referência em acolhimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados foram coletados a partir de fichas de atendimento, relativas a um período de cinco anos, observando as variáveis: sexo, idade da vítima, órgão e região de encaminhamento. Do início do ano de 2002 até o final de 2006 foram acolhidos 4294 casos de violência sexual ou suspeita, com uma média anual de 858 acolhimentos. As vítimas foram predominantemente meninas (75%) e tinham entre cinco e 12 anos. Os encaminhamentos foram realizados a partir de diferentes serviços, com predomínio daqueles advindos da rede de proteção. Quanto à região de origem dos encaminhamentos, a maioria foi proveniente da cidade de Porto Alegre, embora se observe um contínuo crescimento de demandas de outras cidades. Ressalta-se a importância de conhecer a população usuária dos serviços de saúde pública, a fim de adequar os atendimentos e aperfeiçoar a articulação entre os diferentes segmentos da rede.

Palavras-chave: abuso sexual, violência sexual, serviço de atendimento.

Abstract

This article presents a survey carried out from a sexual abuse service center for children and adolescents in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The data was collected from the attendance entry forms of five years of service. The variables observed were the victim's gender and age, and the agency through which they were directed and the region they were directed from. From January 2002 to December 2006, 4294 cases of victims or suspected victims of sexual violence were attended, with an annual average of 858 cases. The victims were predominantly girls (75%) and they were

² Este capítulo foi submetido como artigo original para o periódico Cadernos de Saúde Pública.

between 5 and 12 years old. The cases were directed from many segments of the educational network, health network, and child and youth protection network, but the majority came from the protection network, that includes the Counsel of Tutors Service, police stations and shelters. In relation to where the cases originated, the majority proceeded from the state capital, Porto Alegre, although an ever continuously growing demand from the surrounding metropolitan area and other towns of the state has been observed. It's important to highlight the need to know the population of public health users, in order to adjust the attending procedures and to better integrate the different networks involved with children and youths.

Keywords: Sexual abuse, sexual violence, attendance service.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de um levantamento de dados realizado no período de cinco anos no Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil (CRAI) de um hospital público do estado do Rio Grande do Sul. Este centro atende vítimas de violência, especialmente casos de abuso sexual. Estudos sobre a prevalência do abuso sexual infantil têm apresentado divergências. Algumas explicações sugerem que o uso de diferentes conceitos de violência sexual e instrumentos para avaliar a ocorrência de violência gera resultados diferentes e, conseqüentemente, contradições na literatura de prevalência (Polanczyk et al., 2003). Entretanto, um consenso é o de que, provavelmente, existam mais casos acontecendo de fato, do que aqueles que são notificados. O universo de casos de violência sexual que chega ao poder judiciário é muito menor do que a realidade (Souza & Adesse, 2005). O silêncio das vítimas é motivado pelo medo do agressor, medo de ter problemas, de não ser acreditado, dos efeitos sobre a família, dos efeitos sobre o perpetrador e o desconhecimento de que aquela era uma situação inadequada (Kellog & Menard, 2003). A dificuldade de romper o segredo está relacionada ainda à dificuldade de obter provas forenses e evidência médica em muitos casos, à necessidade de acusação verbal pela criança, a ameaças sofridas e à ansiedade com relação às possíveis conseqüências da revelação (Furniss, 1993). O sentimento de culpa, o desconhecimento dos direitos legais, descrédito na justiça (Oshikata, Bedone, & Faúndes, 2005), constrangimento da vítima, medo e vergonha da vítima em denunciar um crime sexual, medo de perder o emprego e da atitude da sociedade (Souza & Adesse, 2005) também são fatores apontados na literatura como contribuintes para a falta de denúncia. O momento da revelação é, portanto, um momento crítico na vida da vítima e que pode influenciar na manifestação dos muitos sintomas possíveis decorrentes da violência. Um exemplo da potencialidade deste momento e que tem sido apontado como um forte preditor da mediação das conseqüências negativas às vítimas envolve as reações maternas frente à revelação do abuso (Plummer, 2006), com uma atitude protetiva da mãe precedendo menores conseqüências negativas para a vítima.

Quanto à prevalência, recentemente, Finkelhor e Jones (2006) afirmaram haver um importante declínio nas mais diversas formas de maus-tratos contra crianças, incluindo abuso sexual, abuso físico e homicídio nos Estados Unidos. Os autores retratam o período posterior a 1990 e relatam que, até o ano de 2004, houve uma

diminuição dramática dessas violências. Segundo os autores, nesse período, o abuso sexual declinou 49%, o abuso físico 43%, assaltos sexuais 67%, homicídio de vítimas jovens 50% e a violência doméstica em 49%. Alguns outros indicadores dão plausibilidade a esse declínio, como os índices paralelos em agências de saúde e proteção, taxas de doenças sexualmente transmissíveis, suicídio, gravidez e criminalidade juvenil. Além disso, tanto a agressão intrafamiliar quanto a extrafamiliar caiu. A negligência, entretanto, não apresentou declínio (Finkelhor & Jones, 2006).

Para Finkelhor e Jones (2006), concomitantemente com esse declínio na vitimização de crianças e adolescentes, são percebidas melhoras sociais nos índices norte-americanos: o suicídio de jovens, o número de crianças vivendo na pobreza e fugas do lar caíram. Houve melhoras nos escores de problemas comportamentais e de competência infantil e aumentou o número de crianças desejadas após a legalização do aborto. A prosperidade econômica, o aumento do encarceramento de abusadores sexuais, aumento do policiamento, de trabalhadores sociais, de saúde mental e de proteção à infância, de atividades de prevenção ao abuso são possíveis explicações dadas por estes autores para o declínio do abuso sexual nos Estados Unidos.

Por outro lado, os dados brasileiros apontam à elevação nos índices de denúncias em todos os estados. Dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos de maio de 2003 a maio de 2004, informaram que mais de 17.000 denúncias chegaram ao Disque-denúncia. Destas, aproximadamente 5.000 eram referentes a abuso sexual e aproximadamente 4.000 se referiam à exploração sexual. Com a mudança do número do telefone, uma elevação de 200% foi observada (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a). Os dados atualizados indicaram que 28,7% das denúncias são referentes a abuso sexual, 27,8% a exploração sexual e 45% a outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Destaca-se ainda que 62% das vítimas eram meninas, 56,5% tinham entre zero e seis anos e que 53% dos suspeitos eram os próprios pais das vítimas. De 2003 a maio de 2006, o Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar entre as unidades federadas, com 1588 denúncias (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007b). Entretanto, o aumento das denúncias pode ser um produto das campanhas contra a violência, que incluem eventos e veículos de comunicação, não significando, portanto, que a vitimização esteja aumentando. Embora esses dados possam ser vistos como negativos, num primeiro momento, deve-se compreender que o aumento do número de denúncias pode refletir um aspecto positivo, provavelmente como resultado de campanhas de conscientização da população.

Alguns estudos nacionais vêm caracterizando serviços e usuários da rede de atendimento a vítimas de violência. Categoria de maus-tratos, faixa etária e sexo da vítima, relação com abusador, local do crime são algumas das variáveis investigadas nos trabalhos de Deslandes (1994), Brito, Zanetta, Mendonça, Barison e Andrade (2005) e Souza e Adesse (2005). A violência física tem preponderado como categoria mais prevalente de maus-tratos (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005; Deslandes, 1994), com as mães sendo as principais agressoras nestes casos. As vítimas preferenciais são as crianças e adolescentes do sexo feminino (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005; Souza & Adesse, 2005) e a faixa etária de cinco a 14 anos (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005; Deslandes, 1994) concentra o maior número de casos. Um dado relevante é de que a vítima é, na maioria dos casos, filha biológica do agressor. No caso da violência sexual, o agressor é, em grande parte dos casos, alguém conhecido da criança vítima, com destaque ao pai biológico e vizinhos (Souza & Adesse, 2005). Especificamente para crianças, o local do crime é preponderantemente a residência da vítima, algum local próximo dela ou a própria residência do agressor. Estudos realizados no Rio Grande do Sul também encontraram o predomínio do sexo feminino na vitimização sexual e a ocorrência da violência na própria residência da vítima (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999), caracterizando a ocorrência de abusos intrafamiliares.

Um estudo recente citou a falta de efetividade da rede de apoio como mais um fator de risco para a criança ou adolescente vítima de abuso sexual e sua família (Habigzang, Azevedo, Koller, & Machado, 2006). Neste trabalho, o Conselho Tutelar foi o principal órgão procurado para a denúncia, mas a falta de acompanhamento pelos conselheiros prejudicou o andamento do caso. Este resultado permitiu inferir a necessidade constante de capacitação desses profissionais. Outro problema constatado no estudo indicou que as vítimas e suas famílias permanecem nas instituições por volta de um ano, com um grande intervalo entre as intervenções realizadas, demonstrando, portanto, a morosidade dos serviços. O artigo também apresenta a falta de comunicação entre os serviços que compõem a rede para articular as medidas de proteção necessárias.

O Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil (CRAI) originou-se no final do ano de 2001, através das articulações do Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Estadual da Segurança e Justiça, com a proposta de atender a crianças e adolescentes vítimas de

violência sexual e maus-tratos (Silva, 2003). A idéia principal foi multiplicar as ações desses órgãos no sentido de realizar uma acolhida adequada e humanizar os exames de perícia física dessas crianças e adolescentes. Com esse objetivo, diferentes profissionais – assistentes sociais, psicólogos, médicos, policiais – passaram a interagir em um mesmo ambiente e realizar as diversas e necessárias intervenções direcionadas à vítima. Esta proposta visou minimizar os efeitos adversos da vitimização que o próprio sistema de saúde e justiça impõe ao solicitar em vários momentos depoimentos, exames, entrevistas e encaminhamentos. Além desses profissionais, o CRAI conta com estagiários de Psicologia e Serviço Social e de alunas de mestrado, que realizam suas pesquisas na instituição. Atualmente, o acolhimento no CRAI é referência não apenas para Porto Alegre, mas para o estado do Rio Grande do Sul. Os profissionais do CRAI, eventualmente, realizam palestras para a comunidade, com o objetivo de capacitar e qualificar o conhecimento relativo a situações de violência e abuso sexual, quanto à incidência deste fenômeno em nossa sociedade e quanto à importância de realizar a denúncia e proteger crianças e adolescentes dos maus-tratos, que lhes podem trazer tantas conseqüências adversas.

No CRAI é realizada a acolhida de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Além da acolhida, são realizados, no mesmo local, procedimentos como realização da ocorrência policial, perícia médica, avaliação pediátrica, profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez (Silva, 2003). Esses procedimentos visam minimizar os danos produzidos pela vitimização, atendendo em um só local, as necessidades legais e de saúde destes casos.

A caracterização de serviços de atendimento e da população usuária é importante por que, além de possibilitar um maior conhecimento sobre a prática diária destas instituições, impulsiona aperfeiçoamentos, adequações e planejamentos para futuros procedimentos. Essas ações podem trazer benefícios tanto ao próprio serviço quanto a instituições semelhantes, aos profissionais que neles atuam e, principalmente, àqueles que dele se utilizam. Este trabalho, portanto, visa apresentar resultados de um levantamento realizado durante cinco anos deste serviço, do ano de 2002 a 2006, em que foram coletadas informações quantitativas sobre o número de atendimentos, sexo das vítimas, setor da rede que gerou o encaminhamento e cidade de origem e, ainda, dados de um ano sobre o tipo de mau-trato, se intra ou extrafamiliar e relação vítima/agressor.

Método

Foi realizado um estudo documental, a partir da coleta de dados de material de arquivo dos últimos cinco anos de atendimento junto ao CRAI. Para cada acolhimento realizado é preenchida uma ficha de resumo do atendimento, na qual constam as principais informações para a identificação do caso. A partir desta ficha, é realizado, mensalmente, o levantamento do número de acolhimentos realizados pelos profissionais, além de algumas características dos casos de violência. Estas características são referentes ao sexo e idade da vítima e à origem do encaminhamento, incluindo o serviço e a região que a encaminhou e a cidade. Para este estudo, os dados foram categorizados em faixas etárias, rede setorial que originou o encaminhamento (saúde, educação e de proteção especial e assistência social) e região (Porto Alegre, região metropolitana e interior). As redes setoriais são aquelas que prestam serviços de natureza específica e especializada, resultante das obrigações e dos deveres do Estado para com seus cidadãos (Carvalho, 1995). Estas redes foram assim categorizadas: (a) saúde, incluindo hospitais e postos de saúde; (b) educação, incluindo escolas e creches; (c) proteção especial e assistência social, incluindo conselhos tutelares, delegacias, departamento médico legal, instituições de abrigo e Programa Sentinela. Para este trabalho, foram utilizados os dados levantados desde o início do ano de 2002 até o final de 2006. O levantamento referente ao ano de 2006 inclui ainda informações adicionais como o tipo de violência (intra ou extrafamiliar) e relação vítima/agressor.

Resultados e Discussão

Nestes cinco anos de atendimento no serviço, foram realizados 4294 acolhimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. São, em média, 858 vítimas por ano que chegam ao serviço. Em todos estes anos, 75% (n=3026) das vítimas eram do sexo feminino. Observa-se, portanto, a predominância da vitimização do gênero feminino, corroborando os inúmeros estudos que demonstram os papéis de gênero como peças-chaves na engenharia da violência doméstica (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999; Nurcombe, 2000; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). De forma geral, observa-se um importante crescimento, ao longo dos anos, do número de acolhimentos no serviço (Figura 1). O acolhimento a vítimas do sexo masculino também segue uma direção de crescimento,

indo ao encontro dos dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que indica o crescimento do volume de denúncias no estado do Rio Grande do Sul (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a; 2007b). Em função da complexidade do fenômeno do abuso e a nuvem de segredo que o envolve, alguns autores questionam se a incidência tem aumentado realmente ou se apenas a sociedade está dando maior atenção a este tipo de violência (Flores & Caminha, 1994). Uma questão como essa é de difícil resposta, entretanto, os dados observados indicam crescimento e levam a uma cada vez maior preocupação com as possíveis conseqüências dessa intensa vitimização das crianças e adolescentes.

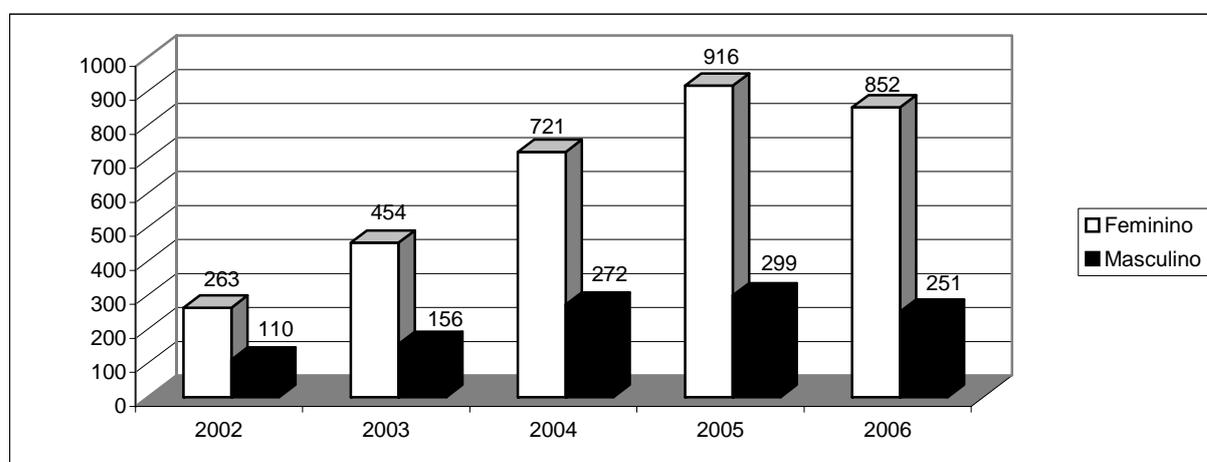


Figura 1. Distribuição por sexo e por ano

Desde pouca idade, algumas crianças já são vítimas de severas formas de maus tratos. Notícias sobre situações de negligência, abandono, abuso físico, psicológico, sexual, exploração sexual aparecem nos jornais e na televisão diariamente. No CRAI, há registros de casos de bebês vítimas, com menos de um ano de idade. Há também, não menos importante, a vitimização de adolescentes mais velhas, entre 16 e 18 anos, que são violentadas por namorados, desconhecidos ou são exploradas comercialmente. No presente levantamento, a divisão em faixas etárias mostra como existe uma grande variabilidade nas idades das vítimas de abuso sexual (Tabela 1). Entretanto, as faixas etárias de 5-8 (26,7% dos casos) e 9-12 anos (26,8%) incluem o maior número de vítimas, em todos os anos do serviço. Essas idades aparecem com maior frequência também em outros estudos, como em Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), que aponta a idade entre dez e 12 anos como a mais freqüente. Estes dados demonstram o que é

característico de uma sociedade patriarcal, em que o poder é exercido unidirecionalmente dos mais velhos sobre os mais jovens e do masculino sobre o feminino (Narvaz, 2005; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004).

Tabela 1

Frequência e Percentual de Casos Acolhidos por Faixa Etária

Faixa Etária	2002	2003	2004	2005	2006	Total
	f (%)					
0-4 anos	74 (20,1%)	129 (21,5%)	185 (19,6%)	230 (19%)	229 (20,3%)	847 (19,9%)
5-8 anos	104 (28,3%)	161 (26,9%)	264 (28%)	309 (25,5%)	297 (26,4%)	1135 (26,7%)
9-12 anos	102 (27,8%)	157 (26,2%)	228 (24,2%)	341 (28,1%)	310 (27,5%)	1138 (26,8%)
13-15 anos	64 (17,4%)	116 (19,4%)	196 (20,8%)	247 (20,4%)	235 (20,8%)	858 (20,2%)
16-18 anos	23 (6,2%)	35 (5,8%)	69 (7,3%)	64 (5,3%)	54 (4,8%)	245 (5,7%)
Não informada	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	19 (1,6%)	0 (0%)	19 (0,4%)
Total por ano	367	598	942	1210	1125	4242

A procedência dos encaminhamentos (Figura 2) indica que a maioria das crianças e adolescentes chega ao atendimento via rede setorial de proteção especial e assistência social, que incluiu, neste estudo, conselhos tutelares, delegacias de polícia, serviços de assistência social, abrigos e Programa Sentinela. Ainda quanto à procedência dos encaminhamentos, observa-se, em segundo lugar, a rede setorial de saúde, incluindo hospitais, unidades básicas de saúde e pronto-atendimentos. A rede de

educação que inclui as escolas e creches apareceu em terceiro lugar, com o menor número de encaminhamentos. Uma possibilidade é a de que educação e saúde encaminhem os casos diretamente ao Conselho Tutelar e não ao CRAI. Mesmo assim, pode-se pensar que há necessidade de uma maior articulação do setor de educação com a rede de proteção, já que as crianças e adolescentes freqüentam diariamente as escolas e é nelas que passam grande parte de suas vidas. Os professores e funcionários devem estar abertos para a escuta da violência e têm o dever de denunciar, como todo profissional e cidadão (Lei n.8069, 1990). Contudo, devem estar preparados para pensar essa questão e para intervir apropriadamente, demonstrando credibilidade ao relato da criança, tendo respeito por sua condição e realizando os encaminhamentos necessários para que sejam tomadas as medidas protetivas.

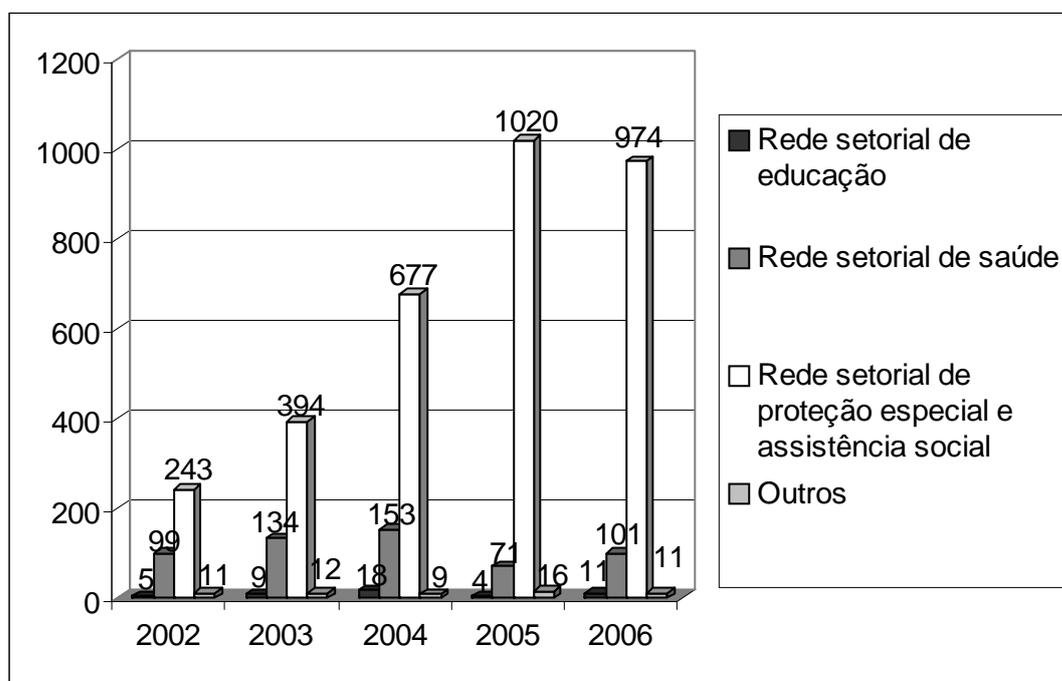


Figura 2. Distribuição dos encaminhamentos por redes setoriais

Dentro da rede de proteção, investigou-se a quantidade de encaminhamentos por setor (Figura 3). Assim, pode-se observar que os conselhos tutelares apresentavam o maior número de encaminhamentos nos anos de 2002 e 2003 e a partir do ano de 2004, as delegacias de polícia junto com o departamento médico legal vêm predominando. O crescimento da participação dessas instâncias pode estar demonstrando uma falha dos conselhos tutelares no monitoramento destes casos e do encaminhamento destes antes

que cheguem às delegacias de polícia. Os conselhos tutelares têm a função de proteger crianças, adolescentes, pais ou responsáveis em situação de ameaça ou violação de direitos, aconselhar e encaminhar para programas e tratamentos (ECA, 1990). O Conselho Tutelar é o órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, atentando para os casos em que há ação ou omissão da sociedade e/ou do estado, falta, abuso ou omissão dos pais ou responsáveis ou em situações em que a própria conduta da criança ou adolescente exigir cuidados. Possíveis falhas no funcionamento dos Conselhos Tutelares podem estar relacionadas à capacitação de seus membros ou mesmo à falta de integração com a rede de atendimento, como encontrado por Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2006). Outro estudo também indicou que os Conselhos Tutelares apresentam deficiências na resolutividade, sendo que os motivos incluem a falta de capacitação para a tarefa e a falta de conhecimento sobre ECA e sobre trabalho prático com ele (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004).

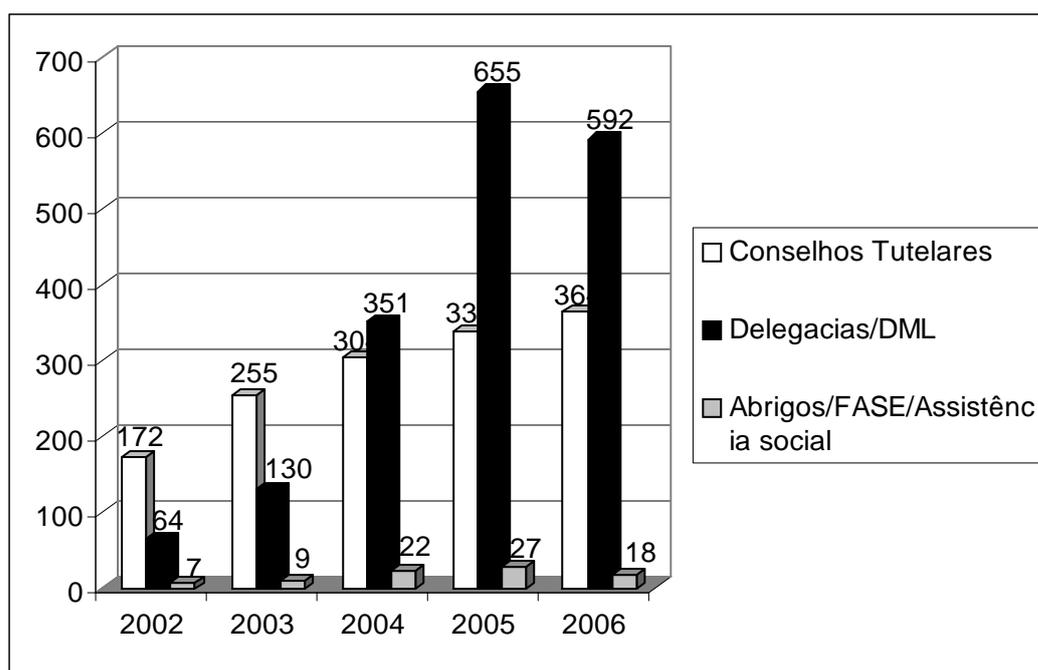


Figura 3. Distribuição dos encaminhamentos por setor da rede de proteção

Outro dado relevante é a crescente participação de cidades da região metropolitana e do interior do estado nos acolhimentos realizados na instituição. Trata-se de uma consequência comum quando é realizado um investimento em uma determinada rede de atendimento: ocorre o aparelhamento da rede e um consequente

aumento de sua demanda. Apesar de a cidade de Porto Alegre predominar como origem da demanda, o atendimento a vítimas de outros municípios vem continuamente fazendo parte do cotidiano dos profissionais do serviço (Figura 4). A falta de serviços capazes de realizar um atendimento integral em outros municípios é algo a ser discutido e encaminhado ao interesse de gestores responsáveis que possam atender suas demandas dentro do próprio município, bem como propiciar a formulação de políticas públicas para crianças e adolescentes. Para Carvalho (1995), as unidades especializadas na área da saúde em municípios médios e pequenos são poucas e marcadas pela precariedade, que solucionam a demanda recorrendo aos municípios maiores da região administrativa. Este autor informa que a Constituição de 1988 consagrou a autonomia municipal, regulando a vida local, a participação da população na elaboração e na gestão de políticas, além da descentralização administrativa. Vindo ao encontro disso, dentro dos princípios e diretrizes do SUS (Lei n. 8080, 1990), está a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, incluindo a ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e a regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde. Assim, os municípios devem cada vez mais se responsabilizar pela atenção à saúde de seus cidadãos. O ECA, nas suas diretrizes da política de atendimento, também contribui nesse sentido, através da municipalização do atendimento e da criação dos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes (CDMCAs) (ECA, 1990). Dessa forma, serviços de proteção integral devem estar presentes em cada município, com recursos materiais e humanos suficientes e capazes de agir eficazmente nas situações de violência.

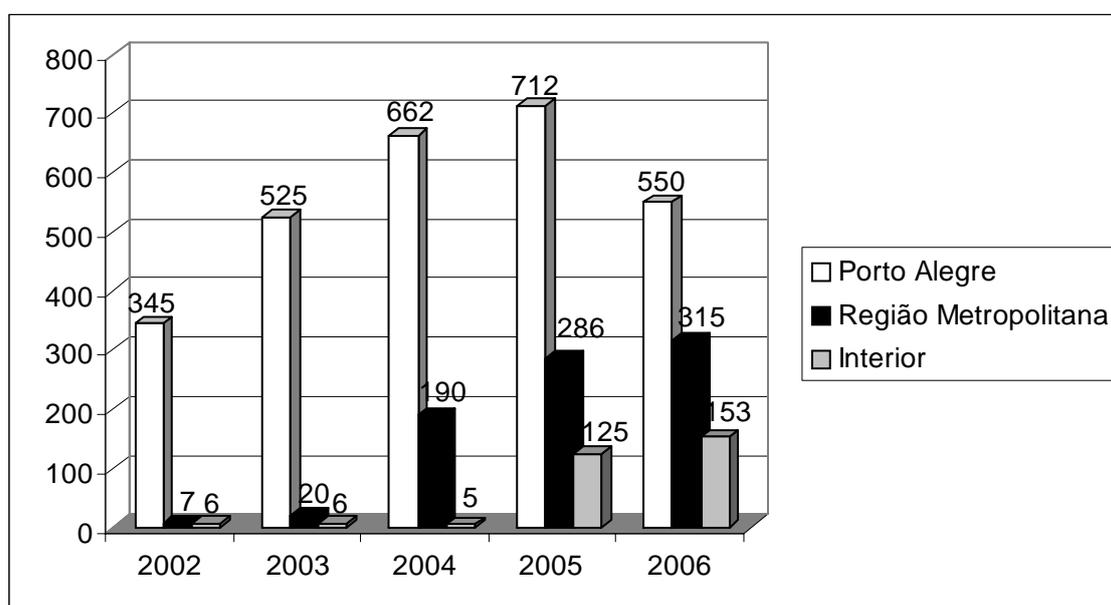


Figura 4. Distribuição dos encaminhamentos por região de origem

Os dados do ano de 2006 acrescentam outras variáveis de análise. Dentre os casos notificados, 82,5% tratavam-se de abuso ou exploração sexual, enquanto o restante dizia respeito a outras formas de maus-tratos. Dentre os abusos sexuais, 59,3% foram intrafamiliares, percentual que sobre para 71,8% nos casos de outras categorias de maus-tratos. A predominância de abusos sexuais intrafamiliares sobre os extrafamiliares é corroborada por dados de trabalhos internacionais (Kellog & Menard, 2003; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993) e nacionais (Amazarray & Koller, 1998; Britto et al., 2005; Caminha, 2000; Drezzet et al., 2001; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Mattar et al., 2007; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004) que demonstram que os abusadores mais frequentes possuem laços afetivos com suas vítimas. Os principais abusadores são os padrastos (19,6%) e pais (17,1%), seguidos por vizinhos e conhecidos (15,4%), desconhecidos (7,3%), tios (4,9%) e avôs (4,2%).

Considerações finais

Este estudo possibilitou conhecer o público atendido no Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil (CRAI) e analisar seus resultados, comparando-os com aqueles de outros estudos, sejam nacionais ou internacionais. A partir dos resultados, podemos inferir que existem muitas variáveis comuns, que acabam por caracterizar a violência sexual de um modo bastante semelhante, independente do local em que ela ocorra. Como pôde ser verificado na seção de resultados, há muitos aspectos comuns encontrados nos diferentes artigos, como a idade e o sexo da vítima, a relação com o abusador e também fatores da rede de atendimento. Especificamente nesse contexto, percebe-se que as necessidades e dificuldades da rede evidenciadas pela investigação dos dados do CRAI corroboram outras informações trazidas tanto por estudos científicos (Habigzang, Azevedo, Koller, & Machado, 2006), quanto pelo dia-a-dia dos serviços e dos profissionais que neles atuam. A dificuldade de articulação, a falta de informação e qualificação profissional e a necessidade da existência de outros serviços na rede local foram os principais resultados que podem ser citados neste trabalho.

Neste sentido, destaca-se a existência de serviços multidisciplinares e interdepartamentais como o CRAI e como a Casa da Saúde da Mulher Professor Domingos Delácio da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (Mattar et al., 2007), que funcionam como uma tentativa de construção da integralidade do

atendimento a saúde. A Casa da Mulher presta assistência a mulheres vítimas de violência sexual e conta com profissionais de medicina, psicologia, serviço social, direito, enfermagem, além de pessoas em formação e pesquisadores de nível de mestrado e doutorado. Outros exemplos que podem ser destacados neste contexto de atendimento integral a vítimas de violência são o Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (CAISM), da Universidade Estadual de Campinas (Bedone & Faúndes, 2007) e os Centros Regionais de Atenção aos Maus-tratos na Infância (CRAMIS), que são organizações não governamentais presentes em vários municípios de São Paulo (Deslandes, 1994). O Programa Sentinela, proposto pelo governo federal e que atua em diversos municípios e regiões do país, se destaca como um importante órgão de atendimento e atenção psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias (Barbosa, Paim, Koshima, & Xavier, 2007).

A violência contra crianças e adolescentes fere os direitos humanos, sexuais e particulares de uma pessoa em desenvolvimento (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Quando se trata de violência sexual intrafamiliar, como foi grande parte dos casos investigados, isso constitui, ainda, uma violação ao direito à convivência familiar protetora e uma ultrapassagem dos limites estabelecidos pelas regras sociais, culturais e familiares. Os maus tratos atuam como fatores de risco, podendo trazer inúmeras conseqüências negativas para o desenvolvimento dessas vítimas, desde problemas afetivos, cognitivos, comportamentais, físicos até psicopatologias, que podem perdurar ao longo de suas vidas. Atuar adequadamente nesses casos significa não só minimizar as conseqüências dessa vitimização como prevenir abusos futuros. Assim, quanto mais se conhece a população com que se trabalha, mais se especializa o atendimento, aumentando as chances de sucesso na condução do caso.

Outro fator relevante para a efetividade das estratégias de intervenção em casos de violência é a articulação entre os órgãos e instituições que prestam atendimento. O enfrentamento da violência exige ações públicas no âmbito da segurança, do direito e da saúde. A integração entre estas instâncias auxilia na garantia de integralidade, qualidade e resolutividade da atenção (Vilela & Lago, 2007). Nos casos de violência, são necessários intensos esforços de articulação técnica e política para que a rede de atendimento se estruture e se mantenha. Uma organização burocratizada das redes, como se caracteriza a rede atual, dificulta a resposta aos problemas e necessidades específicas (Carvalho, 1995). A importância de intensificar esses esforços de articulação justifica-se principalmente na promoção do bem-estar das pessoas envolvidas. A

qualidade dos serviços e o funcionamento da rede de atendimento são fatores que podem contribuir imensamente para o bem-estar das vítimas e das famílias, na medida em que promove a saúde, a segurança e proteção, e a busca dos direitos. A integração entre a rede de saúde já é um desafio. O outro passo é a integração entre as diferentes áreas, contemplando as necessidades diversas geradas por esse complexo e multidisciplinar problema, que é o abuso sexual. Para Carvalho (1995), a rede ainda é mais uma expectativa do que um projeto em execução.

Algumas limitações na realização deste estudo podem ser apontadas: as fichas de atendimento utilizadas até o ano de 2005 continham poucas informações sobre os casos e algumas estavam incompletas. No entanto, o material disponibilizado permitiu um levantamento do perfil dos casos atendidos no serviço, possibilitando uma análise dos mesmos. Destaca-se, ainda, que em 2006 houve um avanço na forma de levantamento de dados realizado no CRAI, que passou a incluir dados como o tipo de violência (abuso sexual ou outras formas de maus tratos), tipo de abuso sexual ocorrido (se intra ou extrafamiliar) e a relação com o abusador.

Frente aos dados apresentados neste estudo, foram levantadas algumas estratégias resolutivas. Algumas delas cabem ao próprio serviço investigado, tais como: (a) levantamento de outros dados relevantes como quais atendimentos foram prestados, os encaminhamentos dados aos casos, dados relativos ao agressor e à família da vítima, entre outros; (b) maior atenção ao preenchimento completo das informações básicas na ficha de atendimento; (c) intensificar os esforços de articulação entre os serviços da rede; (d) aprimorar o acompanhamento dos casos, após saírem do serviço. Outras ações cabem à rede de atendimento, como: (a) articulação entre os diferentes setores responsáveis pela saúde, educação e proteção de crianças e adolescentes; (b) criação de um protocolo integralizado entre os serviços de atendimento; (c) esclarecimento da noção de abuso sexual e da tomada de ações frente à revelação, entre profissionais da saúde e, principalmente, da educação; (d) regionalização de serviços capazes de dar atenção integral a vítimas de violência; (e) capacitação permanente dos profissionais que lidam diariamente com a questão da violência contra crianças e adolescentes, principalmente os conselheiros tutelares e agentes de saúde, que podem identificar casos precocemente e, assim, impedir novos abusos.

Trabalhos como este, que apresentam características de usuários de serviços de saúde, podem beneficiar indiretamente estas pessoas e outras que vierem a buscar atendimento, já que seus resultados têm implicações diretas sobre o dia-a-dia da

instituição investigada e sobre a rede de atendimento que esta integra. Dessa forma, estudos em outros setores da rede que propiciassem uma visão analítica e que identifiquem de forma mais clara quem são seus usuários poderiam fortalecer a efetividade do serviço e sua articulação, integrando e qualificando os diversos segmentos que compõem essa complexa organização da rede de proteção de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV

A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso³

Resumo

Este trabalho teve como objetivo investigar as percepções sobre a família em duas meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. As participantes eram irmãs gêmeas de 12 anos, abusadas pelo avô paterno, pai e tio, e que responderam a uma entrevista semi-estruturada e instrumentos sobre família (*Family System Test (FAST)*, Teste de Identificação da Família (*Family Identification Test (FIT)*) e Familiograma). Os resultados apontaram para uma baixa coesão familiar, alta hierarquia com alto poder dos abusadores, baixa autocongruência e identificação com o agressor em ambas as meninas, assim como a escolha da mãe como modelo a ser seguido. A afetividade foi descrita em relação a cada membro da família e variou de baixa a média. Já o conflito variou de baixo a alto. A entrevista revelou indicadores de tendência ao isolamento, baixa auto-estima, atitudes agressivas, sentimentos de culpa, medo e vergonha. Ressalta-se a necessidade de estudos que possibilitem a ampliação do conhecimento da dinâmica familiar envolvida nestes casos.

Palavras-chave: Abuso sexual intrafamiliar; Família; Estudo de caso.

Intrafamilial sexual abuse victims' perception family: A case study

Abstract

This study had the objective of investigating the perceptions of family of two girls victims of intrafamilial sexual abuse. The participants were two twin sisters of 12 years old, abused by their grandfather, uncle and father. They responded to a semi-structured interview and to family instruments (*Family System Test (FAST)*, *Family Identification Test (FIT)* and *Familiograma*). The results indicate low familial cohesion, high hierarchy with explicit generational limits and low self-congruence. The two sisters showed identification with the abusers and consider the mother as a model for them. The affection was described toward each family member and varied from low to medium. The conflict varied from medium to high. The interview indicated an isolation

³ Este capítulo foi publicado no periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.

tendency, low self-esteem, aggressive attitudes, guilt feelings, fear and shame. The need for studies that provide an amplification of knowledge about the family's dynamic involved in these cases is highlighted.

Keywords: Intrafamilial sexual abuse; Family; Case study.

Introdução

Na literatura sobre abuso sexual infantil (ASI), há um consenso de que a severidade dos possíveis sintomas conseqüentes é maior nos casos em que a violência foi perpetrada por membros da família ou por alguém com laços afetivos significativos (Habigzang & Caminha, 2004; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993). O abuso sexual intrafamiliar tem sido investigado sob diferentes aspectos e a família vem se tornando um importante objeto de estudo para a compreensão do fenômeno e para subsidiar intervenções que ajudem a minimizar os problemas decorrentes (Cecil & Matson, 2001; Cohen & Mannarino, 2000; Kellog & Menard, 2003). Definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como todo ato, tentativa, comentários ou insinuações sexuais não desejados, ações para comercializar ou utilizar, de qualquer outro modo, a sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra pessoa (World Health Organization, 1999), o abuso sexual tem atingido historicamente uma prevalência maior entre meninas do que entre meninos (Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999; Nurcombe, 2000). Além disso, o abuso tem sido perpetrado, com mais frequência, por pessoas da família da vítima ou afetivamente próximas a ela do que por pessoas estranhas ou desconhecidas (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999). Torna-se relevante, portanto, a investigação de aspectos que possam contribuir para a ampliação do conhecimento da dinâmica familiar envolvida nestes casos, para que se possa, no futuro, aplicar este conhecimento em prol do bem-estar das vítimas e de suas famílias.

A família é definida como uma instituição social básica, fundamental para a formação do indivíduo (Araújo, 2002), um sistema de relações que inclui pessoas ligadas por parentesco e/ou que se sentem pertencentes a um determinado contexto (De Antoni & Koller, 2000). A família propicia o desenvolvimento psíquico e a aprendizagem da interação social, a partir da transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (Osório, 1997). Para a investigação de diferentes aspectos familiares, alguns conceitos têm sido utilizados pelos estudiosos da área, tais como coesão, hierarquia, afetividade, negatividade, relações de identificação, entre outros (Falcão, 2006; Gold, Hyman, & Andrés-Hyman, 2004; Negreiros & Feres-Carneiro, 2004; Teodoro, 2006).

Coesão e hierarquia familiar são consideradas dois fatores relevantes ou dimensões básicas para a compreensão de relações familiares. A coesão é definida como

uma proximidade emocional ou apego entre os membros da família (Gehring, 1993), e tem sido relacionada linearmente ao desenvolvimento positivo de adolescentes e famílias (Gehring & Marti, 1993). Por sua vez, a hierarquia associa-se a diferentes conceituações, como autoridade, dominância, poder de decisão ou a soma de influência exercida por um membro da família sobre outros. Um desenvolvimento saudável é associado linearmente à coesão, mas não se associa da mesma forma à hierarquia. Famílias com problemas psicossociais frequentemente apresentam menos coesão e mais relações hierárquicas não balanceadas (igualitárias ou muito hierárquicas) com uma alta incidência de limites geracionais não claros (Gehring, 1993). Estes limites se referem às coalizões transgeracionais, quando a díade pai-filho/mãe-filho é mais coesa do que a díade pai-mãe, e a reversões hierárquicas, quando uma criança tem mais poder do que um pai (Gehring & Marti, 1993). Segundo Wood (1985), graus extremos de coesão, sejam em direção à alta ou à baixa coesão, estão associados à disfunção familiar.

A afetividade e o conflito existente dentro da família foram definidos por Teodoro (2006). A afetividade é descrita como um conjunto de sentimentos positivos existentes entre as pessoas. Por sua vez, o conflito é entendido como uma gama de sentimentos que podem ser tanto uma fonte geradora de estresse como de agressividade dentro do sistema familiar. Estas duas dimensões se correlacionam negativamente dentro das díades familiares.

As relações de identificação também são interessantes objetos para o estudo da família. A identificação é a crença de que a própria pessoa possui alguns atributos de um modelo, é uma incorporação de padrões mais amplos de pensamento e comportamento (Teodoro, 2000), primordial para a formação da identidade. A família é o principal contexto de identificações, que consistem no processo pelo qual se assimila um aspecto, atributo, característica, imagem ou traço do outro, provocando uma transformação na identidade do sujeito (Negreiros & Feres-Carneiro, 2004). Na identificação, há um empenho em moldar o próprio ego de acordo com a característica do indivíduo que foi tomado como modelo (Passos & Polak, 2004). No fenômeno do abuso sexual, existe a possibilidade de haver identificação da vítima com o abusador (Sugar, 1992). Nestes casos, a vítima pode colocar-se em situações de risco no futuro ou mesmo vir a vitimizar outras pessoas – é o efeito do que os autores chamam de multigeracionalidade (Caminha, 2000). A multigeracionalidade ou transmissão intergeracional tem sido entendida como uma repetição de um padrão aprendido de comportamento, que é passado de geração a geração (Belsky, 1993; Caminha, 2000).

Tendo em vista a importância da compreensão da dinâmica familiar nos casos de ASI intrafamiliar, este estudo teve como objetivo descrever um estudo de caso quanto à coesão, hierarquia, afetividade, conflito e relações de identificação em suas famílias. Para isso, foi realizado um estudo de caso, envolvendo duas irmãs gêmeas.

Método

Delineamento

Foi desenvolvido um estudo transversal e de caso único. O estudo de caso baseia-se em várias fontes de dados e permite a inclusão de elementos tanto qualitativos como quantitativos, caracterizando-se por uma estratégia de pesquisa abrangente (Yin, 2005). Por tratar-se de duas vítimas da mesma família, com história de abuso semelhante, este trabalho foi considerado como estudo de caso único.

Participantes e contextualização

Participaram deste estudo duas meninas de 12 anos de idade, irmãs gêmeas bivitelinas, fisicamente bastante semelhantes, que foram abusadas sexualmente pelo avô paterno, pelo tio e pelo pai em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul (RS). As meninas estavam no início de um processo psicoterapêutico em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de outro município do estado do Rio Grande do Sul. A revelação do abuso ocorreu um ano antes, mas só mais tarde a família buscou atendimento psicológico. Para garantir o sigilo dos dados, as meninas serão chamadas de M1 e M2. A Figura 5 apresenta o genetograma da família das meninas.

Os pais sempre viveram separados, mas residiam no mesmo município, no interior do estado, e o pai eventualmente contribuía financeiramente para o sustento das filhas. As meninas não freqüentavam a casa do pai, mas visitavam a casa dos avós paternos, onde residiam também outros tios e primos. A mãe trabalhava em um hospital e as meninas sempre freqüentaram escola pública. Aos nove anos, iniciaram os abusos por parte do avô paterno. Foram situações de violência que ocorriam mediante coação e ameaça de morte advindas de uma pessoa, considerada por elas, agressiva e poderosa. Por ser um militar aposentado, o avô não despertava suspeitas; pelo contrário, era bastante respeitado na cidade. Os abusos do tio e do pai iniciaram logo em seguida, mas a revelação não foi tão breve: os abusos perduraram por um ano de suas vidas.

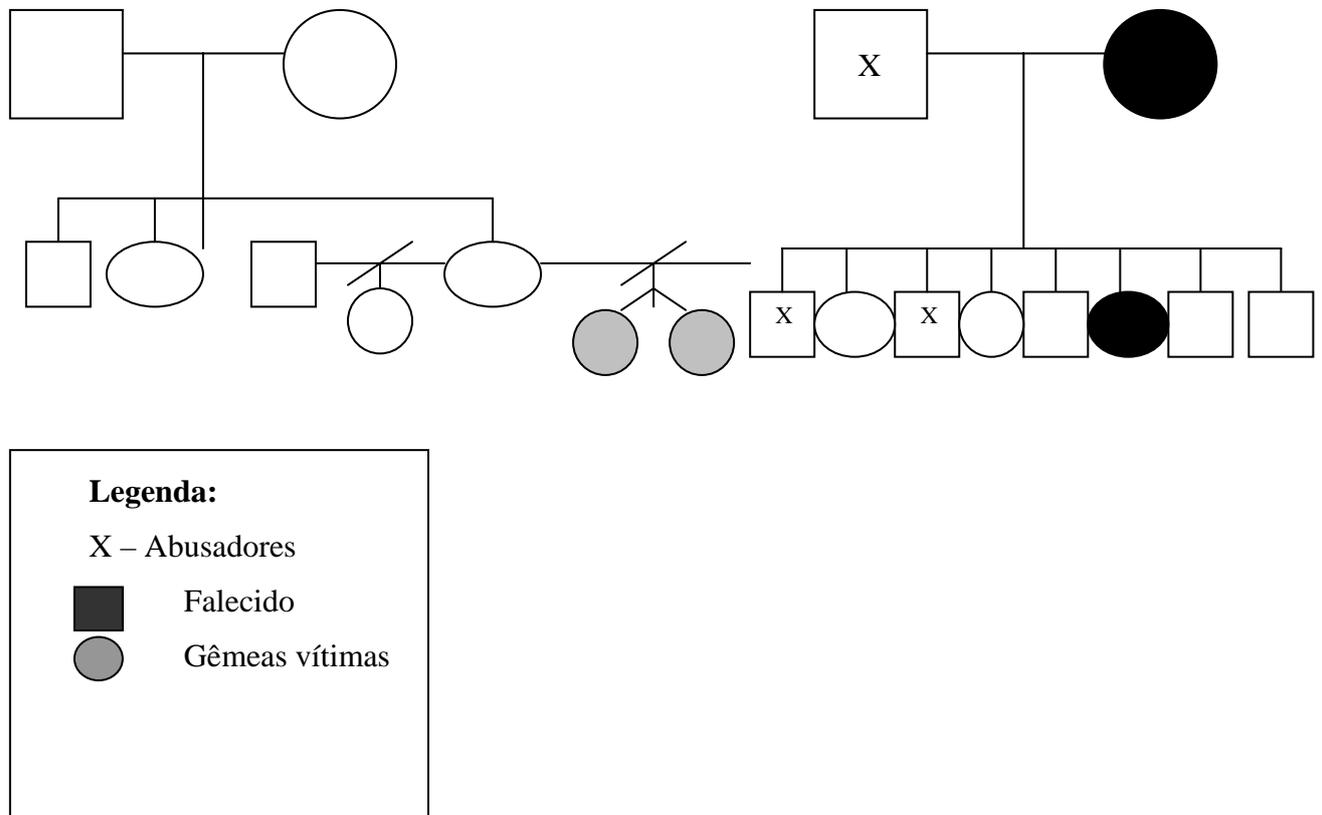


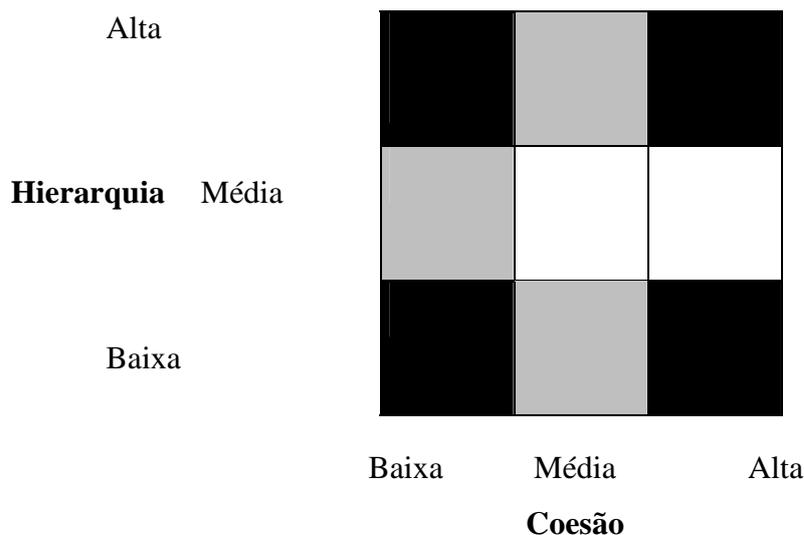
Figura 5. Genetograma das gêmeas participantes do estudo

A partir da denúncia realizada pela mãe contra os três abusadores, a família paterna, em sua totalidade, reagiu com aversão às três (mãe e irmãs). Ameaças, brigas e discussões tornaram-se frequentes e, então, a mãe, M1 e M2 sentiram-se em risco. Uma irmã da mãe, que residia com sua família em uma cidade distante, também do interior do estado do RS, convidou as meninas para que passassem lá suas férias de verão. Assim, elas passaram dois meses na casa da tia, enquanto a mãe trabalhava e permanecia na cidade e em perigo após as denúncias. No período de retorno às aulas, a tia, vendo o risco que corriam, convidou as três para que passassem a residir em sua casa, em seu município. As três passaram então a morar com esta tia (irmã da mãe), seu marido e seus filhos. Logo em seguida, dois dos abusadores foram presos, mas o avô permaneceu em liberdade. A mãe procurou o CAPS da nova cidade, onde foram encaminhadas para esta pesquisa e para psicoterapia.

Instrumentos

1. Entrevista semi-estruturada. Baseada no Protocolo de Entrevista com Meninos (Kristensen, 1996), essa entrevista adaptada abordou aspectos referentes à identificação das participantes, contexto familiar, situações agradáveis e desagradáveis pelas quais passaram, situação de abuso e percepções das vítimas sobre o comportamento abusivo e sobre os abusadores.

2. *Family System Test* (FAST) (Gehring, 1993). O FAST é uma técnica tridimensional que possibilita avaliar a percepção do indivíduo sobre a coesão e hierarquia na família e subsistemas em situações típicas, ideais e conflituosas. De forma lúdica, o instrumento utiliza um tabuleiro monocromático, peças em madeira representando figuras masculinas e femininas e blocos com três diferentes alturas. A coesão é medida pela distância entre as peças no tabuleiro; e a hierarquia, pela diferença de altura. A avaliação dos resultados foi realizada a partir da proposta qualitativa de Gehring (1993). Alguns estudos desenvolvidos no Brasil já utilizaram este instrumento e demonstraram a sua utilidade na avaliação de famílias (De Antoni, 2005; Falcão, 2006; Oswald, 2002; Fleck & Wagner, 2003). Na avaliação da família das gêmeas, duas configurações familiares foram observadas: (a) a *família atual* refere-se àquelas pessoas com quem as gêmeas convivem atualmente, incluindo a própria participante, sua irmã gêmea, a mãe, dois tios, duas tias e três primos; (b) a *família abusiva*, composta pelos três abusadores (pai, tio paterno e avô paterno), a mãe e as duas irmãs. Na *família atual*, as próprias participantes deveriam definir os membros que fazem parte da família. Já a representação da *família abusiva* foi proposta pela equipe de pesquisa, de forma a incluir os abusadores. A interpretação dos dados é feita mediante alguns critérios de classificação da coesão e da hierarquia da família em baixa, média e alta. A partir desta combinação, cada família é classificada em equilibrada, instável ou desequilibrada. Haverá inversão hierárquica quando for observado maior poder na geração dos filhos do que na dos pais, e coesão transgeracional quando for observada maior união entre pessoas de gerações diferentes do que entre pessoas da mesma geração. Na Figura 6, encontra-se a classificação dos tipos de estruturas relacionais, segundo Gehring (1993), utilizada para avaliação dos casos.



Legenda:

	Equilibrada
	Instável
	Desequilibrada

Fonte: Adaptada de Gehringer (1993).

Figura 6. Classificação das estruturas relacionais

3. Teste de Identificação da Família (em inglês, *Family Identification Test (FIT)*) (Remschmidt & Mattejat, 1999). Este instrumento busca identificar as relações de identificação na família a partir da classificação de cartões que descrevem atributos de personalidade (seguro de si, independente, medroso, “de lua”, nervoso, satisfeito, tranquilo, animado, comunicativo, compreensivo, atencioso e simpático). Os cartões são classificados, com o auxílio de um tabuleiro, em categorias que vão de “corresponde totalmente” a “não corresponde”, de acordo com suas respostas às questões do entrevistador. Essas diferentes perspectivas permitem comparações entre a percepção real e ideal da participante sobre os diferentes membros da família e pessoas próximas, fornecendo medidas de concordância ou sobreposição entre as mesmas. A identificação real envolve o quanto a pessoa se considera semelhante a alguém e a identificação ideal se refere a quanto a pessoa gostaria de ser semelhante a alguém, observando-se as correlações entre as características descritas. O instrumento foi adaptado ao Brasil por Teodoro (2000).

4. Familiograma (Teodoro, 2006). O Familiograma avaliou a família em termos de duas dimensões: afetividade (sentimentos positivos entre as pessoas) e conflito (sentimentos que podem gerar estresse ou agressividade). Os participantes primeiramente nomeiam cada membro de sua família. Para cada díade, relacionam o quanto cada um dos adjetivos corresponde às relações percebidas dentro da família. A escala *Likert* contém cinco pontos, que vão de “De jeito nenhum” a “Completamente”. As análises estatísticas do instrumento apresentaram adequada consistência interna e elevados índices de correlação item-total (Teodoro, 2006).

Procedimentos e considerações éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre (protocolo n. 35/06). Em seguida, o projeto foi apresentado ao CAPS da cidade e, a partir da aceitação do serviço em participar do estudo, foi assinado o Termo de Concordância da Instituição. Um contato inicial foi feito com as terapeutas das participantes do estudo, que permitiram que fosse feito um convite à mãe das meninas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi utilizado tanto com a mãe, autorizando a participação de cada uma das meninas, quanto com as próprias adolescentes. Foram explicados os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem seguidos e foi assegurada a confidencialidade dos dados. Os dados foram coletados individualmente com cada participante, por meio de três encontros com cada uma, com uma duração média de uma hora. As entrevistas e aplicação dos instrumentos ocorreram nas dependências do CAPS, sendo gravadas em fitas cassete para posterior transcrição e análise. A psicóloga que realizou as entrevistas tem treinamento para este tipo de procedimento e foram tomados cuidados no sentido de assegurar o bem-estar psicológico das participantes durante a coleta de dados.

Resultados

Os resultados serão apresentados de acordo com os instrumentos aplicados: resultados da entrevista, do FAST, FIT e Familiograma, referentes às duas participantes. Os dados da entrevista foram examinados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977), observando-se as percepções de cada participante. Os instrumentos aplicados foram avaliados de acordo com seus manuais, tanto qualitativa como quantitativamente.

Entrevista

A entrevista semi-estruturada, além de propiciar um vínculo inicial com as meninas, possibilitou a aquisição de informações sobre o caso e sobre o dia-a-dia das mesmas, suas atividades, preferências e dificuldades. Na entrevista com M1, a menina contou sobre suas atividades preferidas – brincar, ver televisão e dormir –, afirmou que seus companheiros para as brincadeiras são seus primos e uma colega da escola e que tem conflitos com uma prima mais nova, que terminam em agressão física e castigos impostos pela mãe (como ficar em um quarto escuro ou ficar trancada no quarto). Considera-se “nem ruim, nem boa”, por apresentar estes rompantes de raiva e agressão. Ficou claro que a menina apresenta uma tendência a isolar-se, atitudes agressivas freqüentes e sentimentos de raiva. A menina gosta da nova cidade e da nova escola. Está na 5ª série do ensino fundamental e tem boas expectativas de futuro, com a perspectiva de estudar medicina.

Por sua vez, M2 está na 6ª série. É a líder da turma, ajudando a professora e os colegas em diferentes tarefas. Fez amigas com facilidade na escola. Gosta de morar com os tios, apesar das brigas que ocorrem em função do hábito de beber do marido da tia. M2 diz que, diante das discussões, cala-se enquanto M1 briga e “bate para valer, dá na cara, faz bagunça”. Às vezes, sente ciúmes dos primos, por terem e ganharem coisas que elas não podem ter acesso, mas nada diz ou, em suas palavras, “engole”. Considera-se “feia e chata” e tem dificuldades em matemática. Brinca muito pouco, pois seu dia é preenchido com a escola, com o auxílio nas tarefas domésticas e vendo novelas na televisão. Segundo M2, o abuso aconteceu “tantas vezes que nem sei contar”. A avó morreu sabendo dos abusos cometidos por seu marido, tendo assistido inclusive a um episódio abusivo sofrido pela irmã, M1. M2 gosta da escola e gosta de morar na nova cidade. Hoje se sente bem e não tem o medo que tinha antes. Não apresenta pesadelos, dorme bem à noite, não tem dificuldade de concentração e diz que nunca pensa nas coisas que aconteceram. Quer ser professora e quer ter marido, mas não quer ter filhos.

Comum às duas meninas, foi encontrado que as duas participantes apresentaram indicadores de sentimentos de vergonha, agressividade, isolamento, ansiedade e baixa auto-estima, que ficaram claros na entrevista semi-estruturada. Além disso, o abuso é considerado por ambas a pior coisa que lhes aconteceu na vida. As meninas acreditam que outras pessoas podem ter sido vitimizadas pelo avô antes delas, como as tias e primas. No início dos abusos, uma irmã não sabia o que acontecia com a outra e ficaram, por algum tempo, em um sofrimento solitário e quieto. Em determinado

momento, uma delas encorajou-se e dirigiu-se a outra dizendo que sabia que algo estava acontecendo e que elas deveriam conversar. A partir daí, desenvolveu-se uma união sigilosa, que permitia as trocas de informações sobre as situações abusivas vivenciadas, levando a uma união que fortaleceu a vontade e a coragem para a revelação. A mãe foi a destinatária dessa revelação, que permaneceu em choque e em dúvida por um curto período de tempo. Logo em seguida, efetuou a denúncia dos três abusadores, o que desencadeou a prisão de dois deles (o pai e o tio).

FAST

A Tabela 2 apresenta os resultados da aplicação do *Family System Test* (FAST), tanto para a *família atual*, como para a *família abusiva*. Os resultados indicaram que M1 considera que, no seu dia-a-dia, sua família possui baixa coesão e alta hierarquia, com mãe e tia tendo maior influência sobre os outros membros. Em uma situação ideal, M1 gostaria que sua família fosse mais próxima, mas que mãe e tia continuassem tendo maior poder sobre os outros membros. Em situações de conflito, M1 acredita que sua família se aproxima para tentar resolver os problemas.

Quanto à *família abusiva*, M1 considera que, no seu dia-a-dia, apresentava uma coesão média. A hierarquia, segundo ela, também era alta, com mãe, pai e avô tendo maior influência sobre os outros membros. Idealmente, para M1, haveria uma alta coesão entre estes membros, denotando que a menina desejava que, apesar do que aconteceu, a família permanecesse unida e próxima e com a mãe, pai e avô exercendo maior influência sobre os outros membros (hierarquia). Nas situações de conflito, M1 relata que a família possui baixa coesão e a mesma distribuição de poder, demonstrando que a influência de uns membros sobre os outros permanece inalterada, ainda que em situações diferentes.

A representação do FAST realizada por M2 indica que, em situações rotineiras, a *família atual* possui baixa coesão e alta hierarquia, com mãe e tia exercendo maior influência (vide Tabela 2). Idealmente, M2 demonstra que sua família poderia continuar do jeito que é, mas gostaria que a diferença de poder entre a tia e a mãe fosse menor, com esta última aumentando o poder em relação à tia. Em situações de conflito, M2 percebe sua família como distante emocionalmente e com menor diferença de poder entre os membros.

M2 representa a *família abusiva*, no seu dia-a-dia, como tendo uma baixa coesão e uma média hierarquia, com avô e mãe tendo maior influência sobre os outros

membros. Em situações ideais, diferentemente de M1, M2 entende que o melhor é o distanciamento das três mulheres (mãe e filhas) dos três homens representados (pai, avô e tio) e que uma hierarquia média seria o ideal. Em situações de conflito, baixa coesão e alta hierarquia caracterizam a família. Neste caso, entretanto, a mãe apresenta maior poder, representando a situação da revelação, em que ela deteve mais poder do que todos os outros membros.

Nos resultados do FAST, não foram observadas inversões hierárquicas em nenhuma das famílias e situações (típica, ideal e de conflito) representadas. Entretanto, em termos de coesão transgeracional, a mãe e as filhas são mais próximas em todas as situações do que a mãe com o pai, ou com qualquer outro membro da família da mesma geração. Os conflitos da *família atual* foram caracterizados como verbais, envolvendo os tios e primos e com uma frequência média. Na *família abusiva*, foram caracterizados como verbais e corporais, envolvendo o casal (pai e mãe) e as filhas, e com uma frequência alta.

O FAST ainda possibilita a categorização dos resultados em termos de equilíbrio da estrutura familiar (equilibrada, instável e desequilibrada), conforme pode ser verificado na Tabela 2. Por meio dos resultados obtidos, pode-se observar que, tanto para M1 quanto para M2, predomina uma percepção de estrutura familiar desequilibrada ou instável.

Tabela 2

Resultados do Family System Test (FAST)

		<i>Família Atual</i>		<i>Estrutura*</i>	<i>Família Abusiva</i>	
Típica	M1	Coesão	Baixa	Desequilibrada	Média	Instável
		Hierarquia	Alta		Alta	
	M2	Coesão	Baixa	Desequilibrada	Baixa	Instável
		Hierarquia	Alta		Média	
Ideal	M1	Coesão	Média	Instável	Alta	Desequilibrada
		Hierarquia	Alta		Alta	
	M2	Coesão	Baixa	Desequilibrada	Baixa	Instável
		Hierarquia	Alta		Média	
Conflito	M1	Coesão	Média	Instável	Baixa	Desequilibrada

	Hierarquia	Alta		Alta	
M2	Coesão	Baixa	Instável	Baixa	Desequilibrada
	Hierarquia	Média		Alta	

* Classificação realizada de acordo com os critérios contidos em Gehring (1993), vide Figura 6.

FIT

Os resultados do Teste de Identificação da Família apresentam as percepções real e ideal das participantes, a partir de correlações de *Pearson*. Os dados obtidos indicam uma baixa autocongruência, comum entre as duas irmãs, significando que ambas não são aquilo que gostariam de ser.

Foi observado também que as duas meninas consideram ser muito diferentes de sua mãe (vide Figura 7). Entretanto, ambas apresentam uma correlação maior com o pai: M1 acha-se moderadamente semelhante ao pai, enquanto M2 se acha pouco parecida com o pai, mas mais parecida com este do que com a mãe. M1 não se acha muito semelhante ao avô, apesar, novamente, de ver-se como mais semelhante a ele do que à sua mãe. Com relação ao tio, M1 apresenta uma identificação negativa e fraca. Já M2 se vê como moderadamente semelhante ao avô e, com relação ao tio, apresenta uma identificação positiva e fraca. Em suma, pode-se afirmar que as meninas não são como gostariam de ser e que se identificam mais com seus abusadores do que com sua mãe, principalmente com relação ao pai, no caso de M1, e com relação ao avô, no caso de M2.

No que diz respeito às identificações ideais (vide Figura 8), observa-se que a mãe é um modelo a ser seguido por elas. Para M2, a mãe é um modelo forte, diferentemente do pai. M1 também gostaria de ser parecida com a mãe, mas com menos intensidade do que M2. Com relação ao pai, a direção é inversa, ou seja, elas absolutamente não têm o pai como um modelo. Isto é muito forte com relação a M1, que deseja ser o oposto do que o pai é. Outros dados informam que M1 gostaria de ser um pouco parecida com M2, mas M2 gostaria de ser o oposto de M1, ou seja, M2 é um modelo (embora fraco) para M1, enquanto esta não é modelo para M2.

Os ideais de mãe e pai das meninas revelaram que enquanto M1 considera que sua mãe não é aquilo que ela gostaria, M2 considera que sua mãe é muito daquilo que ela gostaria. Já com relação ao pai, ambas demonstram que o pai é o oposto do que elas gostariam que ele fosse. Esses resultados também aparecem com relação ao avô e ao tio.

As meninas consideram pai, tio e avô como sendo pessoas bastante semelhantes entre si. Comparando pai e mãe, entretanto, as meninas consideraram-nos como duas pessoas bastante diferentes. As Figuras 7 e 8 apresentam as relações de identificação reais e ideais estabelecidas pelas irmãs, com relação à mãe e aos abusadores.

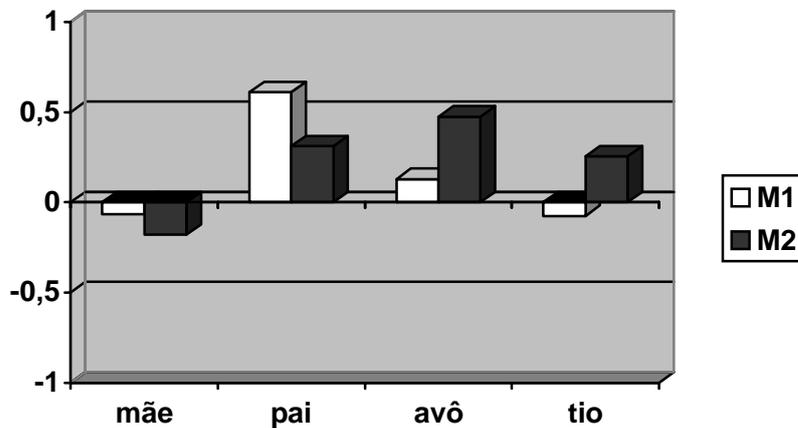


Figura 7. Identificação real

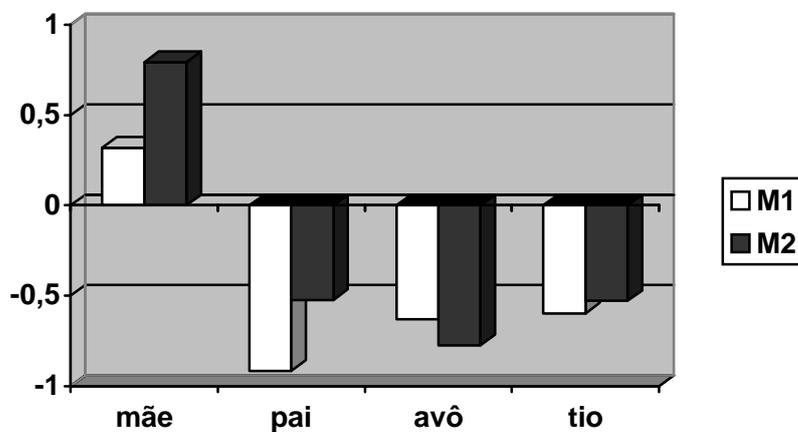


Figura 8. Identificação ideal

Familiograma

Este instrumento revelou diferentes percepções sobre a expressão da afetividade e do conflito na família. Como pode ser visto na Tabela 3, M1 percebe que tem relações de baixa afetividade com todos os integrantes da família e que, ao mesmo tempo, tem

relações de conflito médias e altas com estes. M2 percebe isto de forma diferenciada: acredita que tem média afetividade com sua mãe, primos e tios, mas que com os abusadores há baixa afetividade. O conflito é descrito como alto com o primo; médio com a mãe, os tios não abusadores, irmã, entre pai e mãe; e baixo entre ela e os abusadores (pai, avô e tio). Entretanto, cabe ressaltar, neste artigo, que M2 respondeu, para os abusadores, marcando apenas no mesmo número, ou seja, na coluna que dizia que o adjetivo não correspondia àquela relação. Este comportamento foi interpretado como uma indiferença no que diz respeito à sua relação com esses personagens.

Tabela 3

Resultados do Familiograma (FG)

	Díades	Mãe	Primo	Tio 1	Avô	Tio abusador	Tia	Irmã	Pai	Pai-Mãe
M2	Afetividade	M	M	M	B	B	M	M	B	M
	Conflito	M	A	M	B	B	M	M	B	M
M1	Afetividade	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	Conflito	M	M	A	A	M	M	M	A	A

Nota: B = baixo; M = médio; A = alto.

Discussão

M1 apresenta uma percepção de família mais extensa do que M2, incluindo primos e tios. Entende que sua *família atual* possui baixa coesão entre os membros e alta hierarquia. Outro aspecto a ser considerado é que a menina ainda tem como ideal a união da família, com o desejo de se aproximar novamente dos abusadores. M1 considera-se semelhante ao pai e, ao mesmo tempo, gostaria de ser o oposto dele. Tem na mãe um modelo, de forma moderada, mas considera que ela não é como gostaria que fosse. Sua irmã também é um modelo importante para ela. Entende que as relações com a família são todas de baixa afetividade e com conflitos médio e alto. Todos estes aspectos devem estar contribuindo para gerar seus sentimentos de raiva, vergonha, culpa, sua baixa auto-estima e baixa autocongruência e seu comportamento, eventualmente agressivo.

Por sua vez, M2 entende sua família como composta por ela, pela irmã e pela mãe. A família que inclui os tios e primos é vista como tendo baixa coesão e alta hierarquia. M2 considera-se mais semelhante ao avô e a mãe é para ela um modelo forte. A irmã, por sua vez, não é um modelo para ela. A menina ainda entende que sua mãe é como ela gostaria e percebe um nível de afetividade maior entre a família, com exceção dos abusadores. Estes fatores podem estar convergindo para que esta menina apresente uma sintomatologia clínica menos intensa, sem componentes agressivos e com maior integração na escola e na família.

Estes resultados apresentam duas percepções diferentes sobre a família, sobre sua proximidade, influência, relações de identificação, afeto e conflito. A atitude das meninas perante os acontecimentos violentos pelos quais passaram também se diferencia, com M1 sendo mais agressiva em suas relações, percebendo menos afeto, mais conflito e menor proximidade entre os membros de sua família, enquanto M2 se mostra mais integrada.

Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento dessas meninas foram levantados a partir dos resultados dos instrumentos utilizados, contextualizando estes dados tanto a partir do próprio caso quanto a partir da literatura. Fatores de risco são compreendidos como obstáculos individuais ou ambientais que aumentam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos no seu desenvolvimento (Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004). No caso estudado, podem ser citados a ambivalência inicial da mãe quanto ao relato de abuso, o alcoolismo do tio, o desemprego da mãe, os conflitos familiares desencadeados pelos problemas do tio com o álcool, a baixa coesão na *família atual*, a alta hierarquia dos abusadores, as baixas autocongruência e autoestima, a identificação com os agressores, a tendência ao isolamento, as atitudes agressivas e o fato de o avô permanecer em liberdade. Também pode ser destacada como fator de risco a identificação com os agressores, que, segundo Sugar (1992), é o primeiro aspecto que leva à multigeracionalidade. Ainda como fator de risco, especificamente no caso de M1, observou-se a percepção de baixa afetividade com relação a todos os membros de sua família e de conflitos em maior nível (médio e alto).

Os fatores de proteção incluem variáveis individuais, familiares e relacionadas ao apoio do meio ambiente (Pesce, Assis, Santos, & Oliveira, 2004). Neste estudo de caso, foram identificados os seguintes fatores de proteção: a mudança de município e residência, o fato de as meninas gostarem de morar com tios, gostarem de ir à escola, a atitude protetiva da mãe, o fato de as meninas terem a mãe como modelo e de não terem

os abusadores como modelos, a prisão do pai e do tio, as perspectivas de futuro de ambas e o apoio recebido pelos tios. Especificamente, M2 considera que as relações com a mãe, com a irmã e com os primos e tios não abusadores são afetivas, apesar de apresentarem eventualmente alguns conflitos.

Ressalta-se que estes resultados podem sugerir um padrão de funcionamento instável e desequilibrado, com baixos níveis de afetividade e altos níveis de conflito, baixa proximidade entre membros da família e alto poder de uns membros sobre outros. Outros trabalhos sobre famílias com abuso sexual apontam características de disfuncionalidade, baixa coesão e níveis elevados de conflitos (Cecil & Matson, 2001; Fassler et al., 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005). Entretanto, os resultados deste estudo não podem ser generalizados por tratar-se de um estudo de caso. Além disso, os dados levantados refletem um momento do processo por elas vivenciado. Pode-se supor que os fatos de estas meninas estarem em processo de psicoterapia e terem mudado de cidade possam ser fatores de proteção e atuar neste processo, levando a uma maior estabilidade e adaptação, e a uma maior percepção quanto ao afeto e apoio recebido na *família atual*.

Considerações Finais

Os estudos sobre família e abuso sexual têm utilizado fundamentalmente concepções sociológicas e antropológicas, que dissertam sobre configurações familiares e graus de parentesco nos casos de violência, além de usar fundamentalmente prontuários e processos jurídicos como fontes para as coletas de dados (Pelisoli & Dell'Aglio, 2007). Nesse sentido, Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004) afirmam que a literatura sobre violência doméstica tem se caracterizado por uma visão parcial, tratando exclusivamente de abordar este tema sob a ótica dos adultos envolvidos e não das crianças vítimas e que ouvi-las significa considerá-las sujeitos de seu processo de desenvolvimento. Assim, reafirma-se, com este trabalho, a necessidade de usar instrumentos capazes de delinear características familiares a partir da perspectiva da vítima.

Outra carência nas pesquisas se refere às relações entre os membros da família, que passam despercebidas pelos pesquisadores e podem enriquecer as intervenções clínicas nestes casos. Como ressaltam Tardivo, Pinto Junior e Santos (2005), o abuso sexual é tanto um fenômeno configurado na família quanto um problema de relações sociais de gênero e de geração. Estes e outros autores (Day et al., 2003; Furniss, 1993;

Habigzang & Caminha, 2004) relembram que a violência doméstica se torna um segredo difícil de ser rompido, mas que ainda inclui aspectos socioeconômicos, históricos e culturais. A família é um contexto isolado do domínio público, que proporciona a execução de um crime em que não há testemunhas e é encoberto pelo silêncio da vítima (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). É necessário compreender a complexidade do fenômeno e não negligenciar os diversos fatores envolvidos nele.

O caso investigado tratou de duas meninas que foram violentadas por homens que deveriam exercer uma função de cuidado. Elas viram suas famílias se reconfigurarem e suas vidas se modificarem. Entretanto, apesar de tantos sofrimentos, de tanta ameaça e violência, as meninas ainda assim demonstram vontade de crescer, de formar uma família no futuro, de ter uma profissão, fatores que devem ser reforçados no processo psicoterápico.

Os aspectos observados no caso destas meninas chamam a atenção para a avaliação de questões familiares, prática tão pouco difundida e efetivada no Brasil. Este estudo de caso possibilitou pensar aspectos das relações familiares que têm sido negligenciados pela literatura nacional sobre abuso sexual. Além disso, a avaliação de fatores de risco e proteção em casos de violência doméstica também se mostra importante (Koller & De Antoni, 2004). Entretanto, reafirma-se a necessidade da utilização destes meios avaliativos na clínica, fundamentando intervenções mais efetivas para essa população.

Considerando as limitações de um estudo de caso, ressalta-se a necessidade de pesquisas com amostras maiores e novos delineamentos, que possibilitem a generalização dos resultados e a expansão do conhecimento sobre este fenômeno. Pensa-se, portanto, que este estudo pode lançar sementes para que outros trabalhos, com amostras mais amplas, tratem de investigar a complexidade da dinâmica familiar e possam trazer contribuições quantitativamente mais substanciadas, permitindo uma maior generalização.

CAPÍTULO V

As relações familiares no contexto do abuso sexual: Percepções de adolescentes vítimas

Resumo

Este estudo investigou como adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar percebem sua família em termos de coesão, hierarquia, afetividade, conflito e relações de identificação. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, do qual participaram três meninas com idades de 10, 13 e 14 anos que sofreram abuso sexual perpetrados por seus pais ou padrastos. Suas mães foram as autoras das denúncias em dois casos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e a aplicação dos instrumentos Familiograma - FG, *Family System Test – FAST* e *Family Identification Test – FIT*. Os resultados demonstraram a presença de alcoolismo e violência anterior por parte dos abusadores, ambivalência da pessoa autora da denúncia e comorbidade de categorias de maus-tratos. Além disso, as meninas indicaram haver relações pouco afetivas e muito conflituosas com o abusador e relações mais significativas com a mãe/madrasta e alguns irmãos. A mãe/madrasta é também um modelo identificatório mais forte para as meninas do que os pais o são. Os casais parentais apresentavam relacionamentos conflituosos e pouco afetivos e as estruturas familiares desequilibradas e instáveis predominaram na caracterização da família pelas adolescentes. Estudos sobre essas famílias são escassos em nosso meio e são extremamente necessários, tanto com o fim de ampliar o conhecimento sobre o assunto, quanto em termos de prover subsídios para as intervenções dirigidas a essa população.

Palavras-chave: abuso sexual intrafamiliar, relações familiares, violência doméstica.

Family relationships in sexual abuse context: Perceptions of adolescent victims

Abstract

This study investigated as adolescent victims of sexual abuse intrafamiliar realize his family in terms of cohesion, hierarchy, affectivity, conflict and relations of identification. This is a study of multiple cases, which involved three girls aged from 10, 13 and 14 years who have suffered sexual abuse perpetrated by their parents or padrastos. Their mothers were the authors of the complaints in both cases. Interviews were conducted semi-structured and implementation of the instruments Familiograma -

FG, Family System Test-FAST and Family Identification Test-FIT. The results showed the presence of alcohol and violence on the part of former abusers, ambivalence of the person author of the complaint and comorbidity categories of ill-treatment. In addition, girls reported having little affective relations and very conflicting with the abuser and more meaningful relationships with the mother / madrasta and some brothers. The mother / madrasta is also a model identificatório stronger for girls than the parents are. The couples had parental relationships and conflicting little affective and family structures unbalanced and unstable predominant in the characterization of the family by adolescents. Studies on these families are scarce in our environment and are extremely necessary, both in order to expand the knowledge on the subject, as in terms of providing subsidies for interventions targeted at this population.

Key words: Intrafamiliar sexual abuse, family relationships, domestic violence.

Introdução

Sabe-se que a prevalência do abuso sexual é maior do que tem sido divulgada, através dos serviços e das pesquisas. Trata-se de um crime sub-notificado, evidente através da discrepância entre os números estimados de vítimas e a notificação (Kellog, 2002), e que permanece em sigilo por muito tempo, até ser revelado pela vítima. O fato de que a maioria dos casos refere-se a abuso sexual intrafamiliar é um dos vários motivos pelo qual se considera a revelação um momento crucial e complexo. Por isso, há uma demanda de intervenções qualificadas, acolhimento e apoio por parte dos profissionais que recebem essas denúncias. Pensando a família como o principal contexto de desenvolvimento, com funções diversas como a de prover os cuidados básicos, transmitir valores, socializar a criança, entre outras (Ackerman, 1986; Bronfenbrenner, 1996; Osório, 1997) e sabendo que é exatamente nesse contexto que ocorrem a maior parte das relações abusivas (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Kellog & Menard, 2003; Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999), objetiva-se neste estudo obter dados que possam ampliar o conhecimento sobre esses sistemas familiares violentos, com o propósito de contribuir para estratégias de prevenção e tratamento. Para Santos (2007), a família em que acontece o abuso sexual intrafamiliar é um sistema fragilizado, onde o segredo dá a ilusão de unidade e de que a situação está sob controle. Historicamente, esse segredo ficou por muito tempo escondido na intimidade dos grupos familiares, qualquer que fosse a condição social das vítimas e dos ofensores (Giberti, 2005). Atualmente, entretanto, se reconhece esse problema como público, “superando o segredo com que a domesticidade garantia sua persistência e a impunidade dos agressores” (Giberti, 2005, p.125).

A violência no contexto familiar não é apenas um problema da família, mas constitui um problema social, com prejuízos não apenas no nível individual como social, tendo impacto sobre as áreas do trabalho, educação, saúde, social, segurança e economia (Corsi, 2006). O aumento do absentismo e diminuição do rendimento laboral e escolar, a violência no âmbito escolar, conseqüências para a saúde física e mental, fugas de casa, condutas de risco, violência social, juvenil, homicídios e lesões dentro da família, delitos sexuais, bem como o incremento dos gastos nos setores da saúde, educação, segurança e justiça (Corsi) são algumas das conseqüências da violência familiar. Portanto, este fenômeno impacta não somente as relações familiares e o

desenvolvimento físico e psicológico das vítimas, como também apresenta repercussões sociais e econômicas importantes.

Tanto em condições típicas do desenvolvimento quanto em condições inesperadas, como no caso do abuso sexual intrafamiliar, a família exerce forte influência sobre a vítima e sobre a forma como ela lida com o problema. Como demonstraram Fassler e colaboradores (2005), o ambiente familiar pode funcionar como mediador das conseqüências do abuso sexual. Nesse estudo, o ambiente familiar foi investigado em termos de conflito, expressividade e coesão e encontrou-se que, sendo menor o conflito e maiores a expressividade e a coesão familiar, melhor o prognóstico. Nesse sentido, também Cohen e Mannarino (2000) afirmaram que o suporte e a adaptabilidade familiar são preditores das conseqüências pós-vitimização. Segurança e proteção provida pela família também têm sido vistas como características que podem assegurar um prognóstico mais favorável para as vítimas (Kellog, 2002)

Alguns estudos têm procurado conhecer melhor as famílias nas quais acontece o abuso sexual. Um deles é o de Gold, Hyman e Andrés-Hyman (2004), que investigou o ambiente familiar de 213 mulheres, de três grupos: (a) mulheres que sofreram abuso apenas por membro da família; (b) por alguém de fora da família; e (c) por ambos. Usando a *Family Environment Scale* – FES, o estudo demonstrou que as mulheres vitimizadas por estranhos reportaram que suas famílias eram mais independentes, tinham menos conflitos e eram mais coesas do que informaram as mulheres dos outros dois grupos sobre suas famílias. As mulheres que sofreram apenas abuso extra-familiar foram levemente mais encorajadas em suas famílias a engajar-se em atitudes assertivas, encorajadas a serem auto-suficientes e a envolver-se em decisões, do que as que sofreram abuso sexual intrafamiliar apenas ou ambos (extra e intra). As participantes dos dois grupos que sofreram abuso intrafamiliar (intrafamiliar e ambos), eram mais prováveis de ter sido criadas em famílias em que os membros expressavam mais a raiva e se engajavam em conflitos e aquelas que sofreram apenas abuso extrafamiliar tendiam a ter mais suporte/apoio do que as que sofreram abuso apenas intrafamiliar.

Kellog (2002) definiu quatro categorias de famílias, propondo uma categorização com relação à proteção e violência presente: (a) família segura e protetiva, centrada na criança, estável e protetora; (b) família segura e não-protetiva, que não é abusiva, mas tem adultos disfuncionais que colocam a criança em situação de risco para abusos; (c) insegura e “intrincada” (*enmeshed*), que tem um sistema rígido de funcionamento completamente determinado por uma figura abusiva, tipicamente a

figura paterna; (d) família insegura e instável, com adultos abusivos e disfuncionais. Uma família segura e protetiva modera a severidade do abuso e assegura um prognóstico mais favorável para a criança. Por sua vez, famílias seguras, mas não protetivas, podem deixar a criança em situações de risco. Aspectos disfuncionais dessas famílias incluem a presença de padrastos, alcoolismo paternos e materno, uso de drogas pelos pais, crimes violentos ou doenças mentais. Nessas famílias, a criança tem maior chance de ser abusada porque as habilidades protetivas dos cuidadores estão comprometidas e o acesso de perpetradores está facilitado. Uma família insegura e “intrincada” (*enmeshed*) é isolada e controlada pelo abusador, frequentemente o pai ou a figura paterna. Adultos em famílias de crianças vitimizadas são mais prováveis de ter pobres habilidades comunicativas, papéis confusos e dificuldades de resolução de problemas. Uma família insegura-instável também pode se caracterizar por uso de álcool e drogas, crimes, violência, baixa educação, desemprego e problemas de saúde mental. A diferença é que os adultos que são abusivos com as crianças, são frequentemente abusivos com outros membros da família. Este abuso pode ser físico ou sexual, mas invariavelmente é emocional. Estas crianças podem ser vítimas de um ou mais adultos que vivem com elas durante suas infâncias. Elas podem ser vítimas de negligência quando na primeira infância, abuso físico quando pré-escolares, abuso sexual quando escolares e abuso emocional por toda a sua vida. A disfunção familiar e os métodos de disciplina são considerados fatores de risco para o abuso sexual (Kellog, 2002).

Em nosso meio, alguns pesquisadores também têm se proposto a investigar aspectos familiares no contexto do abuso sexual. No trabalho de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) há uma descrição caracterizando essas famílias a partir de aspectos como estratégias de organização, configuração, práticas educativas e tentativas de proteção. Outros trabalhos investigaram o autor da violência intrafamiliar (Caminha, 2000; Cohen, 2000), renda, número de filhos, configuração (Deslandes, 1994), entre outros aspectos. Destaca-se que esses estudos obtiveram suas informações a partir de processos jurídicos ou prontuários de serviços de atendimentos. Por outro lado, Narvaz (2005) e Santos (2007) realizaram suas pesquisas a partir de entrevistas com mães de vítimas de abuso sexual. Outros trabalhos que ouviram as próprias vítimas de violência foram os de Kristensen (1996), que investigou abuso sexual em meninos, e De Antoni e Koller (2000), que investigaram adolescentes vítimas de violência intrafamiliar.

Este trabalho tem por objetivo investigar como vítimas de abuso sexual intrafamiliar percebem a sua família, em termos de coesão, hierarquia, afetividade, conflito e relações de identificação. A coesão é definida como proximidade emocional ou apego entre membros da família e hierarquia diz respeito às relações de poder estabelecidas entre eles (Ghering, 1993). Por sua vez, afetividade e conflito são, respectivamente, sentimentos positivos e geradores de estresse e agressividade (Teodoro, 2006). Já as relações de identificação tratam da incorporação de padrões de pensamento e comportamento de um modelo (Teodoro, 2006). Este estudo busca identificar como essas características estão implicadas no contexto do abuso sexual intrafamiliar.

Método

Delineamento

Foi desenvolvido um estudo exploratório a partir do delineamento de estudos de casos múltiplos integrados (Yin, 2005), para descrever as percepções de adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar quanto às características familiares. O estudo de caso permite examinar acontecimentos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real e conta com a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências.

O estudo de caso baseia-se em várias fontes de dados e permite a inclusão de elementos quantitativos, caracterizando-se por uma estratégia de pesquisa abrangente. O uso de casos múltiplos tem sido sugerido em detrimento do uso de caso único, pois suas evidências são consideradas mais convincentes e o estudo é considerado mais robusto. Além disso, o estudo de caso permite a coleta e a análise de dados quantitativos e a inclusão de mais de uma unidade de análise (estudo de caso integrado).

Participantes e Contextualização

Participaram deste estudo três meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. As meninas tinham 10, 13 e 14 anos e freqüentavam a quarta e a oitava séries do ensino fundamental. Seus pais ou padrastos foram seus abusadores e, em dois casos, a mãe foi a autora da denúncia. Seus casos serão detalhadamente descritos na seção de resultados. As meninas foram convidadas a participar da pesquisa depois de serem acolhidas em um centro de referência no atendimento a vítimas de violência sexual em Porto Alegre. A acolhida, neste serviço, dá-se na maioria dos casos, logo após a denúncia, já que os

setores que a recebem encaminham diretamente a este centro. A avaliação da veracidade da situação abusiva foi realizada pela equipe do próprio serviço, que tem anos de experiência de atendimento nesses casos. Dessa forma, os casos encaminhados à pesquisa tratavam-se de situações de abuso sexual confirmadas clinicamente pelos profissionais deste centro de referência.

No momento da pesquisa, as meninas ainda não estavam em processo psicoterapêutico, tendo em vista que este pode possibilitar a reestruturação da percepção da vítima quanto à sua família. O serviço que realizou a acolhida encaminhou todos os casos a atendimento em outros serviços da rede. A equipe de pesquisa certificou-se dos encaminhamentos e colocou-se à disposição para esclarecimentos sobre a pesquisa. Casos em que as adolescentes apresentavam atraso cognitivo severo, ideação suicida ou transtornos mentais graves não foram convidados para o estudo.

Instrumentos

1. Entrevista semi-estruturada, baseada no Protocolo de Entrevista com Meninos (Kristensen, 1996) (Anexo): essa entrevista investiga dados gerais das participantes, como idade, escolaridade, atividades cotidianas, relacionamentos, além de obter dados sobre a família, uma breve descrição da situação abusiva e da atual.
2. Entrevista sobre a família (Anexo): essa entrevista permite complementar as informações dos outros instrumentos. As questões focalizam o que a participante gosta e o que não gosta na família, pessoas mais próximas e mais distantes dela, situações boas e ruins que aconteceram com a família, forma de resolução de problemas, além das expectativas quanto a formação de sua própria família no futuro.
3. *Family System Test* – FAST (Gehring, 1993): O FAST avalia coesão e hierarquia nas famílias enquanto sistemas e subsistemas. Trata-se de uma técnica tri-dimensional, que inclui um tabuleiro monocromático, peças em madeira representando figuras masculinas e femininas e blocos com três diferentes alturas. São avaliadas situações típicas, ideais e conflituosas. A distância entre as peças colocadas pela participante no tabuleiro para representarem a família indica a sua coesão e a diferença de altura entre essas peças indica a hierarquia. Tanto a coesão quanto a hierarquia são classificadas como baixa, média e alta e a combinação de ambas gera uma avaliação da estrutura familiar: equilibrada, instável ou desequilibrada. Quando a participante representa a geração dos filhos com maior poder do que a geração dos pais, diz-se haver inversão hierárquica. Quando é representada maior proximidade entre pessoas de gerações diferentes do que

entre pessoas da mesma geração, diz-se haver coesão transgeracional. Os resultados deste instrumento foram levantados segundo as instruções contidas no manual de autoria de Gehring (1993). Alguns estudos desenvolvidos no Brasil já utilizaram este instrumento e demonstraram a sua utilidade na avaliação de famílias (De Antoni, 2005; Falcão, 2006; Oswald, 2002; Wagner & Fleck, 2003). Na Figura 6, encontra-se a classificação dos tipos de estruturas relacionais, segundo Gehring (1993), utilizada para avaliação dos casos.

4. Teste de Identificação da Família – FIT (Remschmidt & Mattejat, 1999): Adaptado para uso no Brasil por Teodoro (2000), o FIT identifica as relações de identificação das participantes com cada membro da família. A aplicação inclui a classificação de cartões que descrevem atributos de personalidade (seguro de si, independente, medroso, 'de lua', nervoso, satisfeito, tranquilo, animado, comunicativo, compreensivo, atencioso e simpático) em categorias (de “corresponde totalmente” a “não corresponde”). Os cartões são classificados com o auxílio de um tabuleiro, respondendo a perguntas do entrevistador sobre como a participante percebe a si mesmo e a cada membro da família (identificação real) e como gostaria que fossem (identificação ideal). A identificação real indica o quanto a pessoa se considera semelhante a alguém e a identificação ideal se refere a quanto a pessoa gostaria de ser semelhante a alguém. Essas informações são obtidas a partir de correlações entre as respostas da participante ao instrumento.

5. Familiograma (Teodoro, 2006) (Anexo): Este instrumento propicia a avaliação das participantes sobre suas famílias, em termos de afetividade (sentimentos positivos entre as pessoas) e conflito (sentimentos que podem gerar estresse ou agressividade). Inicialmente, solicita-se que o participante nomeie cada membro de sua família. Em seguida, é avaliada sua relação com cada um, relacionando adjetivos presentes no questionário à sua relação com este membro, a partir de uma escala *Likert* de cinco pontos (de “De jeito nenhum” a “Completamente”). As análises estatísticas do instrumento apresentaram adequada consistência interna e elevados índices de correlação item-total (Teodoro, 2006).

Procedimentos e Considerações Éticas

O Comitê de Ética do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, Porto Alegre aprovou o projeto de pesquisa sob o protocolo de número 35/06. O setor onde foi realizada a coleta de dados - Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil (CRAI) - também oficializou a sua aceitação quanto à realização do estudo, através da

assinatura ao Termo de Concordância da Instituição. Anterior ao convite às participantes, um contato foi feito com os profissionais responsáveis pelo acolhimento das participantes, que permitiram que fosse feito um convite aos responsáveis pelas meninas. Os responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como as próprias adolescentes. Neste momento, os objetivos da pesquisa, procedimentos a serem seguidos e a segurança sobre a confidencialidade dos dados foram aspectos apresentados às responsáveis e participantes (Conselho Nacional de Saúde, 1996). A coleta de dados foi individual e necessitou de três encontros com duração média de uma hora para ser completada. No primeiro encontro, foi realizada a Entrevista semi-estruturada baseada no protocolo de Kristensen (1996). No segundo encontro, foi realizada a Entrevista sobre a família e a aplicação do Familiograma. No terceiro encontro, foram aplicados o *Family System Test* e o *Family Identification Test*, além de serem realizadas questões sobre o bem-estar das participantes e sua opinião sobre a participação na pesquisa. Todas as participantes do estudo relataram que se sentiram bem compartilhando suas histórias e que não apresentaram conseqüências físicas ou psicológicas negativas decorrentes do processo de pesquisa. As entrevistas, que foram gravadas e transcritas para posterior análise, e aplicação dos instrumentos ocorreram nas dependências do CRAI e da UFRGS, de acordo com a preferência das participantes. Os nomes utilizados para a apresentação dos casos são fictícios.

Resultados

Caso 1: Paula

Dados Gerais da Participante: Paula tem 14 anos e frequenta a quarta série do ensino fundamental. Seu pai tem 41 anos e sua mãe 36. A menina tem cinco irmãos, dois mais velhos do sexo masculino (que já não residem com a família) e três mais novos. Na casa onde mora, cuja proprietária é a avó paterna, residem atualmente, a mãe e quatro filhos. Paula morou com a avó paterna até os quatro anos de idade; com a mãe e irmãos dos quatro aos seis anos (nessa casa de propriedade da avó); dos seis aos oito anos voltou a morar com a avó e, após, passou a residir novamente com a mãe e com alguns irmãos, onde está até hoje. Além disso, por vezes, fica por alguns dias na casa da mãe de uma amiga. Paula nunca conheceu o avô paterno, já que este faleceu antes da menina nascer.

O dia-a-dia da menina inclui a escola, tarefas de casa e assistir televisão. Paula relata ter poucas amigas, sendo algumas colegas de escola e outra da igreja que frequenta junto com sua mãe. Paula relata não apresentar dificuldades na escola. Gosta dos professores, dos conteúdos, dos esportes e dos passeios proporcionados pela escola. Conta que nunca brigou, mas que apenas discutiu com algumas colegas.

Dados das Entrevistas: Os dados serão apresentados de acordo com os seguintes contextos: (a) Contexto familiar; (b) Contexto abusivo/Vitimação; e (c) Contexto atual.

Contexto familiar: No dia-a-dia, a menina conta que todas as pessoas da família acordam cedo e trabalham o dia inteiro. “Ninguém faz nada a semana inteira, só trabalha, chega em casa, come e vai dormir. Ninguém tem tempo, trabalham muito. Aí no fim de semana faz alguma coisa, passeia.” A mãe cuida das crianças e por vezes trabalha limpando casas. A menina e os irmãos frequentam a escola. Nos fins de semana, Paula não fica em casa: visita amigas ou uma tia muito próxima (Mara). Para Paula, as situações negativas são mais facilmente lembradas e relatadas do que situações positivas: o momento do nascimento de seu irmão foi uma vivência muito positiva, segundo a participante. Nas palavras dela: “O meu pai, como ele é agressor, ele batia sempre na minha mãe, mesmo quando ela estava grávida. E daí o bebê nasceu com problema. Ele teve um monte de problema e a mãe saiu do hospital pensando que ele não ia viver. Aí três dias depois ligaram para a gente ir buscar porque ele estava vivo. Aí todo mundo ficou muito feliz”. Já a situação negativa “foi o que aconteceu comigo, que o meu pai fez”. A menina relatou ainda o alcoolismo de diversos tios e primos como um aspecto negativo da família, que gera brigas frequentes.

A menina tem seis tias e dois tios, irmãos do pai. A mãe tem irmãs e irmãos, mas Paula não sabe quantos e nem tem contato com eles. Quanto aos relacionamentos na família, a menina considera a tia Mara uma pessoa muito próxima, que lhe ajuda quando precisa e com quem se identifica. Por outro lado, o irmão que fugiu de casa e a avó paterna foram considerados pessoas distantes: o irmão, pelo fato de não ter mais procurado a família, e a avó, por não ajudar no momento em que precisam e por ser vista pela menina como uma pessoa que não é confiável.

Segundo a menina, não existem pessoas de fora da família que são próximas, nenhum vizinho ou amigo. Paula relata não “considerar” mais seu pai. Para ela, ele não existe. Por sua vez, a mãe é considerada “boa” e parece haver uma relação de maior proximidade: a menina conversa, “conta suas coisas” para a mãe. Com os irmãos, a

menina parece ter uma relação distante, já que relata que “*não briga, nem fala muito com eles*”.

Contexto abusivo/Vitimização: Segundo Paula, o abuso aconteceu poucos dias antes da descoberta pela mãe e da denúncia. Entretanto, pelo seu relato, percebemos que situações extremas de violência doméstica já aconteciam há muito tempo. Um exemplo disso foi o fato de o pai retirar a menina da escola já na primeira série. A menina conseguiu retornar somente aos 11 anos, motivo pelo qual encontra-se ainda na quarta série, já que nunca foi reprovada. O pai não deixava a menina estudar. Os irmãos eram permitidos, porém ela era proibida de frequentar a escola, com a alegação do pai de que ela era muito bonita e que caso fosse à escola, arrumaria namorado. O pai afirmava que ela não poderia ter namorado porque iria casar e ter filhos com ele e com nenhum outro homem.

Em outra situação de violência, com o mesmo pretexto, o pai cortou o cabelo de Paula com uma faca (ela tinha cabelo comprido e ondulado e apresentava-se na entrevista com os cabelos raspados e usando boné). Para ele, Paula não poderia sair tão bonita de casa porque chamaria a atenção. Na situação em que o pai cortou o cabelo dela, a menina relata que ele lhe disse que ela não iria mais para a rua, pegou então uma faca e cortou seu cabelo. A mãe tentou intervir, mas foi agredida também, com chutes e garrafadas.

O pai era alcoolista e usava drogas, fazendo uso de substâncias na frente dos filhos e, por vezes, vendendo objetos e alimentos de casa para comprar álcool e drogas. Muitas vezes, agrediu os filhos e a esposa estando bêbado ou drogado, mas isso não era uma condição para que a violência acontecesse, já que ele agrediu as pessoas mesmo estando sóbrio, em diversas ocasiões. Em um episódio de violência, o pai lançou o irmão de dois anos contra a parede, chutou e deu socos no menino. Em outro, deu um tiro na perna da mãe e jogou uma faca contra ela. Segundo Paula, os filhos assistiam às brigas entre o casal, que aconteciam violentamente, mesmo quando a mãe estava grávida. A menina apresenta cicatrizes de algumas dessas agressões.

Apesar de Paula relatar que o pai não havia abusado dela, a menina conta que o pai mandava que ela deitasse numa cama que ele havia colocado ao lado da sua, especialmente para ela. Em uma situação, o pai solicitou que a mãe saísse do quarto e a puxou para a cama dele. Segundo ela, o pai “*alisava*” ela. Ele dizia para ela que “*não era pra namorar com ninguém, era pra namorar com ele, casar com ele...que se eu tivesse um filho era pra ser dele.*” O pai tinha um intenso ciúme de qualquer contato

com outras pessoas, que segundo a própria Paula seria decorrente do medo que ele apresentava de que ela relatasse a situação a alguém.

O pai não trabalhava e passava o dia inteiro em casa e a mãe saía para trabalhar. A avó paterna mandava dinheiro todos os dias para ele, que mesmo sendo usado para manter o uso de álcool e drogas do pai, era também usado para o sustento da família. O pai convidava amigos para irem até a casa beber com ele, com o dinheiro mandado por sua mãe.

A situação a que Paula se refere como sendo “*o abuso*” ocorreu no dia 25 de dezembro: o pai usou drogas e álcool, como era de costume, e abusou dela, com os irmãos presentes em casa. A agressão incluiu “passar a mão, beijar e pedidos para que a menina tirasse as roupas. Os irmãos assistiram à cena. Paula não foi a primeira a contar à mãe sobre a situação abusiva. Três de seus irmãos contaram para sua mãe, até que ela pediu que a mãe parasse de trabalhar e conseguiu então fazer seu relato. A partir disso, a mãe “*mudou o jeito com o pai*”, “*não ia mais pro quarto, não deitava do lado dele. E falava, xingava ele*”. A menina relata que “*não queria ficar lá dentro da casa*”, que não saiu de casa, mas pensou em sair, em fugir de casa, mas logo desistiu.

A denúncia foi realizada três dias depois (dia 28). A mãe queria que o pai saísse de casa. Ela fez então uma denúncia anônima e, segundo Paula, a polícia foi até a casa e levou o pai preso, após a confirmação da família. A avó paterna pagou uma fiança e ele saiu. Ao ser solto, o pai voltou para a casa, rasgou as roupas da menina, estragou os calçados, colocando fogo neles, e ameaçou a família de morte. Elas então foram para um abrigo e ficaram lá por uma semana. Após esse incidente, a família nunca mais viu ou teve notícia do pai.

Contexto atual: Abusada física, psicológica e sexualmente pelo pai biológico, Paula conta sobre as dificuldades encontradas pela família após a denúncia ser realizada. A mãe não trabalha desde que descobriu o abuso. Após a denúncia de abuso sexual por parte do pai, a avó, que não acreditou na palavra da neta, mandou cortar a água da casa. Além disso, a família dependia financeiramente do dinheiro enviado diariamente pela avó paterna, apresentando-se atualmente com extremas dificuldades. A mãe e as crianças estavam dependendo da ajuda de vizinhos e amigos.

Paula conta que sente-se bem melhor com o pai longe de casa, mas que tem medo que ele volte, de que apareça por lá e, por vezes, pensa nessa possibilidade. No momento da entrevista, a mãe estava trabalhando fazendo limpeza há três semanas e não estavam recebendo nenhum auxílio. A avó, que antes mandava dinheiro para o filho,

não estava mandando para eles. Eles não visitam a avó e ela avisou que eles não pedissem mais nada para ela, porque ela não daria. Ela avisou também que estava mandando cortar a luz e que queria a casa.

A menina espera que, no futuro, sua família “*seja feliz e que não passe as necessidades que estamos passando hoje*”. Ela pretende constituir sua própria família, casar e ter “*um casal de filhos: um menino e uma menina*”.

Dados do Familiograma: Paula percebe uma baixa afetividade tanto entre ela e seu pai como entre o pai e a mãe. Com a mãe, percebe uma média afetividade, assim como com Pedro, Joana, Grace, Beto (irmãos), vó e Mara. Paula relata que com Daniel, Marcos, Rodrigo (irmãos) e Ana (prima) tem relações de alta afetividade. Com relação ao conflito, percebe baixo conflito com Pedro, Daniel, Marcos, Rodrigo e Ana; médio conflito com a mãe, Joana, Grace e Mara e alto conflito com pai, Beto e vó e entre os pais (pai-mãe).

Dados do Family Identification Test – FIT: Paula apresenta uma autocongruência positiva, ou seja, ela é muito daquilo que gostaria de ser (0,68). A Figura 9 mostra as relações de identificação real da menina com os membros da família. Destacam-se correlações positivas com a mãe (0,61) e com Daniel (0,60) e negativas com o pai (-0,50) e com Joana (-0,29). No que se refere a sua identificação ideal (Figura 10), destacam-se correlações positivas com a mãe (0,89), tia (0,69) e os irmãos Pedro (0,60), Grace (0,59), Beto (0,59) e Daniel (0,59) e negativas com o pai (-0,66), Joana (-0,53) e com a avó (-0,22).

Dados do Family System Test – FAST: Em situações típicas, Paula percebe a família como tendo baixa coesão e alta hierarquia, com o pai tendo maior poder. Numa situação ideal, a menina gostaria que sua família apresentasse menos hierarquia, com nenhum membro tendo poder sobre outros, mas a coesão permaneceria a mesma. Em situações de conflito, Paula entende que sua família apresenta, da mesma forma, baixa coesão e alta hierarquia. Em todas as situações, a influência do pai sobre os demais membros da família prevalece. A estrutura familiar foi considerada, portanto, em todas as situações, desequilibrada.

As díades foram avaliadas e estão apresentadas na Tabela 4. Nestas díades, destaca-se que Paula percebe uma proximidade significativa apenas com a mãe, e somente no dia-a-dia (situação típica). O subsistema parental também se caracteriza como tendo baixa coesão em todas as situações (típica, ideal e conflito). Alta hierarquia é

percebida pela menina nas situações cotidianas e de conflito, com o pai tendo maior poder sobre a mãe. Entretanto, uma baixa hierarquia (igualdade de poder) é desejada por ela.

Tabela 4

Avaliação da Coesão e Hierarquia nas Díades da Família de Paula

Díades		Típica	Ideal	Conflito
Pai-criança	Coesão	Baixa	Média	Baixa
	Hierarquia	Alta	Baixa	Alta
	Estrutura	Desequilibrada	Instável	Desequilibrada
Mãe-criança	Coesão	Alta	Baixa	Baixa
	Hierarquia	Baixa	Baixa	Baixa, inversa
	Estrutura	Desequilibrada	Desequilibrada	Desequilibrada
Irmãos	Coesão	Baixa	Baixa	Baixa
	Hierarquia	Alta	Baixa	Alta
	Estrutura	Desequilibrada	Desequilibrada	Desequilibrada
Pai-mãe	Coesão	Baixa	Baixa	Baixa
	Hierarquia	Alta	Baixa	Alta
	Estrutura	Desequilibrada	Desequilibrada	Desequilibrada

Analisando as relações de proximidade de Paula com cada membro da família nas situações cotidianas (típica), temos que: a menina apresenta alta coesão com a mãe e com o irmão Daniel; média coesão com o irmão Rodrigo e baixa coesão com os outros membros da família. Entretanto, Paula considerou que o ideal seria ter baixa coesão com a mãe, a tia, avó, e os irmãos Beto, Joana e Pedro; média coesão com o pai e o irmão Marcos e alta coesão com os irmãos Daniel e Grace. Em situações de conflito, a participante apresenta baixa coesão com todos os membros da família.

As relações de poder de Paula com cada um dos membros na situação típica mostram que há baixa hierarquia da menina com a mãe, os irmãos Daniel, Rodrigo e Grace (nenhum apresenta poder); média hierarquia com a tia (tia com maior poder) e alta com o pai, avó e os irmãos Pedro, Joana e Beto (todos com maior poder sobre ela). Idealmente, Paula entende que o melhor seria a igualdade de poder. Nas situações de conflito, há hierarquia alta em relação ao pai (pai com maior poder), média com a avó

(avó com maior poder) e baixa com todos os outros membros (não há diferença entre eles, nenhum apresenta poder/influência).

Discussão

Pelos dados levantados, parece que estamos diante de uma família típica em que acontece abuso: o casal tem um relacionamento conflituoso, pouco afetivo, em que o homem tem maior poder sobre a mulher, o pai é alcoolista, usuário de drogas e desempregado, a família é numerosa e com baixíssima renda. O abuso sexual intrafamiliar caracteriza-se por ser crônico e apresenta-se em comorbidade com outras formas de maus-tratos, como abuso psicológico e físico, além da violência conjugal.

A mãe apresentou uma ambivalência inicial, mas logo tomou uma atitude protetiva, na qual realizou a denúncia, afastando o agressor do convívio familiar. A família parecia encontrar-se habituada às violências cometidas pelo pai, fato que fica explícito na banalização das situações abusivas anteriores àquela que levou à denúncia.

As dificuldades financeiras ainda maiores que seguiram à denúncia, somadas às ameaças sofridas, o medo (de morte, do que acontecerá à família) e o desconhecimento de que aquilo que era vivenciado já se tratava de abuso sexual foram fatores que influenciaram no adiamento da denúncia, no caso de Paula.

A família conta com a ajuda de poucas pessoas de fora, demonstrando que não há muito apoio externo, tampouco o apoio da própria avó. A menina, particularmente, também não tem muitas amigas.

A família de Paula inclui muitos membros e com cada um é percebida uma relação diferenciada. Com alguns, ficou evidente o distanciamento, pouca afetividade, conflitos e com outros, o contrário disso. O relacionamento com o pai e com a avó paterna é distante enquanto com a mãe e alguns irmãos é mais significativo afetivamente. Com os irmãos a afetividade apresentou-se de média a alta, com destaque ao irmão Daniel, com quem a menina também indicou haver baixo conflito e alta coesão. Com Daniel, a participante considera-se bastante semelhante (identificação real), o que é desejado por ela (identificação ideal). Destaca-se a importância da tia Mara, tanto como apoio como quanto identificação.

O casal apresenta uma relação conflituosa, de baixa afetividade e coesão, alta hierarquia, com o marido tendo muito poder sobre a mulher. Segundo a percepção de Paula, a mãe é o oposto do que o pai é, como apresentou a correlação negativa (-0,78).

Destaca-se que a menina apresenta consciência da inadequação do comportamento paterno, tendo em vista que não deseja ser como ele e que deseja para seu futuro o contrário do que aconteceu com sua família. Essa consciência da violência pode atuar como fator de proteção na medida em que possibilita o afastamento do agressor e dificulta a revitimização. Além disso, o apoio da mãe, da tia e do irmão também são fatores de proteção importantes, já que propiciam relações de confiança e afetividade, ou seja, relações proximais de qualidade baseadas na reciprocidade. A procura pelo serviço de saúde também contribui para a proteção da vítima e da família, assim como os encaminhamentos realizados pela equipe que a atendeu.

Ressalta-se que apesar das intensas dificuldades pelas quais passou Paula e sua família, ela apresenta boas expectativas quanto ao futuro, auto-estima preservada e o gosto pelos estudos, dos quais foi por tanto tempo privada. Estes aspectos positivos podem contribuir para que a menina consiga apresentar um desenvolvimento saudável, apesar das adversidades.

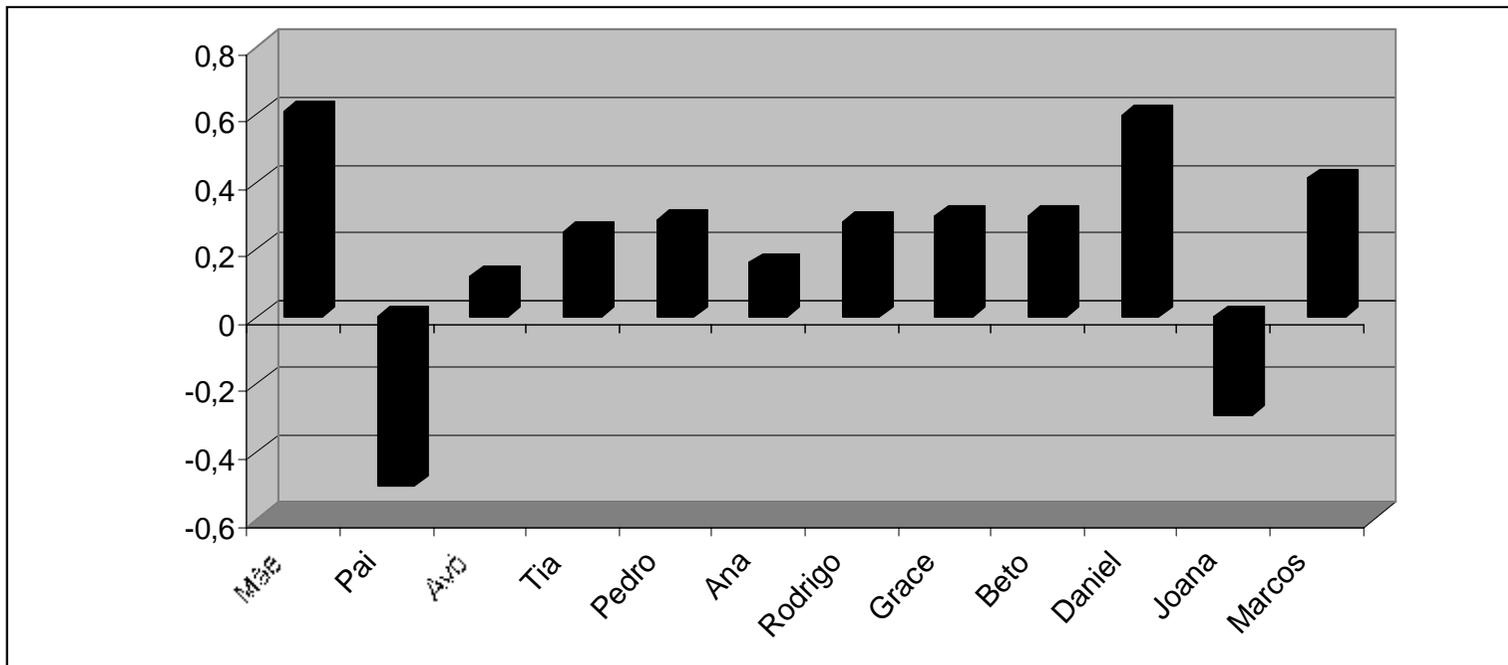


Figura 9. Identificação real em Paula

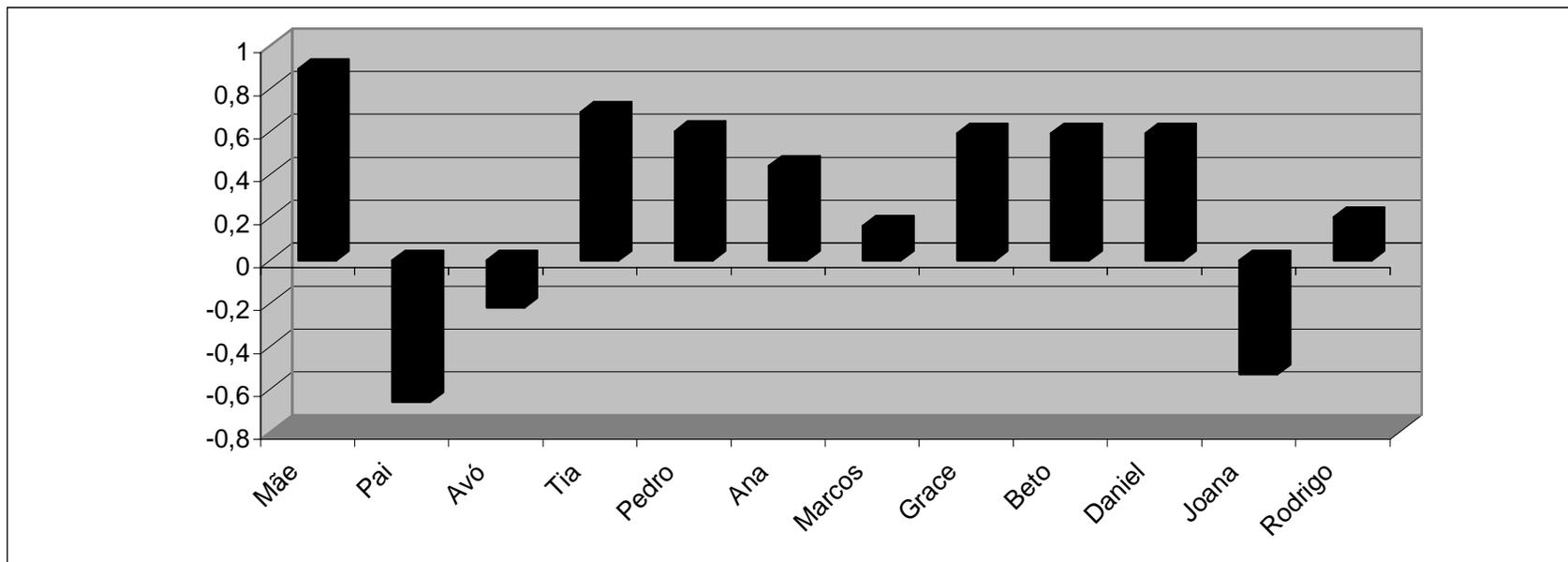


Figura 10. Identificação ideal em Paula

Caso 2: Silvia

Dados gerais da participante: Silvia tem 13 anos e não estava estudando no momento da entrevista. A menina encontrava-se abrigada há duas semanas e a matrícula na oitava série estava sendo realizada. Silvia entrou com seis anos na escola e nunca reprovou. A menina gosta de estudar e nunca teve problemas de relacionamento. Fora da escola, gosta de escrever poesias e de jogar vôlei. Ela diz que tem facilidade de fazer amizades e que tem muitos amigos.

O pai tem 33 anos e é casado com M., (madrasta) de 31. Os irmãos são Tiago e Felipe (filhos do pai e da madrasta) e Amanda (filha só da madrasta). Os irmãos entraram agora na escola e Amanda, que tem 12 anos, está na quarta série. Silvia residia com essas pessoas até ser abrigada e não tinha nenhum contato com sua mãe.

Dados das entrevistas:

Contexto familiar: Até os oito anos, Silvia morava somente com o pai. Na disputa por guarda, a mãe ficou com o irmão L. e o pai ficou com a menina, porque assim solicitou. Os pais dela ficaram juntos por mais ou menos três anos. Quando morava com o pai, enquanto ele trabalhava, a tia cuidava de Silvia. Essa tia era agredida pelo pai de Silvia.

Silvia considera que, com exceção do pai, era *“legal morar com os irmãos e a madrasta”*. Quando o pai estava junto, ele *“incomodava muito. Não dava pra conversar, pra fazer nada... Não dava pra olhar TV, pra fazer nada...”*. Uma situação que Silvia relata como sendo positiva foi quando ela e a família moraram em um outro município por dois anos (dos onze aos treze anos de Silvia). O pai não gostava de morar na cidade em que moravam e ele havia brigado com a ex-mulher (com quem namorou depois da mãe de Silvia e antes da madrasta), então decidiu por se mudar. Segundo ela, o pai só briga com mulheres, com homens não. O pai trabalhava como pedreiro, mas em São Leopoldo trabalhou como taxista. A menina gostava dos amigos e da escola de lá.

No dia-a-dia da família, as crianças iam para a escola. No turno oposto, Silvia, sua irmã e a madrasta limpavam a casa, tomavam chimarrão, conversavam e olhavam novela. Os irmãos ficavam brincando. Então, no final do dia, o pai chegava do trabalho e *“incomodava”*. Para ela, o pai queria tudo *“nas mãos”*, *“ficava pedindo para que as pessoas fizessem coisas para ele o tempo todo”*, além de desligar a televisão mesmo quando as pessoas estavam assistindo. Segundo a participante, o pai chegava *“de cara feia, incomodando, chegava falando nome, brigando já. Mas aí ele se arrumava e já saía”*. Os finais de semana eram iguais, com o pai trabalhando também e chegando em casa alcoolizado, em muitas ocasiões.

A situação positiva que aconteceu na família foi quando o pai brigou com a madrasta e disse que iria parar de beber. Para a menina, o mês que o pai ficou sem beber foi bom: *“ele não xingava verbalmente, como ele xingava e chegava incomodando. Só que se ele não bebe, ele fica só em casa enchendo o saco igual”*. As situações negativas com a família aconteciam sempre que o pai bebia e *“incomodava”*. Mas uma situação em especial foi quando o irmão Tiago precisou ser internado, permanecendo nove dias no hospital. O irmão apresentava convulsões desde muito pequeno (dois meses) e tomava medicação. Quando tinha quase três anos, pararam com a medicação. Então, um dia, ele convulsionou e precisou internar. O pai ia bêbado ao hospital. Silvia, sua irmã e o outro irmão ficavam na casa da irmã da madrasta, enquanto esta estava com Tiago no hospital. Ficaram todos muito ansiosos com a situação. Segundo a participante, quando Tiago saiu *“ficou muito feliz de abraçar a família”*.

Silvia não conhecia a mãe e o pai sempre a colocou contra ela: *“Falava que ela não me queria, que ela largou dele para ficar com outros homens”*. Então a madrasta mostrou para a menina que ele dizia as mesmas coisas sobre ela e que a verdade poderia não ser bem aquela. A participante disse que *“vivía falando mal da mãe”*. E a madrasta pedia que ela não julgasse, porque ela não a conhecia. Hoje, Silvia pensa diferente. Ela conheceu a mãe aos onze anos: um ex-cunhado da mãe dela conhecia o pai e o reconheceu na frente da casa. Então levou a mãe lá e elas se viram e conversaram um pouco. Nessa ocasião, que era perto do aniversário da menina, a mãe disse que voltaria no dia do aniversário para buscá-la, mas não foi. Depois eles se mudaram e ela nunca mais viu a mãe. Ela teve uma boa impressão da mãe, que disse que levaria Silvia para a casa dela e que esta conheceria o irmão. Silvia relata que não gostava muito dela naquela época, mas tinha vontade de conhecer o irmão. *“Agora eu acho que eu gosto dela, não sei. Depois que eu vi o jeito que o pai é eu entendi porque ela caiu fora de lá. Ela tinha 16 anos quando casou com ele, né. Daí quando eles se separaram eu acho que ela tinha uns 18, 19”*.

Sobre o pai, a menina conta que ele protegia muito ela. Quando a madrasta pedia que Silvia fizesse alguma coisa, ele brigava com a madrasta e dizia que não era para ela fazer nada. Mas a menina relata que foi vendo *“como ele era”* e passou a *“não apoiar muito ele”*. Ele ficou com muita raiva disso, conta a participante. Para a menina, a madrasta *“é legal. Bem legal. Ela sempre, quando eu precisava de alguma coisa ela ajudava, sabe? Sempre precisava falar com ela, ela falava, conversava.”* Já os irmãos são *“bagunceiros, fazem arte. Eles são gêmeos, daí um quer esse caderno o outro quer o mesmo caderno só para brigar. Dá uma coisa diferente daí o outro quer e o outro quer também daí os dois brigam.”* A irmã de onze anos *“é tri também..Ela é bagunceira também, apronta... É que a*

minha irmã ela é muita nervosa, sabe? Qualquer coisa ela já briga com todo mundo. Ela briga e discute com todo mundo. Mas ela impliica...”. As duas não brigam.

A pessoa que Silvia considera mais próxima dela, que mais ajuda quando precisa é a madrasta. Ela protege a menina nas brigas com o pai, leva ao médico, e “*faz uma guerra*”, se precisa. Ela xinga o pai. Em uma ocasião, a participante teve que ir ao médico por causa da freqüente dor no peito que sente. O pai foi, contrariado. Mas a madrasta foi e ficou com Silvia. O médico disse que a dor deveria ser de “*incomodação*”. Ao saírem do hospital, a menina desmaiou e teve que passar a noite lá e fazer uns exames. Nada foi encontrado. Antes das dores e de se sentir nervosa, Silvia relata que uma briga aconteceu: “*O pai me deu um tapa. Começou a brigar, daí começou a dor no peito.*”

Contexto abusivo/vitimação: O pai de Silvia, segundo ela, era alcoolista e agressivo. Ele chegava do trabalho, tomava banho e saía para beber. As brigas familiares sempre envolviam o pai. A madrasta era agredida verbal e fisicamente, assim como os filhos. A menina relata que a madrasta registrou uma ocorrência contra ele, alegando que ele havia batido nela. Segundo Silvia, isso era freqüente, inclusive quando ela estava grávida.

A menina relatou uma situação em que o pai estava bebendo em um bar e ela estava na rua. Uma amiga dela chamou e perguntou como ela estava, elas conversaram. Quando Silvia chegou em casa, levou uma surra porque o pai não havia gostado que ela tinha conversado na rua. Ele deu tapas na cara, usou chinelo e chutou. Em uma situação, deu chute no estômago da menina. Silvia relata que quando ela era pequena, o pai não batia nela. Quando o pai estava sóbrio, também “*incomodava*”, mas não saía batendo e nem falava “*tudo que vinha na boca*”. As brigas terminavam quando ele ia deitar.

Silvia conta que quando ela era pequena (tinha cinco, seis e sete anos), o pai tirava as roupas dela. Ela não lembra o que exatamente acontecia nessas ocasiões. Mas lembra que ele tirava sua roupa quando estava dormindo, e que ela acordava e fingia que continuava dormindo. Segundo a participante, o pai “*tentou mesmo*” uma vez. Ela sentiu dores e ele percebeu e perguntou “*o que foi*”, ela disse: “*nada*” e continuou fingindo dormir. Isso aconteceu quando Silvia tinha sete anos.

O pai não permitia que a menina fosse na casa de ninguém, nem da tia. A tia falou para a conselheira tutelar de sua desconfiança com relação à situação abusiva. Para a menina, o pai tinha medo que ela falasse alguma coisa para a tia ou para alguém. Muitas vezes, o pai saía de casa e a deixava trancada em casa, sozinha. Quando tinha oito anos, o pai conheceu a atual madrasta e casou com ela, e nunca mais aconteceu nada. Para Silvia, o pai apenas tentou abusar dela: “*tentava pelo menos, porque não conseguiu*”.

Nos últimos meses, o pai e a madrasta começaram a brigar muito e a madrasta, muito amiga de Silvia, relatou sua decisão pela separação. A menina ficou com medo que eles se separassem de fato, que ela voltasse a morar sozinha com ele e, assim, voltasse a ser abusada. Então, contou as situações pelas quais havia passado para uma amiga, que contou para sua mãe. O pai dizia para ela que teria que ficar com ele sempre, e com isso, “*enchia o saco*” dela. A mãe de sua amiga, no início, não tomou nenhuma atitude. Então, num outro dia, a menina foi para casa delas após ter brigado com o pai. O pai havia derramado café quente em sua madrasta e a chutou. Então ela ficou sentada fora de casa até ele dormir e entrou. No outro dia, o pai começou a discutir novamente. Silvia fugiu, foi para a casa da amiga. Lá, então, a mãe da amiga realizou a denúncia e a menina foi abrigada.

A amiga foi a primeira pessoa que ouviu seu relato. Entretanto, a irmã disse que Silvia já havia contado para ela e nem lembrava. A amiga ficou apavorada com o relato, perguntou como ele teve coragem de fazer isso. A irmã disse que Silvia falou para ela que “*o pai pegava eu pelado e me namorava*”, mas ela não lembrava. Patrícia (irmã) também não se lembrava e só lembrou disso que a irmã tinha contado depois da denúncia.

Contexto atual: Para Silvia, “*é melhor estar em casa*”, mas considerou que estava sendo “*bem tratada*” no abrigo. A menina estava apresentando bons relacionamentos com as crianças, adolescentes e monitores do abrigo. Entretanto, para a menina, o tempo no abrigo passa devagar: “*parece que é muito cansativo, sabe?*” “*Parece que... Parece que faz um ano já que eu to aqui*”. A participante considera bom estar no abrigo, mas tem vontade de estar com as pessoas da família. Como Silvia não está estudando, ela fica cuidando de um bebê, que é filho de uma menina abrigada, de 12 anos. Pela tarde, ela relata que joga carta, joga vôlei, brinca e conversa com as outras crianças.

A participante relata ter “*problemas nos nervos*”, diz que em algumas situações treme, tem vontade de chorar. Quando ela começa a pensar no que lhe aconteceu, sente dores no peito, fica nervosa, sente tonturas e tremores. Aí se alguém fala alguma coisa, ela briga. Silvia diz que se fica nervosa, desconta em alguém. Mesmo quando ninguém fala nada (como chamá-la de “*magra*”), ela tem vontade de chorar.

Silvia relata sua preocupação com sua situação no abrigo: “*eu não sei o que vai ser de mim agora ne, não sei com quem é que vou morar, onde é que eu vou ficar, dai eu fico nervosa com isso também. Eu começo a pensar assim,sabe, nas minhas amigas, que eu podia estar no colégio, podia agora ta com meus irmãos, ta do lado deles e sei lá,começo a ficar nervosa, começo a tremer*”. A menina apresenta diversos sintomas de ansiedade e insônia. Na casa de passagem, Silvia ainda sente as dores. Ela relata que fica pensando muito no que aconteceu. A madrasta foi visitar a menina no abrigo e relatou que está sem

dinheiro, que o pai saiu de casa e os irmãos passaram mal. Ela achava que estavam sentindo a falta do pai e da irmã. Silvia gostou da visita da madrasta. A menina abraçou a madrasta e ficou muito alegre com a visita, mas sentiu saudades dos irmãos.

A menina tem sentimentos ambíguos pelo pai. Quando questionada sobre o que pensa sobre ele, o que acha do pai, responde: *“Não sei. Eu gostava assim dele. Mas só que agora eu lembro dele o que ele fazia, um pai assim. não sei... daí eu fico nervosa, sabe?!”*

A menina relata que pode contar com o apoio de Roberta, uma amiga, e da mãe de Roberta. Além delas, Silvia diz que é *“cheia de amigas”*. Para ela *“é mais fácil contar com uma amiga, um amigo meu do que com uma tia minha. Por isso né, quando eu saí de casa eu fui pra casa de um amigo, porque se eu fosse pra casa de uma tia ela ia me mandar pra casa de novo”*.

Quanto a suas expectativas para o futuro, Silvia afirma querer estudar, fazer um curso superior e construir sua família. Quer ser bem diferente dos seus pais e que seus filhos sejam bem diferentes dela. Quer que seja melhor do que a família que teve. Planeja completar os estudos antes de ter filhos, e com isso dar maiores oportunidades para eles. Quer ter um casal de filhos e trabalhar, junto com um futuro marido para ter uma vida melhor. Pretende ter um relacionamento amistoso com este marido: *“Sem briga. Se for discutir, não discutir, acho que conversa, sabe?! Não brigar. E nem na frente dos filhos também. Compreender, conversar separado... E na conversa, não ficar discutindo xingando um ao outro. Se vê que tem uma coisa errada tem que ir conversar pra ver se resolve...”*

Dados do Familiograma: O Familiograma apresentou uma relação de baixa afetividade e alto conflito entre a madrasta e o pai. Na relação de Silvia com cada membro da família, a afetividade mostrou-se baixa com o pai, média com a madrasta e Patrícia e alta com os outros dois irmãos. As relações de conflito apresentaram níveis baixos com a madrasta, médios com os irmãos e alto com o pai.

Dados do Family Identification Test – FIT: Silvia apresenta uma autocongruência negativa de $-0,53$, significando que ela não é do jeito que gostaria.

As relações de identificação real de Silvia com cada membro da família não indicaram nenhuma correlação moderada ou forte (Vide Figura 11). As que mais se destacaram foram uma correlação negativa ($-0,26$) com Tiago e positiva com Felipe ($0,33$). As relações de identificação ideal revelaram correlações negativas com todos os irmãos e com o pai (Vide Figura 12). Com a madrasta, Silvia apresentou uma correlação positiva ($0,48$), indicando que ela é a única pessoa da família com quem gostaria de ser parecida.

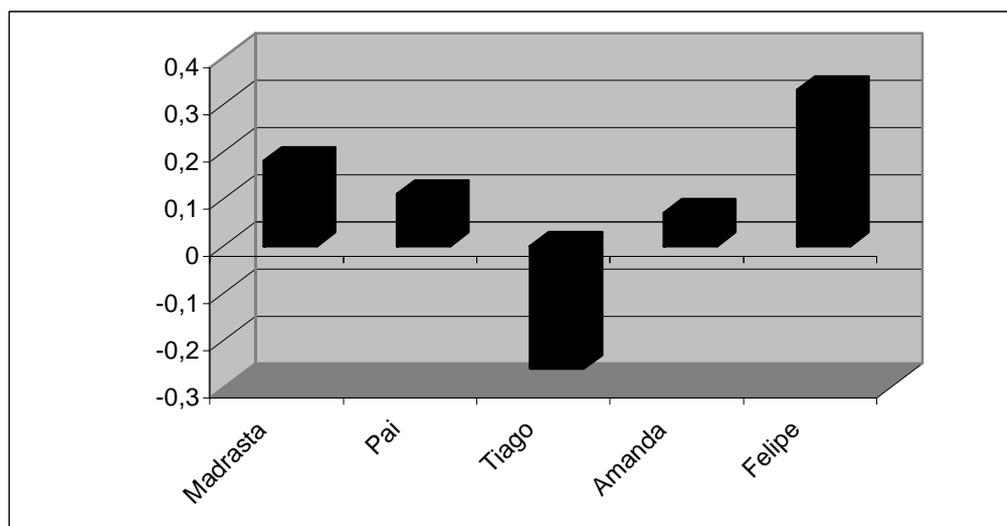


Figura 11. Identificação real em Silvia

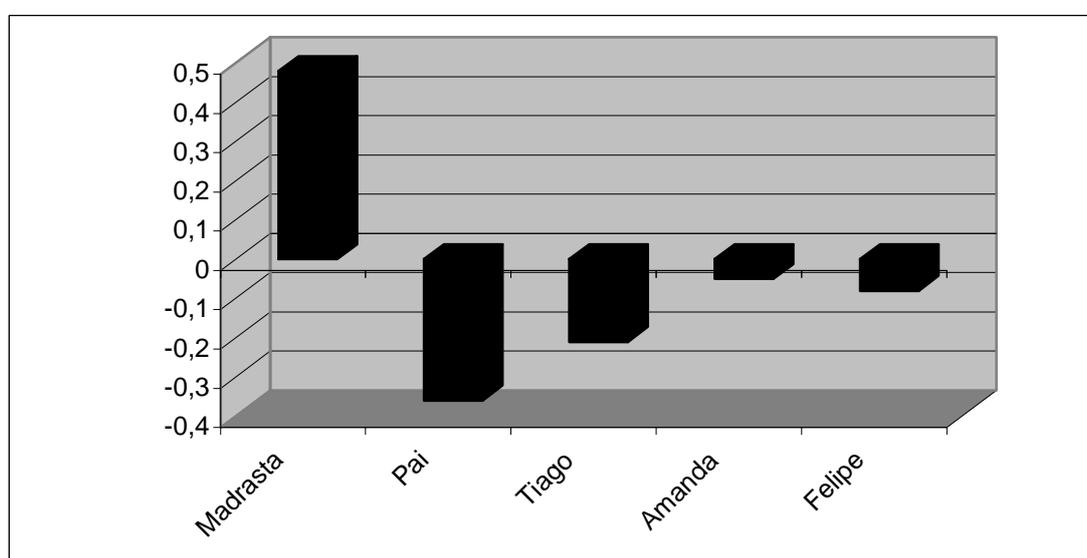


Figura 12. Identificação ideal em Silvia

Dados da Family System Test – FAST: Em situações típicas, a menina percebe a família como tendo baixa coesão e hierarquia baixa e inversa, com ela e a madrasta tendo maior poder. Idealmente, ela deseja que sua família tenha alta coesão e média hierarquia, com a madrasta tendo maior poder sobre os membros da família. Em situações de conflito, Silvia percebe sua família com baixa coesão e média hierarquia, com o pai e a madrasta tendo maior poder do que os filhos. A estrutura familiar foi avaliada como desequilibrada em situações típicas, equilibrada em situações ideais e instáveis no conflito.

A avaliação das díades familiares é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5

Avaliação da Coesão e Hierarquia nas Díades da Família de Silvia.

Díades		Típica	Ideal	Conflito
Pai-criança	Coesão	Baixa	Média	Baixa
	Hierarquia	Baixa, inversa	Média	Média
	Estrutura	Desequilibrada	Equilibrada	Instável
Madrasta-criança	Coesão	Média	Alta	Baixa
	Hierarquia	Baixa	Média	Média
	Estrutura	Instável	Equilibrada	Instável
Irmãos	Coesão	Baixa	Alta	Baixa
	Hierarquia	Alta	Média	Média
	Estrutura	Desequilibrada	Equilibrada	Instável
Pai-mãe	Coesão	Baixa	Alta	Baixa
	Hierarquia	Média	Baixa	Baixa
	Estrutura	Instável	Desequilibrada	Desequilibrada

Com relação aos subsistemas, destaca-se que Silvia percebe o subsistema parental como tendo baixa coesão em situações típicas e de conflito. A hierarquia nessas situações apresenta-se alta, com a madrasta tendo maior poder, e baixa, respectivamente. Idealmente, a participante gostaria que o casal apresentasse alta coesão e baixa hierarquia. Analisou-se, ainda, as relações da menina com cada membro da família. Com relação à proximidade (coesão), Silvia apresenta baixos níveis com Amanda e com o pai e médios níveis com a madrasta e com os irmãos Tiago e Felipe, em situações típicas. Idealmente, alta coesão é desejada com a madrasta, Amanda e Felipe e média com Tiago e com o pai. No conflito, há baixa coesão com todos os membros da família.

A hierarquia apresenta-se com níveis baixos com a madrasta e com o pai (inversa, no caso do pai), médios com Amanda e altos com os irmãos, em situações típicas. Idealmente, baixa hierarquia com Amanda e média hierarquia com os irmãos, madrasta e pai são desejados. No conflito, baixa hierarquia com Amanda é percebida e média com os outros irmãos, com a madrasta e com o pai.

Discussão

Silvia considera que sua família é composta pelos seguintes integrantes: pai, madrasta, os irmãos e a irmã (filha da madrasta). O pai é violento com todos da família,

especialmente com a madrasta. Agride verbal e fisicamente a esposa e os filhos, independente de sua condição de saúde ou idade. O casal apresenta baixa afetividade entre eles, com muitos conflitos, segundo a participante. Há ainda uma relação de baixa proximidade entre eles (coesão) e uma hierarquia alta, com maior poder da madrasta. Além disso, o pai é alcoolista, saindo todos os dias para beber com amigos.

O abuso sofrido por Silvia foi crônico, perdurando por muitos anos de sua vida. Entretanto, o fato que ela considera “tentativa” de abuso limita-se a um episódio de maior agressividade do pai. Fica evidente o desconhecimento do conceito de abuso sexual, que não se restringe à penetração ou à sua tentativa, como no caso da participante. A revelação das situações sofridas foi adiada por anos, sendo somente realizada quando da iminência de uma separação conjugal e diante do temor de ser novamente vítima do pai. Até conseguir revelar, Silvia sofreu agressões e ameaças por parte do pai, que a agredia fisicamente após vê-la conversando com uma amiga na rua ou quando impedia a menina de visitar amigas e parentes.

A menina não é absolutamente aquilo que gostaria de ser, ou seja, trata-se de uma baixa auto-estima. Além disso, Silvia apresenta claros sintomas de ansiedade, que afetam seu sono e seu dia-a-dia. Além disso, o fato de não lembrar de alguns fatos e até mesmo de ter contado a situação para a irmã e não lembrar disso, podem indicar a presença de sintomas dissociativos, além dos ansiosos. Apesar dessas dificuldades, um aspecto positivo é a identificação ideal com a madrasta, com quem gostaria de ser parecida. A madrasta é para Silvia, o único modelo a ser seguido, de toda a família. Pelo cuidado e proteção que significava para a menina, entende-se que este possa ser um fator de proteção neste caso. Além da madrasta, a participante pode contar com amigas e a mãe de uma amiga (que efetuou a denúncia) em situações problemáticas. Isto demonstra que, apesar de não contar com muito apoio familiar, a menina parece receber um apoio social externo à família significativo.

Somado aos sintomas de ansiedade e alimentando estes sintomas, parece estar a preocupação intensa com a situação de abrigamento e o seu futuro. Silvia relata que não sabe o que será dela, como vai ser sua vida daquele momento em diante.

A idéia de que o investimento em estudos e na vida profissional lhe trarão um futuro melhor fazem com que Silvia tenha objetivos bem definidos. Este aspecto, aliado ao apoio institucional do abrigo e do serviço de saúde procurado, às amizades, às relações positivas estabelecidas com a madrasta e com os irmãos são fatores que podem contribuir para minimizar os prejuízos decorrentes da violência sofrida por Silvia.

Caso 3: Daniela

Dados gerais da participante: Daniela tem dez anos e frequenta a quarta série do ensino fundamental. Entrou com sete anos na primeira série e nunca foi reprovada. A menina não gosta muito de sua turma e tem ali apenas uma amiga, que é a única em quem confia. Na época da entrevista, Daniela não estava estudando fazia duas semanas, pois havia mudado de residência em função da situação abusiva, e sentia falta da escola.

Daniela tem bons relacionamentos com os professores. Os professores eventualmente chamam sua atenção, pela conversa. A menina afirma ter três amigas, que são da escola e do Centro de Tradições Gaúchas – CTG, do qual participava. Uma prima também é considerada por ela como uma amiga. Daniela nunca brigou na escola, apenas discutiu com uma colega por causa do seu time de futebol.

O dia-a-dia de Daniela inclui assistir televisão, ajudar a mãe em algumas tarefas de casa, brincar e dormir. Ela gosta de jogar vôlei e futebol e de dançar. A menina frequentava o CTG e fazia apresentações em rodeios, em creches e na rua. Uma situação agradável relatada pela participante foi um final de semana em que três amigas foram para a sua casa: lá, elas leram, brincaram, andaram de *roller* e patinete, comeram pizza. Já a situação desagradável foi a própria situação abusiva.

Dados das entrevistas:

Contexto familiar: Os pais de Daniela se separaram quando a menina tinha três anos. Mais tarde, a mãe casou-se com aquele que seria o pai de sua outra filha, e o abusador de Daniela. O padrasto é pedreiro e a mãe trabalha em serviços gerais. Enquanto os dois trabalhavam, uma tia cuidava das meninas.

O pai de Daniela faleceu no ano de 2004. Eles (pai e filha) se viam quinzenalmente aos sábados e tinham uma boa relação. Nesses sábados, eles passeavam, iam na casa de amigos, parque de diversões, jogavam *snooker*, num bar de propriedade do pai, jogavam vídeo-game e usavam o computador. A morte do pai foi num domingo: *“a minha casa tava cheia de visita, e foi depois de um sábado que eu já tinha visto ele. Minha visita tinha ido no bar lá, que é atrás da minha casa e a minha vizinha disse que tinham matado ele, que a casa tava cheia de gente. Mas eu quase não chorei, que chorar não vai adiantar. Daí eu quase não chorei quase, mas que eu fiquei decepcionada fiquei.”*

Daniela tem uma irmã com seis anos de idade e uma com 17 anos, por parte do pai, mas que mora no interior e tem pouco contato com a família. Daniela nunca morou com essa irmã, porque sempre residiu com a mãe. Já a irmã de seis anos, é filha da sua mãe com o padrasto.

Daniela sente-se bem com as pessoas da família porque se *“precisar de ajuda elas vão me ajudar”*. Os avós, por parte da mãe são pessoas importantes para ela. Entretanto, ela os vê apenas uma vez por ano, porque eles moram longe. O relacionamento com a mãe e com a irmã é bastante positivo e carinhoso, segundo a participante. Conta que elas passeavam e que quando o padrasto trabalhava, ele chegava do trabalho e as levava ao parque.

O dia-a-dia da menina está limitado ao contexto do lar, no momento. A menina está sem ir à escola, então acorda tarde e vai brincar. Enquanto isso, a mãe arruma a casa. As irmãs brigam quando a irmã acorda Daniela mais cedo do que ela gostaria, fazendo barulhos propositalmente. Nos fins de semana, elas brincam com os tios e primos.

Daniela gosta muito das comemorações de final de ano, quando a família da mãe se reúne. Ela só lamenta não poder ver os avós, que não têm condições financeiras para virem com mais frequência, assim como lamenta também o pouco contato com a família do pai. Segundo ela, o maior contato é com a avó paterna, mas ela gostaria de ter mais contato com os tios também. Daniela sente pesar por não haver tanto contato quanto ela gostaria.

Daniela conta que tem um tio e sua esposa que souberam da situação e as ajudam. O tio é irmão da mãe, que leva seu filho para brincar com as meninas. A irmã de Daniela às vezes briga com o primo, porque geralmente os dois querem o mesmo brinquedo. Por sua vez, Daniela tem conflitos com a irmã porque não quer brincar, e a irmã insiste.

Daniela não gosta quando a família combina uma atividade e acaba não realizando porque alguém não pôde, ou porque alguém teve que viajar e ficar longe. Um momento positivo vivido em família foi o Ano Novo. Já a negativa foi o falecimento do pai e de uma tia.

Daniela tem uma percepção positiva de cada membro da família: os vê como amigos, uns mais próximos, como a mãe: *“é a minha melhor amiga”*, outros menos como o padrasto: *“eu considerava ele da família, mas não assim como família de sangue mesmo. Como um amigo normal”*. Para ela, o pai, era *“bem legal”*, um amigo com quem passeava. Já a irmã e as primas são *“chatinhas”*, mas mesmo assim relata afeto por elas. De todos, sua mãe é a pessoa que mais lhe ajuda, como na situação da revelação do abuso. Os avós, pela distância geográfica e pela falta de contato, são vistos como pessoas com quem a menina não pode contar. Fora da família, um padrinho, ex-cunhado da mãe, e a mãe de uma amiga são pessoas de referência para ela porque se preocupam com elas, perguntam se precisam ou querem alguma coisa.

Daniela se acha parecida fisicamente com seu pai e *“seu jeito de ser”* parecido com sua tia, porque ela também gosta da irmã de Daniela, mas *“vive encrencando com ela”*. Ela

se acha parecida com a mãe, porque acha que “*fala o que tem que falar, não guarda nada*”. A pessoa com quem a participante gostaria de ser parecida é uma prima que frequenta um local em que faz informática, joga futebol, vôlei. A menina gostaria que no futuro, os avós morassem mais perto delas e que elas possam passar o ano novo com eles, assim como o Natal e Páscoa e outras datas especiais.

Contexto abusivo: A mãe e o padrasto estavam juntos há quase oito anos. Com Daniela, o padrasto tinha um bom relacionamento, principalmente no início do namoro com a mãe. A menina relata que gostava do padrasto, até ocorrer o abuso. Ela conta que o padrasto ia todo dia no quarto dela e lhe “*passava a mão*”, mas ela não revelava a situação abusiva porque o padrasto lhe ameaçava de morte. Foram em torno de dez meses assim. Ele não batia na menina e não abusava da irmã, só de Daniela.

O primeiro episódio abusivo ocorreu no quarto da mãe: ela foi buscar um calçado e a mãe não estava em casa, nem sua irmã. A mãe estava trabalhando e a tia tinha levado a irmã no posto de saúde. Daniela ficou em casa, momento em que o padrasto iniciou os abusos. Até então, nada havia acontecido e a menina confiava nele. Daniela relata que ele já havia tentado “*agarrar*” sua madrinha, de 18 anos e por isso não confiava totalmente nele, mas também não desconfiava que ele faria isso.

Em função das ameaças e do medo que sentia, Daniela foi abusada por dez meses até conseguir fazer a revelação. Um dia, a menina ficaria em casa sozinha com o padrasto novamente já que mãe ia trabalhar, a irmã ia dormir e a tia já ia embora e, diante da iminência da situação abusiva, Daniela pediu que a mãe não a deixasse sozinha. Assim foi quando a menina conseguiu revelar, diante do pedido de justificativas por parte da mãe. A mãe não acreditou num primeiro momento, mas naquela noite, deitou ao lado do padrasto e fingiu dormir. Então, seguiu o marido até o quarto de Daniela, vendo o que acontecia todas as noites: o marido passava as mãos pelo corpo da menina. Segundo Daniela, a mãe o empurrou e disse que o mataria. No outro dia, foi a Delegacia da Criança e Adolescente – DECA fazer a denúncia.

A irmã da mãe, a tia Neiva, e o marido foram as únicas pessoas a tomarem conhecimento da situação. Eles ajudaram-nas, levaram nos locais em que foi preciso e conseguiram o local onde elas estavam residindo no momento. Elas saíram da casa onde residiam com o padrasto, mesmo a casa sendo delas. Daniela relata que o padrasto tinha uma arma em casa, que nunca ameaçou usar ou usar. A arma não era dele – era de um tio de segundo grau da mãe, cujo filho não queria que ele tivesse arma em casa. Então, esse tio entregou a arma ao padrasto, para que ele guardasse. A mãe, como uma medida de

proteção para ela e para as meninas e temendo uma atitude agressiva do abusador, devolveu essa arma para o tio antes de sair de casa com as meninas.

Contexto atual: A mãe pediu ajuda do tio e da madrinha, cujo filho de cinco anos é cuidado pela mãe de Daniela. Eles disseram que não era para falar para ninguém e que logo tudo se resolveria. O tio encontrou um lugar seguro para que elas ficassem provisoriamente e levava mantimentos para que elas não precisem sair do sítio para fazer compras. O tio ainda estava mantendo os telefones celulares com crédito, para qualquer emergência. A mãe e as duas filhas estavam residindo em um sítio e o padrasto não sabia onde estavam. Ele estava ligando frequentemente para a mãe, pedindo desculpas e pedindo que elas voltassem para casa. Diante dessa situação, as três apresentavam muito medo de serem encontradas por ele.

Daniela vê o padrasto “*como um inimigo*” e relata que o abuso “*é aquilo que a gente vê que acontece com os outros, mas que a gente pensa que nunca vai acontecer com a gente, mas pode acontecer*”.

Suas expectativas de futuro incluem principalmente a educação: “*Ah, quero estudar, o que eu perdi. Quero voltar a estudar. Eu queria estudar na minha ex-escola, mas não vai dar. Queria ter continuado morando aqui, minha mãe quer ir pro interior, queria continuar freqüentando o CTG. Por enquanto acho que a gente pode até continuar freqüentando o CTG e daí a gente vai ficar na cidade mesmo, em Porto Alegre. Daí a gente não vai pro interior... mas a gente não vai ficar no mesmo lugar.*”

Dados do Familiograma: Daniela percebe um relacionamento de alta afetividade e médio conflito tanto com a mãe quanto com a irmã. Já com o padrasto, a menina indicou baixa afetividade e alto conflito. Sobre o relacionamento do casal, Daniela percebe que há entre eles baixa afetividade e alto conflito.

Dados do Family Identification Test – FIT: D. Apresenta uma autocongruência positiva (0,53), indicando que a menina é moderadamente, aquilo que gostaria de ser. As correlações propiciadas pelo FIT indicaram que a participante sente-se moderadamente semelhante com a irmã (0,48), mas pouco parecida com a mãe (0,19) ou com o padrasto (0,12), conforme pode ser visto na Figura 13. Os dados que observam a identificação ideal mostram que tanto a mãe (0,79) quanto a irmã (0,98) são fortes modelos para ela, significando que ela gostaria muito de ser como elas (Figura 14). Entretanto, o padrasto não (0,4).

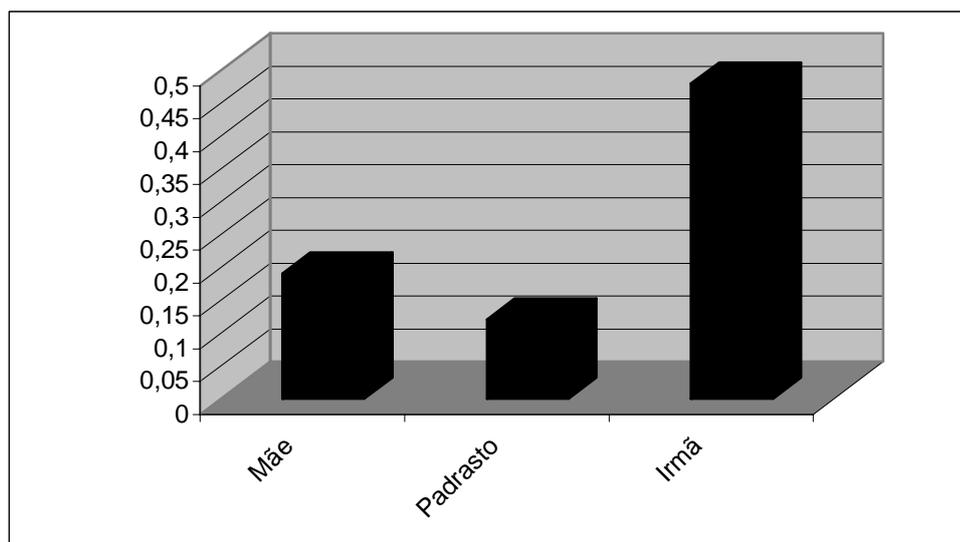


Figura 13. Identificação real em Daniela

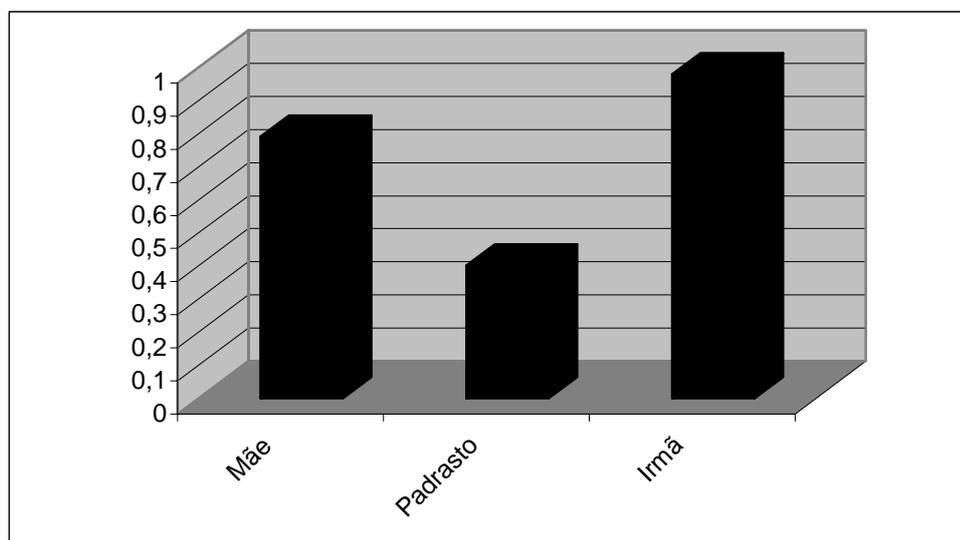


Figura 14. Identificação ideal em Daniela

Dados da Family System Test – FAST: Em situações típicas, Daniela representa sua família com baixa coesão e alta hierarquia, com a mãe tendo maior poder. Idealmente, a coesão permanece baixa, mas a hierarquia diminui: a mãe continua tendo maior poder do que os outros integrantes, mas Daniela tem mais poder do que em situações típicas. No conflito, a família apresenta alta coesão e hierarquia baixa e inversa, com Daniela tendo mais poder do que todos os integrantes da família. A partir destes resultados, a estrutura foi avaliada como desequilibrada em situações típicas e em conflito e instável, em situações ideais.

Na análise dos subsistemas, observou-se que Daniela, em situações típicas, apresenta baixa coesão e média hierarquia com relação à sua irmã (Daniela tem mais

poder), alta coesão e média hierarquia com relação à sua mãe (a mãe tem mais poder) e baixa coesão e baixa hierarquia com relação a seu padrasto. Idealmente, Daniela possui baixa coesão e baixa hierarquia com sua irmã, alta coesão e média hierarquia com sua mãe (a mãe tem mais poder) e baixa coesão e baixa hierarquia com seu padrasto. No conflito, Daniela percebe que tem alta coesão e média hierarquia com sua irmã (Daniela tem mais poder), alta coesão e baixa hierarquia e inversa com sua mãe (Daniela tem mais poder do que todos) e média coesão e baixa hierarquia e inversa com seu padrasto.

A proximidade e poder de cada díade é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6

Avaliação da Coesão e Hierarquia nas Díades da Família de Daniela.

Díades		Típica	Ideal	Conflito
Padrasto-criança	Coesão	Baixa	Baixa	Média
	Hierarquia	Baixa	Baixa	Baixa, inversa
	Estrutura	Desequilibrada	Desequilibrada	Instável
Mãe-criança	Coesão	Alta	Alta	Alta
	Hierarquia	Média	Média	Baixa, inversa
	Estrutura	Equilibrada	Equilibrada	Desequilibrada
Irmãos	Coesão	Baixa	Baixa	Alta
	Hierarquia	Média	Baixa	Média
	Estrutura	Instável	Desequilibrada	Equilibrada
Pai-mãe	Coesão	Baixa	Baixa	Alta
	Hierarquia	Média	Média	Baixa
	Estrutura	Instável	Instável	Desequilibrada

Discussão

O caso de Daniela apresenta aspectos comuns a outros casos de vítimas de abuso, como descrito vastamente pela literatura, e outros não tão comuns. Entre os primeiros, encontra-se a presença de padrasto na família, a longa duração do abuso intrafamiliar, as ameaças e o segredo mantido até o momento da revelação. Além disso, a revelação para a mãe e a ambigüidade desta e dificuldade de aceitar a situação abusiva caracterizou também este caso. Entretanto, diferentemente do que ocorre em grande parte das famílias, o padrasto abusador não havia apresentado episódios de violência anterior e nem mesmo era alcoolista ou fazia uso de drogas. Era empregado e até o momento em que Daniela

conseguiu denuncia-lo apresentava-se familiar e socialmente com uma conduta bastante adequada.

Um importante fator que contribuiu para o desenrolar desse caso é o apoio dos tios, que providenciaram casa, alimentação e garantiram comunicação (via telefone celular) para as meninas e para a mãe, provendo assim uma importante fonte de proteção para estas que se encontravam numa situação de vulnerabilidade. Ademais, o relacionamento da participante com a família extensa parece ser bastante consistente, apesar da distância geográfica e das dificuldades que encontra para se reunir com ela. Na família nuclear também aparecem elementos muito positivos, como a relação significativa com a mãe e com a irmã, que caracterizam-se por afetivas, pouco conflituosas e que provêm à Daniela bons modelos identificatórios. Estes aspectos positivos da família podem estar relacionados à sua autocongruência positiva e ausência de sintomas claros decorrentes da violência, apesar das situações difíceis pelas quais passou, como a perda do pai e o abuso sexual pelo padrasto, em quem confiava e com quem tinha laços afetivos.

Discussão

Este estudo investigou histórias, sentimentos e percepções de três adolescentes, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, e pode constatar diversas diferenças e semelhanças entre os casos. São meninas de famílias de baixa renda, com claras dificuldades financeiras, inclusive para o suprimento das necessidades básicas, como a alimentação. São meninas que presenciaram diferentes situações de violência, antes mesmo de vivenciá-las como vítimas: foram testemunhas de violência conjugal, de ameaças e abuso psicológico. São, ainda, meninas cujo apoio social é baixo, que têm poucos amigos e que podem contar com poucas pessoas da família, ou nenhuma, como é o caso de Silvia. Sabe-se, entretanto, que a existência de uma rede de apoio social, que visa proteger os direitos das crianças, minimiza os efeitos negativos da violência (Caminha, Habigzang, & Bellé, 2003). Família, escola, profissionais da saúde, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude e outras instituições são consideradas por Caminha, Habigzang e Bellé (2003) como componentes dessa rede de apoio e proteção.

Para essas meninas, o conceito de abuso sexual não é claro. Como para muitas pessoas de uma sociedade em desenvolvimento, de um país com importantes dificuldades nas diferentes áreas, incluindo a educação e a cultura, o abuso sexual está associado exclusivamente ao contato físico sexual. As tentativas de minimizar violências que não envolvem este tipo de contato são claras e podem ser compreendidas a partir de uma visão sistêmica, em que a família quer manter uma união e um equilíbrio. O que para o mundo acadêmico parece algo que está claro, evidente e absolutamente conhecido, para as pessoas, principalmente as de classes menos favorecidas, parece ser ainda muito distante. E são essas pessoas que mais precisam ter acesso às informações, já que estão mais desprotegidas, tanto pelos sistemas de saúde e de proteção quanto pelas próprias pessoas, dentro de suas famílias.

Características comumente encontradas em casos de abuso sexual intrafamiliar como a presença de ameaças, o isolamento da vítima como medida de manutenção do segredo e o adiamento da denúncia por medo também estiveram presentes nos casos de Paula, Silvia e Daniela. “A criança tem medo de falar e, quando o faz, o adulto tem medo de ouvi-la”, diz Gabel (1997, p. 11). Como descrito por Furniss (1993) através da denominação Síndrome do segredo, as meninas são vítimas de ameaças e têm medo do que pode acontecer a ela e a membros de sua família, assim como até mesmo ao próprio abusador, com quem possui laços afetivos significativos. Dessa forma, essas meninas protelam a revelação e, ao fazerem isso, acabam por possibilitar que essa violência continue e que sejam vítimas de novos abusos. História de testemunho de violência conjugal, agressões físicas e verbais e presença

de alcoolismo e uso de drogas pelos pais ou padrastos também foram aspectos comuns nas vivências dessas meninas, encontrados também no caso relatado por Hornor (2002) e nos casos investigados por Santos (2007). Uso de álcool e dependência química tem sido muito prevalente em pais e padrastos de vítimas de abuso sexual (Carson, Gertz, Donaldson, & Wonderlich 1991, citado por Hornor, 2002). No que diz respeito às mães das participantes, pode-se dizer que elas foram ambivalentes, desconfiando da veracidade do relato num primeiro momento e, após um breve período, acreditando e tomando atitudes protetivas. Essa atitude protetiva esteve associada a mudanças de vida e de rotina da família inteira, como ficou evidente no abrigamento da família de Paula, no abrigamento de Silvia, que foi mais duradouro, e da fuga de Daniela, sua irmã e sua mãe, para um sítio distante das regiões centrais da cidade. Credibilidade no relato e ação são duas dimensões que podem ou não estar em consonância (Santos, 2007). Uma mãe pode não acreditar no relato e mesmo assim, realizar a denúncia, enquanto outra pode acreditar e não denunciar e/ou proteger. Segundo Plummer (2006), muitas mães sentem que alguma coisa está errada, antes mesmo de saberem concretamente sobre a situação abusiva. Ao ter essa sensação, as mães procuraram conversar com as crianças (66,7%), observar as coisas com mais proximidade (46,7%), tentar obter mais informações (37,1%) e confrontar o suposto agressor (35,2%). Outras atitudes também são tomadas como conversar com parentes e amigos, evitar o contato com o agressor, entre outras. Entretanto, muitas mães permanecem ambíguas por algum tempo, até serem capazes de tomar efetivamente atitudes protetivas. Para Santos (2007), as reações ambivalentes caracterizam-se por sentimentos de raiva, amor e carinho em direção ao abusador e dúvida sobre a veracidade do abuso sexual. Já as reações positivas, incluem raiva em direção ao abusador, tristeza e pena em relação à vítima e disponibilidade e sensibilidade para apoiar e encorajar a revelação. Narvaz (2005), ao analisar uma entrevista com a mãe de uma vítima, apresentou a complexidade da reação materna, quando essa mãe não acreditou na revelação de abuso sofrido por uma filha e acreditou, anos mais tarde, quando a segunda filha sofreu abuso e revelou, demonstrando que a mesma mãe pode apresentar diferentes reações, em diferentes momentos de sua vida. No presente estudo, através dos relatos das vítimas, as mães foram percebidas por suas filhas como protetoras, dando credibilidade ao relato de abuso (mesmo que não num primeiro momento) e agindo de forma a se afastar e afastar seus filhos do agressor, tentando punir o agressor, mesmo com conseqüências sociais e financeiras adversas.

Como relata Corsi (2006), as conseqüências ultrapassam o nível particular, familiar e individual. Elas tomam proporções sociais, que podem ser vistas tanto em curto quanto em longo prazo e a escola é um dos contextos afetados. As três meninas entrevistadas neste

estudo ficaram por um tempo afastadas da escola, tendo em vista as mudanças e o momento crucial pelo qual passavam. Outros impactos possíveis talvez pudessem ser encontrados em estudos longitudinais, num acompanhamento desses casos por um período de tempo, como foi demonstrado por Swanston e colaboradores (2003). Estes autores entrevistaram jovens depois de nove anos da denúncia de abuso sexual e perceberam maior número de eventos negativos de vida, maior probabilidade de sofrerem acidentes, de perder emprego, de ter conflitos com amigos e com a família, maior depressão, ansiedade, problemas de comportamento, baixa auto-estima e uso de drogas, quando comparados a jovens que não sofreram abuso.

As três meninas entrevistadas relataram relações de baixa afetividade e alto conflito com seus abusadores. Nenhuma delas apresentou identificação real ou ideal moderada ou alta com o abusador: dessa forma, não se consideram semelhantes e nem gostariam de ser semelhantes à pessoa que lhes violentou. Além disso, apresentam identificação ideal negativa com o abusador, o que indica que querem ser o oposto daquilo que ele é. Conforme apresenta a literatura, a identificação com o agressor pode atuar como um fator de risco para a exposição a novos riscos futuros e para a vitimização de outras pessoas (Sugar, 1992), num processo de manutenção de um ciclo de violência, que pode perpassar de geração a geração: a multigeracionalidade (Belsky, 1993; Caminha, 1999). A identificação com o agressor é entendida como uma reação particular ao trauma (Caffaro, 1995). Esta identificação pode ser adaptativa ou mal-adaptativa, transitória ou permanente e consiste no ato do indivíduo modelar seu comportamento de acordo com a agressividade de seu ambiente, defendendo-se contra a ansiedade e depressão que acompanha o trauma. Diferentemente do que apresenta a literatura, Paula, Silvia e Daniela parecem não se identificar com seus agressores. Pelo contrário, a identificação ideal negativa e a ausência de identificação real, nesses casos, parecem atuar como fatores de proteção, na medida em que elas entendem que são diferentes de seus abusadores e que não pretendem ter atitudes como aquelas das quais foram vítimas, o que possibilita a evitação de novos abusos e a minimização de danos decorrentes da violência. Entretanto, se os participantes deste estudo fossem meninos, talvez houvesse maior chance de haver presença dessa identificação. A literatura sugere que os meninos vítimas de abuso sexual tendem a apresentar mais comportamento hiperssexualizado e se engajar em condutas agressivas, vitimizando crianças menores ou mais novas. Essas atitudes demonstram a raiva da criança em direção ao abusador, bem como uma luta defensiva contra afetos dolorosos (Caffaro, 1995).

Duas meninas (Paula e Silvia) gostariam de ter maior proximidade com seus pais, apesar de eles terem sido os perpetradores do abuso. Entretanto, todas as meninas relatam

que possuíam baixa coesão com eles, em situações rotineiras. A ambigüidade de sentimentos em direção ao abusador nos casos de abuso intrafamiliar é comum, tendo em vista que um forte vínculo afetivo existiu anterior à violência. Amor e ódio, afeto e rancor coexistem na relação vítima/abusador.

A distribuição da hierarquia nas díades pais-filhas é bastante diversa, entre os casos. Enquanto Paula considera que o pai tem muito mais poder que ela (hierarquia alta), Daniela considera que há o mesmo nível de poder e Silvia acredita ter mais do que o pai. A noção de abuso contém a idéia de abuso de poder e de confiança. Para Gabel (1997), o abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande sobre o pequeno, a confiança que o pequeno tem no grande e o uso delinqüente da sexualidade ou o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo. O poder é considerado um conceito chave para compreender as relações de violência na família. Junto com o dinheiro e o conhecimento, a violência é considerada uma das principais fontes de poder do ser humano, que geralmente é direcionada a mulheres, crianças e idosos (Corsi, 2006). Nos casos estudados, o maior poder do abusador sobre a vítima, na percepção das participantes, só foi identificado no caso de Paula.

Já as relações com as mães ou madrasta e com os irmãos foram mais positivas. Tanto com as mães quanto com os irmãos, a afetividade variou de média a alta e o conflito de baixo a médio. Identificações ideais positivas foram encontradas com as mães/madrasta em todos os casos, mostrando que as meninas desejam ser como elas, que essas exercem função de modelo para elas. Com as mães, destaca-se que tanto Paula quanto Daniela tem mais poder do que suas mães, em situações de conflito. Além disso, a coesão nessa díade apresenta-se maior, já que varia de média a alta, predominando a alta. Pensando que essa percepção depende muito do momento vivenciado e do contexto, além dos afetos envolvidos, ela pode sofrer alterações no decorrer do desenvolvimento. As mulheres mães de vítimas de incesto e que também foram vítimas de abuso sexual na infância, investigadas por Santos (2007), relataram ter tido relacionamentos difíceis e distantes no relacionamento com suas mães, mas referem um melhor relacionamento com suas próprias filhas. O abuso na própria infância se manteve como um problema circunscrito ao contexto familiar, não chegando aos setores responsáveis ou órgãos públicos, principalmente por falta de apoio da própria mãe. No entanto, frente ao abuso das próprias filhas, estas mães buscaram ajuda nos órgãos de atendimento. Nesse estudo, também se observou que as mães das três participantes procuraram um serviço especializado, demonstrando um maior comprometimento com suas filhas e reforçando a existência de um relacionamento mais próximo e afetivo.

As situações em que as meninas apresentaram maior poder do que seus pais foram (hierarquia inversa): Daniela tem mais poder do que o pai e do que a mãe no conflito; Paula tem mais poder do que a mãe no conflito e Silvia tem mais poder do que o pai no dia-a-dia. Para Hornor (2002), as famílias incestuosas são descritas como rígidas, presas em segredos e negação, com estruturas com limites desorganizados, isolamento, superdependência e papéis invertidos de mãe e filha. A inversão de papéis é ainda destacada por autores como Belsky (1980) e Forward e Buck (1989).

Da mesma forma, cada uma delas tem pelo menos um irmão ou irmã com quem se identifica positivamente (identificação real), ou seja, com quem se consideram semelhantes. Duas delas (Paula e Daniela) também vêem nos irmãos algo que gostariam de ser (identificação ideal positiva). Com os irmãos, todas apresentam relações de baixa coesão, mas Silvia gostaria que essa proximidade fosse maior. Para Daniela, a coesão com a irmã aumentou na situação de conflito. As três meninas mostram desejar menor diferença de poder entre o subsistema fraterno. Esses dados demonstraram a importância dos irmãos na rede de apoio dessas meninas, que foi também apresentado por Bolsoni (2000), que encontrou que mesmo em famílias numerosas onde os irmãos têm que dividir os escassos recursos, o fato de ter irmãos contribui para o desenvolvimento emocional e social da criança. Da mesma forma, Poletto, Wagner e Koller (2004) encontraram aprendizados, trocas e apoio mútuo nas relações fraternas, apesar de existirem momentos de brigas e discussões.

A percepção das meninas sobre o relacionamento do casal apresenta o predomínio de relações de baixa coesão e de média hierarquia. Apenas Silvia gostaria que os pais fossem mais unidos, mas duas delas gostariam que a diferença de poder entre eles diminuísse. Seus pais, segundo elas, relacionavam-se também de forma pouco afetiva e muito conflituosa. Violência conjugal tem sido encontrada em muitos casos e estudos sobre abuso sexual infantil (Hornor, 2002; Kellog & Menard, 2003).

Duas das meninas (Paula e Daniela) apresentaram auto-congruência positiva, demonstrando que são aquilo que gostariam de ser. Contrariando as expectativas da literatura que apontam para uma baixa auto-estima, essas duas meninas parecem gostar daquilo que são e além disso, apresentam expectativas positivas com relação a diferentes áreas da vida, com planos e metas para o futuro. Essas perspectivas positivas podem atuar como mais um fator de proteção nesses casos e ainda como um indicador de resiliência.

Considerações finais

Apesar deste trabalho focalizar apenas um contexto de desenvolvimento (a família) em que o abuso sexual está presente, estes casos permitiram o levantamento de fatores de risco e proteção nos diferentes contextos de desenvolvimento. A partir dos fatores encontrados no microsistema, bem como a revisão de literatura realizada, infere-se algumas possibilidades para os outros contextos, que podem ter exercido influência negativa para a ocorrência da violência familiar. Koller e De Antoni (2004) propuseram uma sistematização em que apresentam fatores de risco nos diferentes contextos de desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, foi elaborada uma tabela a partir dos casos estudados, demonstrando fatores de risco e proteção nesses contextos (ver Tabela 7).

Sabe-se que muitos fatores estão implicados na origem e desencadeamento de situações abusivas contra crianças e adolescentes, desde aspectos da ordem individual e familiar quanto macrosocial (Belsky, 1980; Gomes, Deslades, Veiga, Behring, & Santos, 2002). Portanto, não há apenas um modelo explicativo que possa dar conta da complexidade do problema. Segundo Belsky (1980), o mau-trato a criança é um fenômeno sócio-psicológico e multideterminado. A família é apenas um dos contextos entendidos como envolvidos na etiologia da violência, e é compreendida como apenas uma peça desse quebra-cabeças, que ainda inclui questões do indivíduo, da comunidade e da cultura.

Algumas limitações devem ser ressaltadas neste trabalho. A primeira delas refere-se às limitações inerentes de toda pesquisa qualitativa, que se restringe aos dados obtidos e não objetivam a generalização estatística (Benz & Newman, 1998). Mesmo assim, é possível inferir que os estudos realizados sejam passíveis de uma generalização analítica, na qual são geradas proposições teóricas aplicáveis a outros contextos (Alves-Mazzotti, 2006). Cabe colocar ainda que a investigação de vítimas de violência sexual merece particular atenção do pesquisador, que implica em cuidados éticos e maior disponibilidade de tempo, treinamento e disponibilidade emocional para acompanhar os casos. Em pesquisas quantitativas, há maior dificuldade de atender essas demandas. Entretanto, cabe ressaltar que uma generalização analítica Outra dificuldade em realizar o trabalho consiste no fato de haver um número significativo de participantes que não aceitam participar da pesquisa ou que aceitam no momento do convite e posteriormente não comparecem para a coleta de dados. Isto ocorre, geralmente, porque questões sobre família e sobre a violência sofrida podem gerar sentimentos negativos, que algumas pessoas preferem não abordar. Como se trata de tema polêmico e perturbador para muitas pessoas, opta-se pela pesquisa qualitativa, garantindo assim os cuidados éticos necessários. Neste trabalho, foram tomados os cuidados

necessários para o encaminhamento das vítimas a setores competentes da rede de atendimento, além de reforçar a necessidade e importância do tratamento junto às mães das participantes.

Tabela 7

Fatores de Risco e Proteção nos Diferentes Contextos de Desenvolvimento

	Eu ecológico	Microssistema	Mesosistema	Exossistema	Macrossistema
Risco	Baixa auto-congruência Ambivalência de sentimentos com relação ao abusador Presença de sintomas decorrentes do abuso Afastamento de familiares a partir da institucionalização Falta de consciência sobre o abuso.	Família numerosa Baixa renda Instabilidade de cuidados Violência conjugal Alto grau de conflito e baixo nível de afetividade entre o casal Abuso físico, psicológico e negligência Alcoolismo e uso de drogas (pai/padrasto) Baixa afetividade e alto conflito na relação vítima/abusador Ambivalência da mãe Alto poder do abusador Cronicidade da violência Manutenção do segredo	Poucas relações de amizade Rede de apoio precária	Desemprego Instabilidade financeira Pobreza	Ausência de conhecimento do conceito de abuso sexual Ausência de conhecimento sobre direitos Naturalização e banalização da violência Aceitação cultural de posse da mulher e da criança.
Proteção	Auto-congruência positiva Consciência da violência Gosto por estudos Identificação real e ideal com figura protetiva Identificação negativa com abusador	Relacionamento afetivo com mãe Relacionamento afetivo com alguns irmãos Atitude protetiva da mãe Credibilidade da mãe no relato da filha	Relações de amizade de qualidade Apoio de familiares e amigos Escola	Serviços qualificados de atendimento Programas de abrigo Recursos da comunidade para a realização da denúncia	Campanhas atuais contra a violência Política de proteção à criança e ao adolescente. Cultura da infância como etapa que exige cuidados e proteção.

Outra limitação diz respeito ao fato de que a coleta de dados incluiu apenas um informante: a própria vítima do abuso sexual intrafamiliar. Não houve triangulação dos dados e a única participação de um terceiro nesse processo foi o de autorização para a participação na pesquisa. Assim, optamos por investigar o relato e as percepções das vítimas sobre a família, sem contrapô-la com as de outras pessoas. Mesmo coletando as percepções de todos os membros da família, a integração de todos os dados contemplaria a percepção do pesquisador sobre eles e não a própria realidade. Trata-se, portanto, de uma questão epistemológica sobre a veracidade e a confiabilidade da pesquisa e da obtenção de dados. (Benz & Newman, 1998; Cho & Trent, 2006). Apesar das questões metodológicas, são as significações internas do indivíduo que realmente importam e que valem como apoio social, e não o meio em si (Poletto, Wagner, & Koller, 2004). Além disso, esse trabalho incluiu diferentes fontes de coletas de dados, o que reforça a fidedignidade da pesquisa.

Apesar das dificuldades inerentes à realização de pesquisa no âmbito da violência doméstica, que é cercado por segredo familiar e por mitos sociais e culturais, a investigação de diferentes aspectos da dinâmica do abuso sexual intrafamiliar vem ganhando espaço e tendo uma atenção considerável no meio acadêmico. Entretanto, o que não pode acontecer é o isolamento desse conhecimento e a manutenção dele como um “segredo da família acadêmica”, sendo mantido dentro das bibliotecas e publicado em periódicos, com pouco acesso dos profissionais que trabalham diretamente com as vítimas e suas famílias ou mesmo da população em geral. O contato com serviços e profissionais faz parte da ética do pesquisador, que tem o dever de fazer retornar o conhecimento, para que possa incrementar as práticas dos serviços. Dessa forma, dando seguimento a esse trabalho, pretende-se não apenas a formulação de novas questões e projetos de pesquisa, mas também de projetos e ações de intervenção dirigidas, que possam beneficiar diretamente os envolvidos nessa trama complexa que é a do abuso sexual intrafamiliar.

CAPÍTULO VI

Considerações Finais

Esta dissertação investigou o abuso sexual intrafamiliar a partir da revisão de estudos teóricos, do levantamento de dados de um serviço de atendimento e de estudos empíricos sobre as percepções das próprias vítimas. Este trabalho investigou, em mais de um contexto, aspectos diferentes de um mesmo fenômeno. A natureza do abuso sexual, que é multifacetada, ainda exige a integração de muitos outros aspectos para que se conquiste um conhecimento mais próximo daquele que seria o ideal. Mesmo assim, as perspectivas estudadas na presente dissertação possibilitam uma compreensão ampliada do abuso sexual, que ultrapassa a perspectiva da vítima e inclui um entendimento sobre a família e sobre um serviço de atendimento. Trata-se de um fenômeno que envolve o setor público – das políticas, dos serviços, profissionais e redes – e o privado – referente aos sentimentos, percepções e experiências das vítimas e suas famílias.

O segundo capítulo apresentou uma revisão da literatura internacional e nacional sobre a violência doméstica, principalmente sobre o abuso sexual intrafamiliar. Foram abordados os conceitos de maus-tratos e abuso sexual, prevalência, suas consequências para as vítimas, aspectos relacionados aos danos para as vítimas e as características sugeridas pela literatura como presentes em famílias onde acontece o abuso sexual. A partir deste estudo teórico, concluiu-se que apesar do abuso sexual ocorrer muito mais frequentemente dentro da família, o sistema familiar é pouco estudado e as vítimas são, em raros estudos, ouvidas pelos pesquisadores. Nos estudos internacionais, predominam estudos quantitativos com as vítimas, enquanto que nos estudos nacionais, predominam estudos de prevalência, realizados a partir de fichas de atendimento, prontuários e processos jurídicos. Assim, o que se conhece sobre as famílias em que acontece abuso sexual inclui dados quantitativos e perspectivas teóricas. Dessa forma, uma necessidade desse campo de conhecimento é a compreensão aprofundada do fenômeno, que apenas a metodologia qualitativa pode fornecer. Dar voz às vítimas e conhecer a partir delas as suas famílias é uma necessidade da literatura e da pesquisa em violência doméstica, que pode contribuir para as intervenções futuras.

O terceiro capítulo desse trabalho refere-se a um levantamento quantitativo de dados de um serviço de referência no atendimento a vítimas de violência sexual em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A partir de mais de quatro mil casos atendidos em cinco anos

de existência deste serviço, foram coletados dados em fichas de atendimento sobre o sexo, a idade da vítima e órgão e região de encaminhamento. Este artigo surgiu a partir da inserção da autora dessa dissertação neste serviço para o recrutamento de participantes para os estudos qualitativos realizados. Participando do dia-a-dia da instituição e percebendo a necessidade de conhecer a demanda ali existente, foi proposto aos profissionais atuantes neste serviço, a cooperação neste estudo. Dessa forma, uma parceria mais estreita foi conquistada e permitiu a realização deste trabalho conjunto. Os resultados deste estudo apontaram que a maioria das vítimas que são encaminhadas ao serviço são meninas, na faixa de cinco a 12 anos de idade. A rede de proteção, incluindo conselhos tutelares, delegacias de polícia e serviços de assistência social, é a principal fonte de encaminhamentos e a cidade de Porto Alegre predomina entre os municípios que encaminham vítimas ao acolhimento e perícias realizados. Entretanto, verificou-se crescente participação de cidades do interior do estado, o que denuncia a ausência de serviços especializados nessas regiões. Neste trabalho, foram discutidos, ainda, o papel e dificuldades do Conselho Tutelar, a articulação entre a rede de atendimento e a capacitação profissional como questões que necessitam de atenção das políticas públicas e dos setores competentes.

No quarto capítulo, foi realizado um estudo de caso com duas irmãs gêmeas, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, perpetrado por pai, avô e tio paternos. As meninas foram convidadas a participar da pesquisa a partir de um serviço de saúde mental do interior do estado. Elas responderam a entrevistas semi-estruturadas e aos instrumentos *Family System Test*, *Family Identification Test* e Familiograma. A partir dos resultados, foi possível identificar diferenças e semelhanças em suas perspectivas sobre a família e em possíveis conseqüências decorrentes da violência, para uma e outra vítima. Enquanto uma apresenta agressividade e sentimentos de raiva, vergonha e culpa, baixa auto-estima, a outra não refere dificuldades afetivas ou comportamentais clínicas. A primeira, M1, entende que sua família possui baixa coesão e alta hierarquia, e tem como ideal uma maior aproximação com seus familiares, incluindo os abusadores. Baixa afetividade e níveis de conflito moderado e alto são também percebidos por M1. Por sua vez, M2, apesar de considerar que sua família também apresenta baixa coesão e alta hierarquia, considera que existem maiores níveis de afetividade do que sua irmã. Entretanto, essa afetividade não é percebida com relação aos abusadores. Ou seja, M1 parece ter sentimentos e percepções ambíguas com relação a esses, enquanto M2 não. Dessa forma, os danos percebidos em cada uma podem estar relacionados ao fato de cada uma perceber diferentemente a sua família e a sua relação com os abusadores.

No quinto capítulo foi apresentado um estudo de casos múltiplos, envolvendo três meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar, de diferentes famílias e situações. A primeira menina provinha de uma família numerosa, a segunda estava em situação de abrigo e a terceira provinha de uma família menor. Elas responderam a entrevistas semi-estruturadas e aos instrumentos *Family System Test*, *Family Identification Test* e Familiograma. Aspectos comuns e diferentes foram encontrados entre os casos. Violência conjugal e a percepção de um relacionamento conflituoso entre os pais foi um fator comum, assim como a baixa coesão com o abusador, o desejo de maior proximidade da vítima com esse abusador (em dois casos), o desejo de menor diferença de poder entre os pais, ter a mãe/madrasta como modelo, relações mais significativas afetivamente com a mãe e com irmãos, presença de alcoolismo e uso de drogas pelo abusador, maus-tratos anteriores (comorbidades entre as categorias de maus-tratos), ambivalência materna inicial, com posterior atitude protetiva e baixa renda. Estes e outros fatores encontrados no estudo foram agrupados como fatores de risco e proteção nos diferentes contextos de desenvolvimento: eu ecológico, microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. A família tem sido considerada o principal contexto de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996) e as características daquelas que apresentam a violência como fazendo parte de seu dia-a-dia estão sendo investigadas em estudos que pretendem contribuir para a prevenção e intervenção com suas vítimas, numa tentativa de minimizar os impactos decorrentes.

De forma geral, essa dissertação apresenta algumas possíveis implicações práticas. Em termos de continuidade dos procedimentos de pesquisa, percebeu-se a necessidade de investigações que colem dados diretamente das vítimas de violência sexual e que estudem características e dinâmicas das famílias onde ela acontece. Em termos de implicações para o campo dos serviços de atendimento, concluiu-se pela importância de coletar adequadamente os dados dos atendimentos, sistematizá-los e usá-los mais como instrumentos de pesquisa e de conhecimento. Além disso, a necessidade de um melhor acompanhamento dos casos após saírem do serviço, bem como de maior articulação entre os serviços da rede, regionalização dos serviços e capacitação dos profissionais que atuam diretamente com essas vítimas e suas famílias foi observada neste levantamento quantitativo. Os dois estudos qualitativos envolvendo variáveis familiares podem contribuir para a prática tanto em termos de prevenção quanto intervenção. O conceito de abuso sexual ainda é um aspecto que deve ser esclarecido socialmente. Existem campanhas para a realização de denúncia, mas talvez exista uma grande lacuna entre o que a sociedade entende sobre o que é passível de denúncia e o que realmente deve ser denunciado.

Intervir precocemente em relações conjugais violentas, conflituosas e pouco afetivas, bem como em casos de uso de álcool e drogas pode também atuar como fator de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Já para os modelos de psicoterapia, a contribuição situa-se no fortalecimento da rede de apoio social das vítimas, potencializando as relações com irmãos e mães, que parecem ser as relações mais significativas das vítimas estudadas neste trabalho. Os sentimentos de ambivalência das vítimas investigadas nesse trabalho podem também ser um importante foco da intervenção, bem como a relação entre as variáveis familiares e os danos decorrentes da violência.

Estudar e intervir em casos de abuso sexual intrafamiliar envolve diferentes habilidades: profissionais e pessoais. Profissionalmente, há a necessidade de articular diferentes serviços, instituições e disciplinas. O abuso sexual é um problema de muitas disciplinas: serviço social, psicologia, direito, medicina, etc. Envolve diferentes profissionais, instituições e famílias, que devem interagir no sentido de propiciar a proteção e a reabilitação psicológica e, por vezes, física, das vítimas. Além de pensar na vítima e atuar para com ela, há a relação com a Lei e as vicissitudes dessa relação: a polêmica comprovação e avaliação dos casos de abuso, os documentos redigidos aos órgãos como Conselho Tutelar, Promotorias e Juizado da Infância e Juventude, os encaminhamentos a outros serviços. Por trás de tudo, a ética, o sigilo e o respeito. Pessoalmente, estudar e intervir exige uma disponibilidade afetiva e uma atenção voltada para o acolhimento e para o cuidado dessas famílias, que muitas vezes se encontram em situações de extrema vulnerabilidade, como nos casos discutidos nessa dissertação. Vulnerabilidade que é social, econômica e afetiva. Vulnerabilidade que se traduz na necessidade de fugir de seu município, como no caso das gêmeas, na falta de suprimentos básicos, como no caso de Paula, no abrigo e nos sintomas de ansiedade de Silvia (ao invés do afastamento do abusador), e na saída do lar de Daniela e sua família. Entretanto, os processos de resiliência são também evidentes na medida em que se percebe a identificação ideal com modelos positivos e protetivos, percepções de relações afetivas e próximas, auto-congruência positiva, consciência da inadequação do comportamento violento, gosto por estudos, o desejo de ter uma família diferente e de não reproduzir os modelos e comportamentos agressivos vivenciados.

A violência doméstica e mais especificamente o abuso sexual intrafamiliar desenrola-se numa trama complexa, envolvida por sigilo, ameaças, barganhas e sentimentos ambíguos e intensos. Não somente as dinâmicas particulares da família, mas também influências sociais, culturais e históricas perpassam o fenômeno da violência através das relações de poder estabelecidas entre os membros da família e através das

hierarquias controvertidas e questionáveis, que subjugam mulheres e crianças a homens violentos e seus comportamentos abusivos. Capacitar os profissionais que atuam diretamente com essas vítimas e suas famílias e orientar a sociedade tanto para efetuar a denúncia, quanto para o que é denunciável são mecanismos que podem contribuir para que essas crianças e adolescentes vítimas tenham uma adequada proteção, como é a prerrogativa do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Falar em prevenção, atualmente em nossa sociedade, parece um objetivo longe de ser atingido, quando se pensa que ainda falta muito para se conquistar uma qualidade adequada no manejo dos casos. Segundo Corsi: *“Perguntarse como se puede prevenir la violencia familiar implica interrogarse acerca de cuál es la etapa en la que nuestras comunidades se encuentran con relación a la percepción social del problema, es estado actual de la investigación sobre el tema y la voluntad política que cada Estado tiene para la formulación de una política global de prevención que abarque los sectores de educación, salud, justicia y acción social.”* (Corsi, 2006, p.40)

Dessa forma, é necessário inicialmente concretizar e qualificar as ações contra a violência doméstica e sexual em nossa sociedade. Alguns projetos já estão sendo executados e ampliados como o depoimento sem dano, a notificação compulsória e o Programa Sentinela. Entretanto, a formulação de políticas específicas e a elaboração de procedimentos e projetos devem vir acompanhados de investimento na rede de atendimento, em capacitação profissional constante e orientação da sociedade em prol da criança e do adolescente e de seu desenvolvimento saudável.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, N. W. (1986). As psicodinâmicas da família. In N. W. Ackerman (Ed.), *Diagnóstico e tratamento das relações familiares* (pp.29-38). Porto Alegre: Artmed.
- Alvez-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de pesquisa*, 36 (129), 637-651.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 559-578.
- Andolfi, M., Ângelo, C., Menghi, P., & Nicolo-Corigliano, A. M. (1989). *Por trás da máscara familiar: Um novo enfoque em terapia de família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Azevedo, M. A., Guerra, V. N. A., & Vaiciunas, N. (2000). Incesto ordinário: A vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In M. A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (Eds.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp.195-209). 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Barbosa, H., Paim, I., Koshima, K., & Xavier, S. (2007). *Programa Sentinela Nacional*. Retrieved in Jul 08, 2007, from http://www.cedeca.org.br/publicacoes/constr_21.pdf.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bedoni, A. J., & Faúndes, A. (2007). Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 465-469.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(1), 413-434.
- Benetti, S. P. C. (2002). Maus tratos da criança: Abordagem preventiva. In C. H. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.131-150). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Benz, J. N., & Newman, J. (1998). *Research methodology: Qualitative quantitative*. Illinois: University.
- Bolsoni, J. (2000). *Interação entre irmãos: Empatia e fatores de risco e proteção*. Unpublished master's thesis. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do

- Desenvolvimento. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P., & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Estudo de um programa de intervenção. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 143-149.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998), The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner, & W. Damon (Eds.), *Handbook of Child Psychology* (Vol 1, pp. 993-1127). N.Y.: John Wiley & Sons.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99(1), 66-77.
- Caffaro, J. V. (1995). Identification and trauma: An integrative developmental approach. *Journal of Family Violence*, 10(1), 23-40.
- Caminha, R. (1999) A violência e seus danos a crianças e adolescentes. In AMENCAR (Ed.), *Violência doméstica* (pp.43-60). Brasília, UNICEF.
- Caminha, R. M. (2000). Maus tratos: O flagelo da infância. In V. L. Bemvenuti (Ed.), *Cadernos de Extensão II* (pp.37-53). São Leopoldo: Unisinos.
- Caminha, R. M., Habigzang, L. F., & Bellé, A. H. (2003). *Epidemiologia de abuso sexual infantil na clínica-escola PIPAS/UNISINOS*. In V. Benvenuti (Ed.). *Cadernos de Extensão da UNISINOS/RS* (pp.129-142). São Leopoldo: Editora da Unisinos.
- Carvalho, M. C. B. (1995). *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE PUC-SP/CBIA.
- Cecil, H., & Matson, S.C. (2001). Psychological functioning and family discord among African American adolescent females with and without a history of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 25, 973-988.
- Cohen, C. (2000). O incesto. In M. A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (Eds.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp.211-225). 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Cohen, J. A., & Mannarino, A. P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 983-994.
- Conselho Nacional de Saúde. *Resolução 196/96: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Retrieved in Sep 20, 2003 from www.ufrgs.br/bioetica.

- Corsi, J. (2006). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico: Fundamentos teóricos para el estudio de la violencia en las relaciones familiares*. Buenos Aires: Paidós.
- Cho, J., & Trent, A. (2006). Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research*, 6, 319-340.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(1), 9-21.
- De Antoni, C. (2005). *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Unpublished doctoral dissertation, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 347-381.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2002). Violência doméstica e comunitária. In M. L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. S. Barros (Eds.), *Adolescência & psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.85-91). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- De Antoni, C., Barone, L. R., & Koller, S. H. (2006). Violência e pobreza: Um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Eds.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 141-171). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Deslandes, S. F. (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: Análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 177-187.
- Drezzet, J., Caballero, M., Juliano, Y., Prieto, E. T., Marques, J. A., & Fernandes, C. E. (2001). Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. *Jornal de Pediatria*, 77(5), 413-419.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, Brasil.
- Falcão, D. V. S. (2006). *Doença de Alzheimer: um estudo sobre o papel das filhas cuidadoras e suas relações familiares*. Unpublished doctoral dissertation, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Faleiros, E. (2003). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os descaminhos da denúncia*. Brasília: Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

- Fassler, I. R., Amodeo, M., Griffin, M. L., Clay, C. M., & Ellis, M. A. (2005). Predicting long-term outcomes for women sexually abused in childhood: contributions of abuse severity versus family environment. *Child Abuse & Neglect*, 29, 269-284.
- Finkelhor, D., & Jones, L. (2006). Why have child maltreatment and child victimization declined? *Journal of Social Issues*, 62(4), 685-716.
- Fleck, A. C., & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Revista Psicologia em Estudo*, 8, n. especial, 31-38.
- Flores, R., & Caminha, R. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16(2), 158-167.
- Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- Gehring, T. M. (1993). *Family System Test (FAST)*. Seattle Toronto Bern Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers.
- Gehring, T. M., & Marti, D. (1993). The Family System Test: differences in perception of family structures between nonclinical and clinical children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 4(3), 363-377.
- Giberti, E. (2005). *La familia, apesar de todo*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didactico.
- Gold, S. N., Hyman, S. M., & Andrés-Hyman, R. C. (2004). Family of origin environments in two clinical samples of survivors of intra-familial, extra-familial, and both types of sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 28, 1.199-1.212.
- Gomes, R., Deslades, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C., & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 707-714.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2006). Terapia cognitivo-comportamental e promoção de resiliência para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar. In

- D. D. Dell’Aglia, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Eds.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção*. (pp.233-258). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Haugaard, J. J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, 55(9), 1036-1039.
- Hornor, G. (2002). Child sexual abuse: Psychosocial risk factors. *Journal of Pediatric Health Care*, 16(4), 187-192.
- Johnson, C. F. (1992). Abuso na infância e o psiquiatra infantil. In B. D. Garginkel, G. A. Carlson, & E. B. Weller (Eds.), *Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência* (pp.449-462). Porto Alegre: Artmed.
- Kellog, N. D. (2002). Child sexual abuse: A marker or magnifying glass for family disfunction? *The Social Science Journal*, 39, 569-582.
- Kellogg, N. D., & Menard, S. W. (2003). Violence among family members of children and adolescents evaluated for sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1367-1376.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113(1), 164-180.
- Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In AMENCAR (Ed.), *Violência doméstica* (pp.32-42). Brasília, UNICEF.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004) Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Krahé, B., Scheinberger-Olwig, R., Waizenhöfer, E., & Kolpin, S. (1999). Childhood sexual abuse and revictimization in adolescence. *Child Abuse & Neglect*, 23(4), 383-394.
- Kristensen, C. H. (1996). *Abuso sexual em meninos*. Unpublished master’s thesis. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Kristensen, C. H., Flores, R. Z., & Gomes, W. B. (2001). Revelar ou não revelar: Uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos. In M. A. T. Bruns, & A. F. Holanda (Eds.), *Psicologia e pesquisa fenomenológica: Reflexões e perspectivas* (pp.111-142). São Paulo: Omega.

- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S., & Flores, R. Z. (1999). Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre – Parte B: Pode piorar? In AMENCAR (Ed.), *Violência doméstica* (pp.104-117). Brasília, UNICEF.
- Lamour, M. (1997). Os abusos sexuais em crianças pequenas: Sedução, culpa, segredo. In M. Gabel (Ed.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 43-61). São Paulo: Summus.
- Lei nº 8080/90 (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, Brasil.
- Mattar, R., Abrahão, A. R., Anadalafat Neto, J., Colas, O. R., Schroeder, I., Machado, S. J. R., Mancini, S., Vieira, B. A., & Bertolani, G. B. M. (2007). Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 459-464.
- Meneghel, S. N. (1995). Violência na infância e na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 71(6), 294-296.
- Minayo, M. C. S., & Assis, S. G. (1994). Saúde e violência na infância e na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 70(5), 263-266.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). Famílias. In S. Minuchin, & H. C. Fishman (Eds.), *Técnicas de terapia familiar* (pp.21-36). Porto Alegre: Artmed.
- Morales, A. E., & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência e Saúde Coletiva* 7(2), 265-273.
- Muza, G. M. (1994). A criança abusada e negligenciada. *Jornal de Pediatria*, 70(1), 56-60.
- Narvaz M. G. (2005). Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Unpublished master's thesis. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Narvaz, M. G. (2003). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21, 40-44.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.51-65). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Negreiros, T. C. G. M., & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 34-47.
- Nurcombe, B. (2000). Child sexual abuse I: Psychopathology. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 34, 85-91.

- Oshikata, C. T., Bedone, A. J., & Faúndes, A. (2005). Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: Características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 192-199.
- Osório, L. C. (1997). A família como grupo primordial. In D. E. Zimmerman, & L. C. Osório (Eds), *Como trabalhamos com grupos* (pp.49-58). Porto Alegre: Artmed.
- Oswald, S. H. (2002) Eine Untersuchung von Beziehungsstrukturen brasilianischer Familien mit dem Familien-System-Test (FAST). Unpublished master's thesis. Universität Freiburg, Freiburg, Alemanha.
- Padilha, M. G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Passos, M. C., & Polak, P. M. (2004). A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. *Mental*, 2(3), 39-50.
- Pelisoli, C. L., Ameida, M. E., Pires, J. P. M., & Dell'Aglio, D. D. (submetido). Caracterização da violência sexual no sul do Brasil a partir de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas. *Cadernos de Saúde Pública*.
- Pelisoli, C. L., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Características familiares no contexto do abuso sexual. In C. Hutz (Ed.), *Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade* (pp. 206-245). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pelisoli, C. L., Teodoro, M. L. M., & Dell'Aglio, D. D. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2). Retrieved in 2007 Dec, 11, from <http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=159>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204.
- Poletto, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. (2004). Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: Uma visão em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 241-250.
- Plummer, C. A. (2006). The discovery process: What mothers see and do in gaining awareness of the sexual abuse of their children. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1227-1237.
- Polanczyk, G. V., Zavaschi, M. L., Benetti, S., Zenker, R., & Gammerman, P.W. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 37(1), 8-14.

- Remschmidt, H., & Mattejat, F. (1999). *Der Familien-Identifikations-Test (FIT) Manual [The Family Identification Test. Manual]*. Göttingen, Deutschland: Hogrefe.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- Roque, E. M. S. T., & Ferriani, M. G. C. (2002). Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis – SP. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10(3), 334-344.
- Santos, S. S. (2007). Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: Reações maternas e multigeracionalidade. Unpublished master's thesis. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2007). Dados atualizados do disque-denúncia nacional. Retrieved in Jul 11, 2007, from <http://www.unb.br/cet/turismoeinfancia/textos.dados/indice%20por%20Uf%20de%20denuncias.pdf>.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2007). Disque denúncia nacional de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – 100. Retrieved in Jul 11, 2007, from http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/exploracao__sexual/Acoes_PPCAM/disque_denuncia/.
- Silva, M. R. O. (2003). *Como está funcionando o Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil – CRAI*. Manuscrito não publicado. Hospital Materno-infantil Presidente Vargas, Porto Alegre, Brasil.
- Silva, D. F. M., & Hutz, C. S. (2002). Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: Prevenção e intervenção. In C. H. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.151-186). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza C., M., & Adesse, L. (2005). *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Steinhauer, P. D. (1992). Famílias e terapia familiar. In B. D. Garginkel, G. A. Carlson, & E. B. Weller (Eds.), *Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência* (pp.449-462). Porto Alegre: Artmed.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Guterman, E., Abbott, C. B., & Dawud-Noursi, S. (2005). Adolescents' perceptions of attachments to their mothers and fathers in families with

- histories of domestic violence: A longitudinal perspective. *Child Abuse & Neglect*, 29, 853-869.
- Sugar, M. (1992). Abuso sexual de crianças e adolescentes. In M. Sugar (Ed.), *Adolescência atípica e sexualidade* (pp.177-186). Porto Alegre: Artmed.
- Swanston, H. I., Plunkett, A. M., O'Toole, B. I., Shrimpton, S., Parkinson, P. N., & Oates, R. K. (2003). Nine years after child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27, 967-984.
- Tardivo, L. S. P. C., Pinto Junior, A. A., & Santos, M. R. (2005). Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de Düss. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 6(1), 59-66.
- Teodoro, M. L. M. (2000). Habilidades sociais e processos de identificação em crianças e adolescentes. Unpublished master's thesis. Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.
- Teodoro, M. L. M. (2006). Afetividade e conflito em díades familiares: Avaliação com o Familiograma. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(3), 386-390.
- Venturini, F. P., Bazon, M. R., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Família e violência na ótica de crianças e adolescentes vitimizados. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 20-33.
- Vilela, W. V., & Lago, T. (2007). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 471-475.
- Wagner, A., & Fleck, A. C. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Revista Psicologia em Estudo*, 8, 31-38.
- Wood, B. (1985). Proximity and hierarchy: Orthogonal dimensions of family interconnectedness. *Family Process*, 24(4), 497-507.
- World Health Organization. (2005) *Child maltreatment*. Retrieved in May 5, 2005 from http://www.who.int/topics/child_abuse/en/. Acesso em: 5 mai. 2005.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

A pesquisadora Cátula Pelisoli, psicóloga, mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, está realizando uma pesquisa sobre como adolescentes que sofreram abuso sexual percebem características familiares. Para isso, necessitamos de sua colaboração. A participação das adolescentes será realizada a partir de entrevistas, que serão gravadas, e da aplicação de instrumentos psicológicos.

A pesquisa é importante porque possibilita que atendimentos psicológicos no futuro possam beneficiar ainda mais as meninas vítimas, diminuindo as conseqüências da violência sofrida.

Estas *informações serão mantidas em sigilo* e utilizadas somente para a pesquisa. A participação é voluntária, e tanto a adolescente como seus pais podem *pedir para se retirar da pesquisa, seja no início, no meio ou no final, sem qualquer prejuízo*.

Assim sendo, tendo em vista o que me foi colocado Concordo em participar, como voluntário (a), da pesquisa “A família na perspectiva da adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar”. Foi garantido a mim, a confidencialidade dos dados individuais, assim como a ausência de riscos. Os resultados da pesquisa serão apresentados em eventos de caráter científico, mas sempre preservarão os participantes, que *jamaiz* serão identificados.

Estou aceitando voluntariamente a participação nesta pesquisa, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2006.

Assinatura do (a) participante

Cátula Pelisoli (pesquisadora responsável)

Nome por extenso

Débora Dalbosco Dell’Aglío (orientadora)

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

A pesquisadora Cátula Pelisoli, psicóloga e mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, está realizando uma pesquisa sobre como adolescentes que sofreram abuso sexual percebem características familiares. Para isso, necessitamos de sua colaboração. A participação das adolescentes será realizada a partir de entrevistas, que serão gravadas, e da aplicação de instrumentos psicológicos.

A pesquisa é importante porque possibilita que atendimentos psicológicos no futuro possam beneficiar ainda mais as meninas vítimas, diminuindo as conseqüências da violência sofrida.

Estas *informações serão mantidas em sigilo* e utilizadas somente para a pesquisa. A participação é voluntária, e o indivíduo *pode pedir para ser retirado da pesquisa seja no início, no meio ou no final, sem nenhum prejuízo para sua pessoa.*

Assim sendo, tendo em vista o que me foi colocado Concordo que _____, participe, como voluntário (a), da pesquisa “A família na perspectiva da adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar”. Foi garantido a mim, a confidencialidade dos dados individuais, assim como a ausência de riscos. Os resultados da pesquisa serão apresentados em eventos de caráter científico, mas sempre preservarão os participantes, que *jámais* serão identificados.

Estou aceitando voluntariamente a participação de _____, pelo qual sou responsável, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2006.

Assinatura do (a) responsável

Cátula Pelisoli (pesquisadora responsável)

Nome por extenso

Débora Dalbosco Dell’Aglío (orientadora)

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

À coordenação

Através do Projeto de Pesquisa, intitulado de “A família na perspectiva de adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS), estamos investigando como a adolescente de 12 a 15 anos vítimas de abuso sexual intrafamiliar percebe a família. Para isso, serão avaliadas 5 meninas através de instrumentos estruturados e entrevistas, que investigarão coesão e hierarquia familiar, relações de identificação e afetividade e conflito na família.

As entrevistas serão realizadas na própria instituição, e será solicitada a concordância dos responsáveis legais da menina para que esta possa participar do estudo, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. As participantes serão claramente informadas de que sua participação no estudo é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto as participantes como essa Coordenação poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Dados individuais das participantes não serão informados à Instituição ou familiares, mas, na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico às meninas que participam do estudo, será feito contato com a Coordenação para encaminhamento das observações, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Ética Profissional. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A pesquisa é realizada pela psicóloga e mestranda Cátula Pelisoli.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Mestranda Cátula Pelisoli
Fone de contato: 3316-5253 ou 8139-4496

Profa. Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío
Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA)
Fone de contato: 33165253

Concordamos que as meninas atendidas neste Projeto participem desta pesquisa.

Data: ___/___/___

Coordenadora

ANEXO D

Protocolo de entrevista adaptado de Kristensen (1996)

Inicialmente, o pesquisador apresenta-se, expondo logo a seguir a proposta da pesquisa. Explica-se a sistemática das entrevistas, envolvendo o número estimado de encontros a serem efetuados e a utilização de desenhos no decorrer das entrevistas. Explicita-se a questão da não identificação dos sujeitos na divulgação dos resultados. Solicita-se autorização para utilizar o gravador.

Roteiro Tópico

A) Contexto Atual:

Dados de identificação do sujeito: nome, data de nascimento, idade, escolaridade.

Pede-se que a adolescente conte coisas a seu respeito: o que gosta e o que não gosta, como ela é.

Interesses.

Relacionamentos significativos: principais amigos.

Área escolar: desempenho, dificuldades, relacionamento com colegas e professores.

Descrição breve de um dia na sua vida.

Forma como lida com situações que envolvam agressividade.

Exploração de questões relacionadas com o autoconceito: o que pensa a seu respeito.

B) Contexto Familiar:

Solicitação de que a adolescente desenhe a sua família.

Identificação dos membros da família: nome, idade, ocupação.

Descrição de sua família, como se sente quando está junto a ela.

Exploração das relações interpessoais.

Identificação de como a agressividade manifesta-se dentro do contexto familiar, quais os fatores que desencadeiam conflitos e como se dá a resolução destes.

C) Contexto de Transição:

Solicita-se que a adolescente relate uma situação agradável com detalhes, explorando-se vivências positivas.

Solicita-se que a adolescente relate uma situação desagradável.

Pede-se relato de outras situações ruins pelas quais tenha passado.

Caso surja no relato a situação de abuso, aborda-se diretamente esta situação, iniciando então o quarto contexto da entrevista: contexto da vitimação.

Caso a situação de abuso não surja espontaneamente, opta-se, considerando o momento apropriado da entrevista, por introduzir a situação de vitimação.

D) Contexto da Vitimação:

Considerando os dados disponíveis e as reações da adolescente, pede-se uma descrição da situação: quando iniciou e quando terminou, frequência, o que acontecia, onde ocorria, quem era o abusador e qual o vínculo que tinha com ele.

Aborda-se a questão da revelação: para quem contou, porque decidiu contar, sofreu ameaças por parte do abusador, como a família reagiu após a revelação.

Investiga-se se a família tomou medidas legais, medidas de proteção ou procurou atendimento médico ou psicoterápico.

Aborda-se a evolução de sentimentos, pensamentos e condutas ao longo da vitimação.

Indaga-se sobre modificações no auto-conceito e nos relacionamentos interpessoais.

Caso a adolescente apresente dificuldades em situar-se no tempo, organizam-se os principais eventos e a sintomatologia específica numa linha de tempo.

E) Situação atual:

Indaga-se sobre a sua percepção atual do abusador.

Pergunta-se como se sente atualmente a respeito do que vivenciou na condição de vítima.

Indaga-se sobre seus planos para o futuro.

ANEXO E

Entrevista sobre a família

1. O que tu gosta na tua família?
2. O que não gosta?
3. Como é o dia-a-dia da família?
4. O que a família faz nos fins de semana e feriados?
5. Conte uma situação positiva que ocorreu na família. Quando aconteceu?
6. Conte uma situação negativa que ocorreu na família. Quando aconteceu?

Como foi resolvida?

7. Como são seus pais?
8. Como são seus irmãos (as)?
9. Quem é a pessoa mais próxima de ti, que mais te ajuda quando tu precisas?

Como ela te ajuda? Em que situação ajudou?

10. Quem é a pessoa mais distante? Por que tu acha isso?
11. Você se acha parecida com alguém da família? Com quem? Por quê?
12. Você se acha diferente de alguém na família? De quem? Por quê?
13. Tem alguém com quem você gostaria de ser muito semelhante? Quem? Por

quê?

14. Tem alguém de quem você gostaria de ser muito diferente? Quem? Por quê?
15. Existem pessoas de fora da família que são muito próximas? Quem são? Por

que são consideradas próximas?

16. Como espera que sua família seja no futuro?
17. Pretende ter filhos, marido?

ANEXO F
Familiograma-R (FG)
(Teodoro & K ppler, 2003)

Meu pai e minha mãe t em um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Legal	1	2	3	4	5
Carinhoso	1	2	3	4	5
Amável	1	2	3	4	5
Amedrontador	1	2	3	4	5
Alegre	1	2	3	4	5
Animado	1	2	3	4	5
Confuso	1	2	3	4	5
Distante	1	2	3	4	5
Nervoso	1	2	3	4	5
Estressante	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Agradável	1	2	3	4	5
Problemático	1	2	3	4	5
Verdadeiro	1	2	3	4	5
Afetivo	1	2	3	4	5
Hostil	1	2	3	4	5
Instável	1	2	3	4	5
Protetor	1	2	3	4	5
Baixo-astral	1	2	3	4	5
Feliz	1	2	3	4	5
Amoroso	1	2	3	4	5
Ruim	1	2	3	4	5
Sufocante	1	2	3	4	5
Acolhedor	1	2	3	4	5
Tenso	1	2	3	4	5
Harmonioso	1	2	3	4	5
Atencioso	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Precioso	1	2	3	4	5
Frio	1	2	3	4	5
Difícil	1	2	3	4	5
Agressivo	1	2	3	4	5
Irritante	1	2	3	4	5
Chato	1	2	3	4	5

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____ **Escolaridade:** _____ **Data:** __/__/____

Família:

*Marque um * no nome da pessoa com ela mora*

Nas próximas páginas, pediremos a você que descreva como   o relacionamento entre algumas pessoas da sua família. Para isto, gostaríamos que você pensasse em cada membro de sua família e sobre os sentimentos que existem, **geralmente**, no dia-a-dia de cada relação.

Em seguida, pediremos que você pense em apenas uma relação de cada vez. Para cada relação familiar, serão mostradas várias palavras que demonstram sentimentos e comportamentos. Você deverá marcar o quanto você acha que estas palavras refletem a relação. Os valores v o de 1 (a palavra não descreve a relação de jeito nenhum) até 5 (a palavra descreve a relação totalmente). Veja este exemplo sobre o relacionamento de João e Pedro:

João e Pedro t em um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Tranqu�ilo	1	2	3	4	X

Neste exemplo, o relacionamento de João e Pedro foi descrito como sendo completamente tranquilo (5).

Lembre-se de que **não existem respostas certas ou erradas**. Nós são queremos conhecer um pouco mais sobre a sua família.

Relação com minha mãe

Eu e minha mãe temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Legal	1	2	3	4	5
Carinhoso	1	2	3	4	5
Amável	1	2	3	4	5
Amedrontador	1	2	3	4	5
Alegre	1	2	3	4	5
Animado	1	2	3	4	5
Confuso	1	2	3	4	5
Distante	1	2	3	4	5
Nervoso	1	2	3	4	5
Estressante	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Agradável	1	2	3	4	5
Problemático	1	2	3	4	5
Verdadeiro	1	2	3	4	5
Afetivo	1	2	3	4	5
Hostil	1	2	3	4	5
Instável	1	2	3	4	5
Protetor	1	2	3	4	5
Baixo-astral	1	2	3	4	5
Feliz	1	2	3	4	5
Amoroso	1	2	3	4	5
Ruim	1	2	3	4	5
Sufocante	1	2	3	4	5
Acolhedor	1	2	3	4	5
Tenso	1	2	3	4	5
Harmonioso	1	2	3	4	5
Atencioso	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Precioso	1	2	3	4	5
Frio	1	2	3	4	5
Difícil	1	2	3	4	5
Agressivo	1	2	3	4	5
Irritante	1	2	3	4	5
Chato	1	2	3	4	5

Relação com meu pai

Eu e meu pai temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Legal	1	2	3	4	5
Carinhoso	1	2	3	4	5
Amável	1	2	3	4	5
Amedrontador	1	2	3	4	5
Alegre	1	2	3	4	5
Animado	1	2	3	4	5
Confuso	1	2	3	4	5
Distante	1	2	3	4	5
Nervoso	1	2	3	4	5
Estressante	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Agradável	1	2	3	4	5
Problemático	1	2	3	4	5
Verdadeiro	1	2	3	4	5
Afetivo	1	2	3	4	5
Hostil	1	2	3	4	5
Instável	1	2	3	4	5
Protetor	1	2	3	4	5
Baixo-astral	1	2	3	4	5
Feliz	1	2	3	4	5
Amoroso	1	2	3	4	5
Ruim	1	2	3	4	5
Sufocante	1	2	3	4	5
Acolhedor	1	2	3	4	5
Tenso	1	2	3	4	5
Harmonioso	1	2	3	4	5
Atencioso	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Precioso	1	2	3	4	5
Frio	1	2	3	4	5
Difícil	1	2	3	4	5
Agressivo	1	2	3	4	5
Irritante	1	2	3	4	5
Chato	1	2	3	4	5

Relação com _____

Eu e _____ temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Legal	1	2	3	4	5
Carinhoso	1	2	3	4	5
Amável	1	2	3	4	5
Amedrontador	1	2	3	4	5
Alegre	1	2	3	4	5
Animado	1	2	3	4	5
Confuso	1	2	3	4	5
Distante	1	2	3	4	5
Nervoso	1	2	3	4	5
Estressante	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Agradável	1	2	3	4	5
Problemático	1	2	3	4	5
Verdadeiro	1	2	3	4	5
Afetivo	1	2	3	4	5
Hostil	1	2	3	4	5
Instável	1	2	3	4	5
Protetor	1	2	3	4	5
Baixo-astral	1	2	3	4	5
Feliz	1	2	3	4	5
Amoroso	1	2	3	4	5
Ruim	1	2	3	4	5
Sufocante	1	2	3	4	5
Acolhedor	1	2	3	4	5
Tenso	1	2	3	4	5
Harmonioso	1	2	3	4	5
Atencioso	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Precioso	1	2	3	4	5
Frio	1	2	3	4	5
Difícil	1	2	3	4	5
Agressivo	1	2	3	4	5
Irritante	1	2	3	4	5
Chato	1	2	3	4	5

Relação com _____

Eu e _____ temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Legal	1	2	3	4	5
Carinhoso	1	2	3	4	5
Amável	1	2	3	4	5
Amedrontador	1	2	3	4	5
Alegre	1	2	3	4	5
Animado	1	2	3	4	5
Confuso	1	2	3	4	5
Distante	1	2	3	4	5
Nervoso	1	2	3	4	5
Estressante	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Agradável	1	2	3	4	5
Problemático	1	2	3	4	5
Verdadeiro	1	2	3	4	5
Afetivo	1	2	3	4	5
Hostil	1	2	3	4	5
Instável	1	2	3	4	5
Protetor	1	2	3	4	5
Baixo-astral	1	2	3	4	5
Feliz	1	2	3	4	5
Amoroso	1	2	3	4	5
Ruim	1	2	3	4	5
Sufocante	1	2	3	4	5
Acolhedor	1	2	3	4	5
Tenso	1	2	3	4	5
Harmonioso	1	2	3	4	5
Atencioso	1	2	3	4	5
Insuportável	1	2	3	4	5
Precioso	1	2	3	4	5
Frio	1	2	3	4	5
Difícil	1	2	3	4	5
Agressivo	1	2	3	4	5
Irritante	1	2	3	4	5
Chato	1	2	3	4	5

ANEXO G

TESTE DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA - FIT FOLHA DE REGISTRO

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: F () M ()

Como se vê:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como gostaria de ser:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como acha que os pais gostaria que fosse:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como vê sua mãe:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como gostaria que a mãe fosse:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como vê seu pai:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como gostaria que seu pai fosse:

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

Como vê seu irmão(a):

	1	2	3	4	5
De lua					
Medroso					
Simpático					
Seguro de si					
Independente					
Animado					
Comunicativo					
Atencioso					
Tranquilo					
Nervoso					
Satisfeito					
Compreensivo					

ANEXO H

FOLHA DE INSTRUÇÕES – FAST

(De Antoni, 2005)

(Deixar as peças fora do tabuleiro)

- “Agora vamos fazer uma tarefa para conhecer sua família. É parecido com um jogo de Damas ou Xadrez. Só que nesta atividade não existe respostas certas ou erradas. Aqui nós temos um tabuleiro e as peças. Cada peça representa uma pessoa da tua família. As retas são homens e as arredondadas são mulheres (mostrar). Alguma dúvida? Não é necessário usar todas as peças. Eu gostaria que você pegasse a peça de acordo com o número de pessoas da sua família, ou aquelas que moram com você, e considera como parte de sua família. Eu irei anotar nesta folha, para não esquecer.

(Perguntar quem é em cada peça e anotar na folha de registro, conferir todos e incluir o respondente)

- “Primeiro, gostaria que colocasse as peças no tabuleiro mostrando como é sua família no dia-a-dia. Quanto mais próxima você colocar, significa que estas pessoas se dão bem, são amigas, são unidas. Quanto mais longe, mais as pessoas se sentem desunidas” (demonstrar com as peças, aguardar a colocação, confirmar em voz alta a representação, confirmar com o respondente e anotar na folha de registro).

-“Agora, eu gostaria que você mostrasse quem manda mais na família, quem toma as decisões no dia-a-dia. Nós temos três blocos de tamanhos diferentes (mostrar). Gostaria que tu colocasse os blocos em baixo das peças. Se a pessoa manda muito, colocar este (4,5cm), se manda mais ou menos (3cm), se manda pouco (1,5cm) e se não manda nada, não colocar peças. Quanto maior o bloco, significa que a pessoa manda mais”.

(Aguardar, conferir, registrar as respostas, retirar as peças do tabuleiro)

Situação de conflito: Solicitar autorização para gravar. Explorar perguntando sobre o conflito:

- Quando tem uma briga, desavença, um conflito, quem briga com quem? Qual o motivo? É verbal ou corporal? Caso corporal, que tipo de objeto usado? Qual frequência? Quem resolve o conflito? Como fica a família?

Solicitar que represente a família na situação de conflito.

(Aguardar, conferir, registrar as respostas, retirar as peças do tabuleiro.)

ANEXO I

FOLHA DE REGISTRO DO FAST (De Antoni, 2005)

Família: _____ Data: ____/____/____

Número de componentes: _____

Representação Típica

9									
8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

	Parente	Nome	Idade	Sexo
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

Representação Ideal

9									
8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Altura

--	--	--	--

Obs: _____

Altura

--	--	--	--

Obs: _____

Altura

--	--	--	--

Obs: _____

Representação de Conflito

9									
8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Conflito:

() pai-filho

() mãe-filho

() casal

() irmãos

() verbal

() corporal

Frequência:

() sempre () às vezes () raramente

